



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPE)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPGSS)
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MDPT)

O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO DA UNICERRADO

AMANDA BEATRIZ ALBERNAZ DE ARAÚJO

GOIÂNIA

2022

AMANDA BEATRIZ ALBERNAZ DE ARAÚJO

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: ESTUDO DE CASO DA UNICERRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pasqualetto.

GOIÂNIA

2022

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Márcia Rita Freire - Bibliotecária - CRB1/1551

A663p Araújo, Amanda Beatriz Albernaz de
O papel da educação superior no desenvolvimento regional
: estudo de caso da UniCerrado / Amanda Beatriz Albernaz
de Araújo. -- 2022.
106 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação,
Goiânia, 2022.
Inclui referências: f. 96-103.

1. Planejamento regional - Goiás (Estado). 2. Ensino
superior - Goiás (Estado). 3. Ensino superior e Estado. I.
Antônio - 1966. II. Pontifícia Universidade Católica
de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
e Planejamento Territorial - 15/03/2022. III. Título.

CDU: 332.14 (817.3) (043)
378 (817.3) (043)

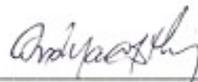
AMANDA BEATRIZ ALBERNAZ DE ARAÚJO

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: ESTUDO DE CASO DA UNICERRADO**

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, defendida e aprovada em 15 de março de 2022 pela
Banca Examinadora constituída pelos professores



Prof. Dr. Antônio Pasqualetto
Orientador / PUC Goiás



Prof. Dr. Ivo Marcos Theis
Examinador externo / FURB

PEDRO ARAUJO
PIETRAFESA:9961763
3191

Assinado de forma digital por
PEDRO ARAUJO
PIETRAFESA:99617633191
Data: 2022.03.22 15:10:56 -03'00'

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa
Examinador interno - PUC Goiás

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela dádiva da vida e por nessa existência me permitir realizar mais um sonho, ao qual me trouxe tantos conhecimentos. Agradeço por me permitir aprender com meus erros e acertos e assim poder evoluir e crescer.

Aos meus pais **Eliene e Vicente**, que sempre me apoiaram no caminho dos estudos, abdicaram de inúmeras coisas para que eu pudesse chegar até aqui e todo meu agradecimento nunca será o suficiente.

À minha namorada **Ruth**, que sempre foi paciente e esteve ao meu lado para que eu pudesse chegar até aqui, abrindo mão por diversas vezes, de sair para estar ao meu lado, me dando força.

Aos meus familiares, em especial **Fernanda, tia Lúcia, tio Zé e Francisca**, que me deram forças e sempre acreditaram em mim.

Ao meu líder **Rafael**, que me incentivou a ingressar no mestrado e fez o que esteve ao seu alcance para eu continuar e terminar.

Ao meu orientador, **Prof. Antônio Pasqualetto**, que teve paciência, me ensinou, contribuiu com seu saber e em muitos momentos me deu injeção de ânimo para continuar, me puxou a orelha quando necessário e elogiou quando cabia. Sem seus ensinamentos não teria chegado até aqui.

Aos membros da banca pelo tempo dedicado e pelas contribuições.

A todos os **professores** do MDPT PUC Goiás que de forma direta ou indireta contribuíram.

RESUMO

Esta pesquisa é subdividida em três capítulos principais. No primeiro capítulo, foram abordadas políticas públicas de desenvolvimento, que em geral surgem em decorrência de problemas e necessidades de uma dada sociedade, a fim de buscar maior bem-estar social. Foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória, que pretendeu entender a importância das políticas públicas, de forma específica, estudar as que possuíam o objetivo de promoção do desenvolvimento mais igualitário entre as regiões, como as superintendências da Amazônia, do Centro Oeste, do Sul, do Nordeste e dentro desse contexto, estudar a Política nacional de Desenvolvimento Regional. A hipótese partiu do pressuposto da necessidade de intervenção do Estado para o desenvolvimento. Concluiu-se que o desenvolvimento é pautado principalmente nas disparidades e o estado possui a função de intervenção, por meio da elaboração de políticas e dessa forma, melhor redistribuição no desenvolvimento das regiões. O segundo capítulo retrata sobre o ensino superior brasileiro e sua influência no desenvolvimento regional. Realizou-se uma pesquisa exploratória, com o objetivo de levantamento de programas que contribuíram para a ampliação do ensino superior no Brasil e dessa forma, desenvolveu-se um estudo bibliográfico de como as Universidades podem ser agentes propulsores do desenvolvimento local, levantando a hipótese de que as IES promovem crescimentos multidirecionais. Concluiu-se que, o ensino superior e as universidades devem ser foco de políticas públicas, principalmente visando a expansão e maior acesso da população, e que, de 2009 a 2019, houve aumento de 12,7% na quantidade de IES no Brasil, fruto dos programas de incentivo à ampliação e expansão do Ensino Superior, dentre eles: PROUNI, SISU, REUNI, FIES e EAD. Por fim, o último capítulo, trata-se de uma pesquisa exploratória com estudo de caso, que utilizou como referência o Centro Universitário de Goiatuba, ao qual foram realizadas observações e coleta de dados para verificar eventuais influências dessa IES em seu entorno, de forma a relevar a opinião dos munícipes a respeito da possibilidade dessas influências, por meio da aplicação da escala Likert. Os objetivos foram comparar índices de desenvolvimento local da cidade de Goiatuba, com índices de duas cidades vizinhas, Morrinhos e Bom de Jesus de Goiás, escolhidas como parâmetros de comparação, visto que, não possuem Instituições de Ensino Superior e que são próximas à cidade de estudo de caso, uma com população maior e outra menor que Goiatuba. Outro objetivo, foi de entender a visão dos munícipes quanto às influências da IES na localidade. A hipótese surgiu da suposição de que a cidade universitária obteria maiores índices de arrecadação que proporcionariam desenvolvimento. Foi possível concluir que, ao longo dos anos, a chegada de novos cursos na instituição, resultaram em aumento dos índices de desenvolvimento da cidade, de forma que os participantes da pesquisa entendem que as influências econômicas e sociais da Unicerrado, são percebidas de maneira positiva e a questão ambiental, que está em zona mediana, torna possível o enfoque de políticas públicas futuras.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional, Ensino Superior.

ABSTRACT

This research is divided into three main chapters. In the first chapter, public development policies were addressed, which generally arise in the face of problems and needs of a given society, in order to seek greater social well-being. It was elaborated from an exploratory research in order to understand the importance of public policies, to study some policies that aimed to promote a more egalitarian development between the regions, such as the superintendencies of the Amazônia, the Midwest, the South and the Northeast, and also the National Policy for Regional Development. The hypothesis started from the assumption of the need for State intervention for development. It is concluded that development is mainly based on disparities and that it is a function of the state to intervene through policies so that there is better redistribution in the development of the regions. The second chapter portrays Brazilian higher education and its influence on regional development. It is an exploratory research that, with the objective of surveying programs that contributed to the expansion of higher education in Brazil and making a bibliographic study of how Universities can be propelling agents of local development, the hypotheses were that HEIs promote multidirectional development. Higher education was concluded and universities should be the focus of public policies, mainly aiming at expansion, and greater access for the population, and that from 2009 to 2019 there was a 12.7% increase in the number of HEIs in Brazil, as a result of the programs of incentive to the expansion and expansion of Higher Education, PROUNI, SISU, REUNI, FIES, EAD. Finally, the last chapter, which is an exploratory research with a case study, the Centro Universitário de Goiatuba, to which observations and data collection were made to verify possible influences of this IES to its surroundings and to verify the opinion of the citizens regarding these influences with Likert scale application. The objectives are to compare local development indices of the city of Goiatuba with indices of two neighboring cities, Morrinhos and Bom de Jesus de Goiás, which were chosen to have parameters of two other cities that do not have Higher Education Institutions, are close to the city. of case study, another parameter was to choose a city with a larger population and another one smaller than Goiatuba. Another objective was to understand the view of the citizens regarding the influences of the HEI in the locality. The hypothesis arose from the assumption that the university city has higher rates of collection that can provide development. And it was concluded that over the years with the arrival of new courses at the institution, the city's development rates have increased and the research participants understand that the economic and social influences of Unicerrado are perceived positively and the environmental issue is still in a median zone, making it possible to focus on future public policies.

Keywords: Public Policies, Regional Development, Higher Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cronologia de fatos históricos da educação superior no Brasil.....	41
Figura 2 - Quantidade de bolsas - contratos novos por ano do FIES – Financiamento Estudantil do Ensino Superior – Brasil	47
Figura 3 - Número de bolsas ofertadas Prouni por triênio	50
Figura 4 - Quantidade de matrículas nos cursos superiores presencial x EaD – Educação à distância	53
Figura 5 - Número de Instituições de Ensino Superior - IES por Região no Brasil....	57
Figura 6 - Localização de Goiatuba no Brasil.....	69
Figura 7 - Localização de Goiatuba no Estado de Goiás	69
Figura 8 - Desenvolvimento local ao entorno da Universidade de Goiatuba - GO	71
Figura 9 - Interpretação das médias das respostas para interpretação	73
Figura 10 - População estimada das cidades de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás	75
Figura 11 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU (Unidade: R\$ x1000)	76
Figura 12 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU (Unidade: R\$ x1000) per capita.....	77
Figura 13 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis -Inter Vivos - ITBI (Unidade: R\$ x1000)	78
Figura 14 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis -Inter Vivos - ITBI (Unidade: R\$ x1000) per capita.	78
Figura 15 - Receitas orçamentárias realizadas / Contribuição (Unidade: R\$ x1000)	79
Figura 16 - Receitas orçamentárias realizadas / Contribuição (Unidade: R\$ x1000) per capita.....	79
Figura 17 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R\$ mil).....	80
Figura 18 - Participação do PIB por setor dos municípios de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás	81
Figura 19 - Produto Interno Bruto per capita (R\$)	81
Figura 20 - Índice de Desempenho dos Municípios	82
Figura 21 - Imagem aérea do Jardim Santa Paula em Goiatuba - GO em 2003 (esquerda) e 2020 (direita).....	85

Figura 22 - Localização da Unicerrado em Relação ao centro de Goiatuba e comparativo de urbanização de 2009 (esquerda) - 2020 (direita).....	86
Figura 23 – Resposta do questionário dos indicadores sociais sobre a Unicerrado na Cidade de Goiatuba-GO.....	87
Figura 24 - Resultado da percepção dos indicadores sociais	87
Figura 25 - Resposta do questionário dos indicadores econômicos sobre a Unicerrado na Cidade de Goiatuba-GO.....	89
Figura 26 - Resultado da percepção dos indicadores econômicos	90
Figura 27 - Resposta do questionário dos indicadores ambientais sobre a Unicerrado na Cidade de Goiatuba-GO.....	91
Figura 28 – Resultado da percepção dos indicadores ambientais	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de matrículas por natureza administrativa no ensino superior do Brasil de 1990 a 2018.	42
Quadro 2 - Fundo de Financiamento Estudantil no Brasil – FIES	49
Quadro 3 - Programa Universidade para Todos no Brasil- PROUNI.....	50
Quadro 4 - Sistema de Seleção Unificada no Brasil - SISU	52
Quadro 5 - Educação à Distância no Brasil – EAD	53
Quadro 6 - Quadro Resumo do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais no Brasil - REUNI	59
Quadro 7 - Correlação entre variáveis de confiança e escore.....	74
Quadro 8 - Dados para a amostragem do questionário	74
Quadro 9 - Porcentagem da População urbana residente dos municípios com esgotamento sanitário nas cidades de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. De 2007 a 2020.....	83
Quadro 10 - Porcentagem da População urbana atendida com abastecimento de água nas cidades de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. De 2007 a 2020.....	83
Quadro 11 - Porcentagem da População urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta, ou seja, porta a porta das cidades de Goiatuba e Morrinhos.	84
Quadro 12 - Percepção quanto às interferências sociais	87
Quadro 13 – Percepção quanto às interferências econômicas	90
Quadro 14 - Percepção quanto às interferências ambientais.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de instituições de Ensino Superior no Brasil, 2000-2018.	55
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	- Banco Mundial
COFINS	- Contribuição social para o financiamento da seguridade social
CREDOC	- Programa de Crédito Educativo
CSLL	- Contribuição social sobre o lucro líquido
EAD	- Ensino a distância
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FGEDUC	- Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FIES	- Financiamento Estudantil
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTs	- Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
IDM	- Índice de Desenvolvimento Humano
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFs	- Institutos Federais
IMB	- Instituto Mauro Borges
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPTU	- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial
IRPJ	- Imposto sobre renda de pessoas jurídicas
ITBI	- Imposto recolhido quando há transferência imobiliária
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
MG	- Minas Gerais
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCE	- Programa de Crédito Estudantil
P-Fies	- Programa de Financiamento Estudantil
PIS	- Programa de integração social
PNDR	- Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNOT	- Políticas Nacionais de Ordenamento Territorial

PROMESO	- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PROUNI	- Programa Universidade para todos
REUNI	- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	- Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UNB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	18
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
2 METODOLOGIA.....	20
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	21
3.1 Desenvolvimento	22
3.1.1 Desenvolvimento Regional e Local	23
3.2 Políticas Públicas Nacionais de Desenvolvimento	27
4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	34
CAPÍTULO 2 – ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	36
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	37
2 METODOLOGIA.....	39
3 MARCOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	40
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ...	43
5 PROGRAMAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	45
5.1 Programa de Crédito Estudantil (PCE/CREDOC)	46
5.2 Financiamento Estudantil (FIES).....	47
5.3 Programa Universidade para todos (PROUNI).....	49
5.4 Sistema de Seleção Unificada (SISU).....	51
5.5 Expansão do EAD no Brasil	52
6 EDUCAÇÃO SUPERIOR, INTERIORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	54
7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	60
CAPÍTULO 3 – INFLUÊNCIAS DO CENTRO UNIVERSITARIO UNICERRADO NA CIDADE DE GOIATUBA - GO.....	61
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	62
2 REVISÃO DE LITERATURA	64
2.1 Instituições de Ensino Superior e a Polarização	64
2.2 Universidade e Desenvolvimento Local	65
2.3 Indicadores e Desenvolvimento Local.....	66
3 METODOLOGIA.....	68
3.1 Caracterização do Município de Goiatuba.....	69
3.2. Caracterização da Unicerrado.....	70
3.3 Etapas de pesquisa	71
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	75

4.1 Análise de indicadores de desenvolvimento de Goiatuba	75
4.2. Questão urbana no entorno da Unicerrado	84
4.3. Percepção dos munícipes sobre a contribuição da Unicerrado no desenvolvimento de Goiatuba.....	86
4.3.1 Indicador Social.....	86
4.3.1 Indicador Econômico	88
4.3.1 Indicador Ambiental.....	90
5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	104
APÊNDICE A - Questionário de pesquisa de opinião sobre os impactos da UNICERRADO em Goiatuba.....	104

INTRODUÇÃO

Atualmente, a criação de políticas públicas de Desenvolvimento ainda sofre questionamentos frente à real necessidade. De forma direta, políticas públicas são meios de garantir direitos de uma sociedade, por intermédio do Estado e que, seguindo essa mesma ideia de Desenvolvimento, têm a fundamentação de intervir na redistribuição do desenvolvimento e crescimento regional (TEIXEIRA, 2002).

A colocação em pauta das discussões de políticas de desenvolvimento regional, quando levado em consideração dimensões do Brasil, surgiram em decorrência da imposição de porosidade sem controle nas barreiras nacionais, a fim de adentrar na economia globalizada. Harvey (2000) defende que essa globalização, iniciou por volta de 1942, no entanto, ganhou cenário somente após o fim da Segunda Guerra Mundial, de forma que fez com que regiões se sobressaíssem às outras, esse resultado foi ocasionado pela formação de conglomerado de empresas.

Esta realidade fez com que a disparidade regional se tornasse foco em pautas de discussões sobre desenvolvimento regional. Como o papel do Estado é de intervir caso necessário, as diferenças instaladas na estrutura econômica e social entre regiões, tornaram as políticas públicas planos e instrumentos de reestruturação nas regiões do país (COSTA, 2001).

Tais políticas como a criação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Centro Oeste (SUDECO), do Nordeste (SUDENE) e do Sul (SUDESUL), surgiram sob a tentativa de tornar o crescimento e o desenvolvimento entre as regiões igualitário, de modo que, foram extintas após conquistarem melhorias propostas inicialmente.

Sob a mesma ótica destacadas pelas melhorias no desenvolvimento regional, foram criados o Ministério da Integração Regional e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional em sua primeira e segunda versão.

Dessa forma, de acordo com o desenvolvimento regional e de políticas públicas, surge então o questionamento: como as Instituições de Ensino Superior (IES) contribuem para o desenvolvimento e como as políticas públicas de expansão do ensino superior colaboram para que isso seja possível?

A educação superior se torna, nesse meio, peça fundamental de estímulo das regiões, seja em melhorias de competências dos recursos humanos ou em sua capacidade de impulsionar atividades criativas e inovadoras. Dito isso, torna exequível

a interação com empresas, inclusive para trocas de conhecimento e compartilhamento de tecnologias (GUEDES e SANTOS, 2019).

Essas Instituições ainda são capazes de alterar seu entorno, tanto economicamente quanto socialmente, pois atraem comércios locais, geram empregos e promovem atividades de extensão, o que contribui de modo geral com a sociedade.

No Brasil, a chegada das Universidades ocorreu de forma tardia e apresentava como característica escassez de acesso. A consolidação dessas Instituições ocorreu por volta de 1940, estimulada pela criação da Universidade de São Paulo em 1934, entretanto, o crescimento ocorreu de fato, apenas a partir dos anos 2000 sob influência de uma série de fatores, como por exemplo, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1990. Do mesmo modo, naquele momento já pleiteava-se a ampliação desses ambientes. De acordo com Chaves (2009, p. 16) “as Universidades deixaram de estar fechadas em si próprias e abrem as portas à sociedade civil. Os Estados pretendiam usar o conhecimento produzido, internamente, como instrumento de desenvolvimento e mudança económica”.

Durante essa fase, também houve incentivo de crescimento, principalmente das Instituições de caráter privado, por volta dos anos 2000, apoiadas pelas pautas promovidas pelo banco Mundial, que recebeu apoio do Estado de forma a facilitar a abertura de novas IES.

Outros programas de expansão também geram relevância no processo de maior acesso ao ensino superior e podem ser citados: Programa de Crédito Estudantil (PCE/CREDUC), Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU), o incentivo de crescimento ao modelo de Ensino a Distância (EAD) e de forma a incluir nesse contexto, o programa de interiorização de Universidades (REUNI).

Esses programas mostram a necessidade de intervenção pública para a oferta de educação superior às diversas camadas da população e eles agem em conformidade à ideia de que, as IES podem contribuir no desenvolvimento local e regional, pois, investem em educação e representam a capacidade de estimular o crescimento do país, ao atuar nos campos sociais, econômicos e culturais.

A instalação de uma IES em determinado local, causa ao entorno efeito de polarização, que segundo Claval (1998) acaba por dominar a vida nessas áreas quando presente em cidades pequenas e médias. Desse modo, torna possível a transformação de áreas periféricas em aglomerações urbanas em expansão,

trabalhando como vetor de direcionamento, o aumento do perímetro urbano e interno das cidades, além de atuarem na ampliação da esfera econômica, que de forma direta ou indireta, alteram os índices de crescimento local.

Esse estudo possuiu o objetivo de entender a importância das políticas públicas de expansão universitária, elencando alguns exemplos de ações no Brasil, como o processo de expansão do ensino superior, em função dessas políticas e como esses fatores podem contribuir para o desenvolvimento local, de forma a verificar as alterações que uma IES pode causar em uma cidade interiorana. Foram analisados os efeitos do Centro Universitário de Goiatuba, na cidade de Goiatuba, estado de Goiás, escolhida por ser interior e se encaixar em um dos focos das políticas públicas que é a interiorização. Realizou-se levantamento de dados e pesquisa de opinião dos munícipes para ciência de como enxergam as influências do campus, de acordo com as esferas sociais, econômicas e ambientais, tripé do desenvolvimento sustentável. A dissertação contribui para reafirmar a importância da expansão universitária no Brasil e como uma IES se torna uma unidade motriz polarizadora, que impulsiona o desenvolvimento local no interior de Goiás.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Resumo

O presente artigo foi realizado pela realização de pesquisa exploratória bibliográfica do tipo qualitativa, que possuiu o objetivo de entender a necessidade de intervenção do estado, por meio da utilização de políticas públicas no Brasil. O texto discorre sobre ações públicas importantes, como a criação das superintendências: SUDENE, SUDECO, SUDESUL, SUDAM, além de ser base para o conhecimento de termos como: desenvolvimento, espaço, região, desenvolvimento regional e desenvolvimento local, de forma a contribuir no entendimento dos outros capítulos da pesquisa, visto que a expansão universitária resulta a partir da interferência do Estado. O arcabouço teórico é estruturado e fundamentado de acordo com autores como: Celso Furtado, Henri Lefebvre, David Harvey e outros que foram encontrados nos bancos de dados: Scopus, Web of Science e Scielo. Como resultado, entende-se que as políticas públicas apresentam como foco de discussão, a necessidade gerada ao longo dos anos e são necessárias mesmo que demonstrem ausência de aprimoramentos. O fator principal que justifica a necessidade de políticas públicas, ocorre pelo crescimento, sendo que este é baseado de acordo com a desigualdade, logo, o Estado intervém para que seja feita a redistribuição proporcional fator condicionante.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional; Disparidade Regional.

Abstract

This article is qualitative exploratory bibliographic research that aims to understand the need for state intervention with the use of public policies in Brazil, bringing important public actions, such as the creation of the SUDENE, SUDECO, SUDESUL, SUDAM superintendencies, in addition to a for knowledge of terms such as: development, space, region, regional development and local development to contribute to the understanding of the other chapters of the research. The theoretical framework is structured in authors such as: Celso Furtado, Henri Lefebvre, David Harvey, among others that were found in the databases: Scopus, Web of Science and Scielo. As a result, it is understood that public policies have been discussed over the years, and they are necessary, but there are still many improvements to be made. The main factor that justifies the need for public policies is the fact that growth is based on inequality, so the State intervenes to ensure a more cohesive redistribution of this growth.

Keywords: Public Policy; Regional development; Regional Disparity.

Resumen

Este artículo es una investigación bibliográfica exploratoria cualitativa que tiene como objetivo comprender la necesidad de la intervención estatal con el uso de políticas públicas en Brasil, trayendo importantes acciones públicas, como la creación de las superintendencias SUDENE, SUDECO, SUDESUL, SUDAM, además de un para el conocimiento de términos como: desarrollo, espacio, región, desarrollo regional y desarrollo local para contribuir a la comprensión de los demás capítulos de la investigación. El marco teórico está estructurado en autores como: Celso Furtado, Henri Lefebvre, David Harvey, entre otros que se encontraron en las bases de datos: Scopus, Web of Science y Scielo. Como resultado, se entiende que las políticas públicas se han discutido a lo largo de los años y son necesarias, pero aún quedan muchas mejoras por hacer. El principal factor que justifica la necesidad de políticas públicas es el hecho de que el crecimiento se basa en la desigualdad, por lo que el Estado interviene para asegurar una redistribución más cohesionada de este crecimiento.

Palabras clave: Políticas Públicas; Desarrollo regional; Disparidad regional.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O elevado nível de desigualdade regional gera no país problemas que já são focos de discussão frequente desde meados do século XX. O tema das políticas públicas e questões de desenvolvimento regional, geram preocupações na realidade brasileira, fato maior observado a partir de 1930. Resultado de vazios territoriais e desigualdades regionais, que já eram apresentados como fatores preponderantes nesse período (Cavalcante, 2018). De tal modo, o êxodo rural promoveu a industrialização acelerada e deu impulsos ao desenvolvimento desigual, evento que ocorre entre os anos de 1930 a 1980 (THEIS, 2016).

Todo esse contexto se agravou após a Segunda Guerra Mundial, onde a competitividade intensificou ainda mais os problemas que já existiam em escalas menores. Inclusive, houve maior necessidade de ação do Estado para solucioná-los, afinal, “o desenvolvimento ocorre de forma desigual e uma vez iniciado em determinados pontos, tem a característica de fortalecer as regiões mais dinâmicas em detrimento das menos dinâmicas.” (Correa, Rogério & Kist, 2019).

Passando por um breve resumo, podem ser citadas ações que mostram essas intervenções, como por exemplo: ao longo das décadas de 1950 e 1970, as políticas regionais estiveram no centro da agenda nacional, como a criação das superintendências do Nordeste, Centro Oeste e do Sul. Entretanto, apenas nas décadas de 1980 e 1990 essas questões perderam força no cenário nacional. Logo no ano de 2007, foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A PNDR trouxe em sua estrutura novas discussões com bases, princípios e diretrizes renovadas com o propósito de nortear o país, propondo soluções de problemas ligados ao desenvolvimento. Diante de tal fato, houve a necessidade de uma nova reformulação que originou em sua segunda versão, ou seja, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional II (PNDR II).

Diante do exposto, foi objetivo do presente artigo, entender as mudanças na economia ocasionadas pós segundo guerra, que podem ter influenciado no processo de desenvolvimento, levando em consideração as disparidades regionais no País e como o Estado se utilizou de políticas públicas para intervir no direcionamento do Desenvolvimento Regional no Brasil.

Inicialmente, é realizada a introdução do que são políticas públicas, de forma a explicar sua importância, definição, de como uma política pode surtir efeito em mais de uma área e desse modo, tornar possível ao leitor entender a interconexão dos artigos ao longo da pesquisa.

Posteriormente, é realizada a explanação e definição sobre desenvolvimento das diversas formas de enxergar esse termo, levando em consideração autores de relevância no tema, a título de exemplo, temos Celso Furtado. Essa parte destaca importância, pois torna possível a diferenciação de uma IES que contribui com crescimento e/ou com aquela que gera desenvolvimento ao seu entorno.

A terceira parte descreve uma revisão exploratória sobre desenvolvimento local e regional e fatores que são considerados para medir o desenvolvimento. Mais um capítulo que tem como meta, dar base ao entendimento das dimensões do desenvolvimento causado por Universidades.

Por fim, são descritas ações de políticas públicas importantes que possuíam a finalidade de promover o Desenvolvimento Regional com menor disparidade e com maior coesão no Brasil, visto que, desde o início são regiões tratadas de forma desigual. Tem início marcado a partir da década de 1960 e finaliza na segunda versão da PNDR II. Essa parte mostra a importância em reafirmar a necessidade de incentivo do Estado e quanto as políticas, como as de educação, são chaves para o desenvolvimento e promoção de redução da desigualdade no país.

2 METODOLOGIA

Nessa parte, os autores demonstram o caminho que foi percorrido no estudo para responder questionamentos que os levaram a concepção pesquisa. O presente artigo busca maior entendimento sobre o tema Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, com diálogos entre autores desse campo de conhecimento. Foi estruturado em quatro partes principais (De Andrade Carneiro et al, 2020).

A argumentação surgiu como resultado da realização de pesquisa exploratória que, conforme Gil (2008), ocorre geralmente pelo levantamento bibliográfico e/ou documental. O autor ainda explica que: “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p.27).

Para a pesquisa de exploração bibliográfica, foram selecionadas e coletadas fontes como livros, monografias, teses, artigos e dissertações publicadas em periódicos de bases de dados, principalmente Scopus, Web of Science e Scielo.

Para buscas nas bases de pesquisas, utilizou-se descritores-chave que melhor retratavam a pesquisa, desse modo, foram incluídos: Política pública, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Local, Território, Governança, SUDENE, SUDECO, SUDESUL, SUDAM, Disparidade Regional e Coesão Regional.

O tema geral, Desenvolvimento Regional, Local e definições pertinentes aos termos, foram referenciadas e estudadas por meio de consulta a 19 fontes. Já o tema respectivo às Políticas Públicas e de Desenvolvimento, definições e políticas nacionais, utilizou 11 fontes, em que os autores proporcionaram embasamento para este artigo.

Foram incluídos artigos de pesquisa de um ou mais domínios sobre políticas públicas de intervenção, desenvolvimento regional e desenvolvimento local. Além disso, os artigos selecionados deveriam preencher os seguintes critérios: possuir como base a análise de dados coletados no Brasil, data de publicação até o ano de 2020 (sem data inicial), preferencialmente a partir de 2015. Artigos de revisão, teses e dissertações também foram incluídos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

É importante entender que o conceito de políticas públicas pode abarcar diversas definições e concepções.

Para Teixeira (2002, p.2), o conceito de políticas públicas é definido da seguinte maneira: “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Dito isso, pode ser descrito como uma forma de poder político, onde envolve a distribuição e redistribuição do poder dentro da sociedade.

Partindo do pensamento de Souza (2009, p.24), políticas públicas podem ser conceituadas como “um fenômeno social e histórico que expressa os interesses e necessidades de diversos sujeitos sociais, por meio do exercício do poder e do processo de tomada de decisões baseado nos valores presentes na sociedade”.

Radaelli (2013, p. 3) expõe a seguinte definição: “ações específicas do Estado num processo de consolidação de um projeto de sociedade”.

Por sua vez, Castro & Oliveira (2014, p.22) entendem como políticas públicas “o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”.

Paula & Almeida (2020, p.1059) descrevem políticas públicas sendo “tudo o que os governos decidem, fazer ou deixar, isto é, a arte de governar é realizar o bem público, a fim de solucionar os problemas sociais”

Os autores citados embasaram a formulação deste capítulo, para a formulação do texto da pesquisa. Este retratará o termo como sistemas de ações dos governantes para produzir efeitos específicos, de forma a responder às demandas da sociedade.

3.1 Desenvolvimento

A definição de desenvolvimento passou por diversos momentos históricos. O marco principal ocorre no início dos principais debates acerca do tema, no fim da Segunda Guerra Mundial, vindos em decorrência da necessidade de melhoria nas condições de vida das pessoas.

Enriquez (2013), separa os pensadores de desenvolvimento em três grupos principais: I) neomarxistas; II) desenvolvimento sustentável e III) desenvolvimento enquanto crescimento.

As definições de crescimento e desenvolvimento são vastas, como por exemplo, as Escolas Clássicas e Neoclássicas da economia, consideram que são tratados como sinônimos. Segundo Furtado em 1961: “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Ou seja, aborda desenvolvimento como crescimento (FURTADO, 1961, p.115-116).

De acordo com essa mesma linha de pensamento, Milone (1998) entende a caracterização do desenvolvimento como variáveis de crescimento econômico, sejam eles: renda, pela renda per capita; sociais, pela redução de pobreza, níveis de saúde, desigualdade, nutrição, educação, moradia e transporte.

Por outro lado, escolas que são influenciadas e embasadas pela teoria Marxista, relatam que crescimento é uma das condições do desenvolvimento, porém

não é suficiente para quantificar, isto é, torna-se necessário que se associe à outras variáveis de análise qualitativas (Oliveira, 2002).

Reyes (2001), propõe que desenvolvimento é baseado em três pilares principais: social, econômico e político. Esse embasamento é fundamentado no desenvolvimento sustentável. Está descrito abaixo para melhor ilustrar, um trecho que foi retirado da tradução do artigo de Reyes:

O termo desenvolvimento é entendido como uma condição social dentro de uma nação, em que as necessidades autênticas de sua população são satisfeitas com o uso racional e sustentável dos recursos e sistemas naturais. Esta utilização dos recursos naturais é baseada em uma tecnologia, que respeita as características culturais da população de um determinado país. Esta definição geral de desenvolvimento inclui a especificação de que grupos sociais têm acesso a organizações, serviços básicos, como educação, habitação, serviços de saúde e nutrição e, acima de tudo, que suas culturas e tradições sejam respeitadas no quadro social de um determinado país. Em termos econômicos, a definição acima mencionada indica que para a população de um país, há oportunidades de emprego, satisfação – em menos das necessidades básicas, e o alcance de uma taxa positiva de distribuição e redistribuição da riqueza nacional. Em um sentido político, esta definição enfatiza que os sistemas governamentais têm legitimidade não só nos termos da lei, mas também em termos de benefícios sociais para a maioria da população (REYES, 2001, p.1).

O termo desenvolvimento será tratado neste trabalho de acordo com as seguintes variáveis: social, econômica e ambiental (os três pilares de desenvolvimento sustentável). Nesse sentido, o desenvolvimento não será entendido apenas como crescimento econômico, este deve ser associado a questões de melhoria social e preocupação ambiental.

Do mesmo modo, o desenvolvimento é um processo de mudanças complexas que sofre influências das ordens econômica, humana, política e social. Ou seja, incrementos positivos na renda podem satisfazer as diversas necessidades da sociedade, dentre elas, a saúde, a educação, o transporte, a alimentação e o meio ambiente.

3.1.1 Desenvolvimento Regional e Local

Para os autores Corrêa, Silveira e Kist (2019), praticamente não há diferenciação na conceituação de desenvolvimento de uma nação e desenvolvimento de uma região, porém, as explicações podem se diferenciar, seja por motivos de escala, características socioespaciais, da diferença que pode existir na historicidade dos territórios e até mesmo nas questões de autonomia administrativa.

Para entender o que é desenvolvimento regional, faz-se necessário, mesmo que de forma sintética, a compreensão de que região também faz relação com o conceito de espaço.

Inicialmente, David Harvey ao refletir sobre a concepção de espaço, concluiu que a definição do conceito é de extrema complicação, isto quando levado em consideração, a ideia de que esse termo não pode ser a ela conferido significado, caso seja isolado de outras concepções (HARVEY, 1993).

Existe ainda, a subdivisão dentro da definição espaço, de acordo com Harvey (1973). Conforme descrito pelo autor, o espaço absoluto tem sua existência tomada de forma independente da matéria circundante, mais conhecido por ser tratado como compartimento em que se depositam ou dispõe coisas.

Quando se trata da relação entre objetos onde há interação entre coisas, se trata do espaço relativo. Existe ainda o espaço relacional, que é aquele contido nas coisas, onde um objeto existe somente na medida que contém relações com outros objetos (HARVEY, 1973).

É preciso dar enfoque no fato de que, território não pode ser considerado o mesmo que espaço. Território está relacionado à dimensão espacial. Desse modo, há duas linhas principais de definição que relacionam esses dois termos. De um lado há aqueles que consideram o espaço como a primeira natureza do território, ou seja, o antecessor do espaço dado, ao passo que, o território é resultado de uma produção social decorrente desse processo. Por outro lado, há o pensamento contrário a essa explicação, onde o espaço não antecede o território, já que se considera que o espaço é também fruto de uma produção social, diferenciando o território apenas por este repousar na dimensão política do espaço construído (LEFEBVRE, 1991).

Ainda sobre território, esse pode ser descrito como espaço geográfico, onde há interação entre sistema de ações e de objetos. Durante esse momento de reflexão, é importante a inclusão de outra dimensão que é a política, afinal, é o Estado que administra o território enquanto nação.

A necessidade de se descrever governança, é ocasionada pela abordagem do que é território, que de acordo com Dallabrida (2010), refere esse termo como ações ou iniciativas, cujo o papel é de expressar a capacidade que as sociedades organizadas territorialmente, possuem de gerir assuntos públicos, partindo do envolvimento cooperativo e conjunto de fatores econômicos, sociais e institucionais.

Os parágrafos seguintes evidenciam a visão de autores a respeito do termo Região, sua descrição é considerada como a definição mais problemática dos conceitos da economia, principalmente por ser fundamental para os geógrafos e ser considerada controversa no domínio da própria geografia (HAESBAERT, 2005, 2010).

Pozenato (2001), descreve região na visão da geografia da seguinte maneira:

A ideia de região como um espaço natural talvez tenha surgido a partir de sua utilização pela Geografia. A Geografia Física circunscreve territórios em função da paisagem, como se dizia antigamente, ou seja, da Meteorologia, da Hidrologia, da Topografia, da vegetação etc. A Geografia Humana define os espaços regionais também com critérios objetivos, fornecidos pela História, pela Etnografia, pela Linguística, pela Economia e pela Sociologia. Como nem sempre esses critérios coincidem, é possível falar de região histórica, região cultural, região econômica e assim por diante, com fronteiras distintas no mesmo território físico (POZENATO, 2001, p.590).

De acordo com o que foi descrito dentro da geografia, região se aproxima mais de questões de espaço e território, isto é, uma delimitação mais voltada para especificações do espaço físico.

Lencioni (1999), afirmou que região é um espaço onde características socioculturais e físicas são homogêneas, fruto de histórias que fez deste espaço o lugar de pessoas enraizadas ali. Esse conceito retrata características mais sociais à definição (LENCIONI, 1999).

Já Ribeiro (2004), expressa região como uma área que articula ordens e comando com cooperação, conflitos locais e cotidiano. Corresponde a extensão de uma sociedade com relações da sociedade-natureza, incluindo organização social, cultural e decisão política (RIBEIRO, 2004).

Limonad (2004), embasado pela Geografia crítica, definiu que região primeiramente precisa ser entendida como uma construção social, destinada a atender interesses políticos precisos. Dentro desse contexto, em que todos os agentes são portadores de nacionalidade em sua intervenção no espaço, tornam-se produto do pensamento social, com práticas que podem ser tanto hegemônicas quanto contra hegemônicas.

Além disso, a região pode ser construída “a partir da ação de distintos atores/agentes/sujeitos em múltiplas escalas articuladas, que de certa forma, encontram rebatimento em práticas e processos socioespaciais, históricas e geograficamente localizados” (LIMONAD, 2004, p.57-58).

Ainda, levando em consideração a definição, região é descrita como um contexto amplo de relações, podendo elas serem econômicas, sociais e políticas.

Similarmente, ainda se pode complementar como sendo espaço onde interliga dialeticamente formas especiais de reprodução de capital (OLIVEIRA, 1981).

Quando analisado intrinsecamente o desenvolvimento regional, podemos entender região como parte da totalidade, mesmo que essa ideia não se encaixe como lógica ou mesmo harmônica. É interpretado pela formação econômico-social, por meio de um contexto histórico. Dito isso, a condição de região não será tratada como associação atribuída apenas às condições naturais ou físicas.

Após as definições de desenvolvimento, espaço e região e entendido estes termos, os parágrafos seguintes foram dedicados a interpretação de desenvolvimento regional e local, segundo perspectivas de autores conhecidos.

Quando se aborda desenvolvimento regional de forma recente (nos últimos 30 anos), faz-se alusão direta ou indiretamente à Celso Furtado. Afinal, o autor realiza uma análise perspicaz da lógica econômica, à qual o Brasil tem sido governado e as repercussões que essa abordagem trouxe ao território. Quando se trata de Brasil, Furtado (1999) apresenta o seguinte:

Como somos um país com fronteiras que se deslocam permanentemente dentro do próprio território, nosso conceito de região é necessariamente dinâmico. Mas essa consciência de unidade nacional, dentro de um espaço que se expande, coexiste com o senso de identidade que se definiu historicamente em cada região particular. A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional (FURTADO, 1999, p.47).

Ao refletir sobre desenvolvimento local, para fins de comparação com definição de desenvolvimento regional, pode-se embasar, de acordo com o que foi descrito por Bellingieri (2017):

Cabe destacar que desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal. O desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades (BELLINGIERI, 2017, p.8).

Para Oliveira, Silva e Lovato (2014), Desenvolvimento Local é a dinâmica que relaciona o conjunto de fatores como social, econômico, cultural e político, em que são atuantes numa demarcação de território por possuir características próprias qualitativas.

Nesse sentido, desenvolvimento regional será abordado nesse contexto como melhorias nos três pilares principais: social, econômico e ambiental, de forma a analisar um determinado recorte. Vale ressaltar, que essas melhorias não se encaixam apenas em quantitativas, mas também, em qualitativas.

3.2 Políticas Públicas Nacionais de Desenvolvimento

Com a crise mundial em 1973 e o agravamento pelo choque do petróleo, o modelo keynesiano/fordista passou por transição para uma nova forma de regime de acumulação. O modelo foi redefinido com base na flexibilização de processos de trabalho, de capital, dos produtos e até mesmo do mercado de trabalho (HARVEY, 1993).

Nesse período, o colapso ocasionado pelo modelo keynesiano/fordista, colocou em queda o Estado desenvolvimentista, que havia ganhado força no período de reabilitação pós Segunda Guerra Mundial. Esse novo modelo, que veio em substituição, resultou na necessidade de profundas mudanças no sistema político e na reorganização do mercado mundial (CARGIN, 2011).

Diante da nova organização econômica, que seguia os moldes da globalização, o novo conjunto de medidas desse padrão buscava facilitar o trânsito de empresas, por meio de investimentos em infraestrutura e logística. De tal modo que, em países da América Latina foi disseminado a austeridade fiscal, a fim de expandir a nova economia.

Sendo assim, o cenário que se formou evidenciou a desvalorização do planejamento territorial em escalas nacionais. O Brasil, que não estava preparado para assumir novas funções impostas pelo mercado, sucumbiu à nova onda de privatizações e desregulamentações em favor do Estado mínimo, de forma a sofrer questionamentos sobre a existência de instituições de planejamento territorial (AZZONI, 2007).

Barreiras foram reduzidas e possibilitaram a entrada de empresas, que encontraram no Brasil, território adequado para suas instalações. A distribuição dessas companhias ocorreu de forma polarizada, de modo que regiões do país se beneficiaram em detrimento a outras, uma vez que, as menos favorecidas foram Norte e Nordeste.

O Brasil teve como base o processo de formação que repousa nas disparidades regionais e socioeconômicas. Esse formato ainda caracteriza a realidade brasileira e por isso, Theis (2016, p. 83) classifica o país como “formação social periférica, submetida à lógica do desenvolvimento desigual do capital”.

De maneira geral, esse quadro de mudanças no sistema global trouxe consequências que colocaram a questão regional em pauta, principalmente àquelas em relação às disparidades regionais. Pois, a possibilidade de êxito de uma região era medida pela capacidade desta se inserir no mercado globalizado e claramente nem todas estavam prontas para entrada nesse novo modelo. Com isso, o debate e a necessidade de refletir sobre questões relacionadas a políticas públicas de desenvolvimento regional, começaram a ser realidade, principalmente na década de 1990 (VAINER, 2007).

Essas desigualdades fazem parte de uma dimensão do desenvolvimento, pois estão inseridas no modelo de produção, do mesmo modo, suas consequências podem ser visualizadas no território, por meio das diferenças que se instalaram na estrutura econômica e social dos lugares (SMITH, 1988; SOJA, 1993).

O Estado em seu papel de preocupação com a totalidade de um território, não pode aceitar e tem a função de impedir o agravamento ou que se atinja níveis elevados dessas desigualdades, uma vez que, o aprofundamento destas questões, exclui parte da população em que os benefícios do desenvolvimento de territórios estão presentes, seja os do tipo social e/ou econômico. Diante do papel exercido pelo Estado, surgem necessidades de políticas públicas territoriais, que Segundo Costa (2001), é caracterizada da seguinte maneira:

[...] as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltada ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região específica. No nosso enfoque, entretanto, as políticas territoriais extrapolam essa noção, abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 2001, p.13)

Foi possível entender que as políticas que possuem estratégias de intervenção com instrumentos da realidade de cada caso, são consideradas como territoriais. E podem, dependendo de suas características próprias, ser consideradas como relativas ao desenvolvimento regional. Essas políticas, para Amin (2007), não podem se pautar apenas em princípios de competitividade entre as regiões, mas em um

desenvolvimento associado, para que haja inserção de todo o território, onde as regiões são solidárias e contribuintes umas com as outras.

As disparidades inter-regionais possuem a tendência de se manterem e aumentar continuamente. Logo, o Estado precisa ser ativo na criação e implementação de políticas de desenvolvimento regional.

Há a necessidade que as políticas públicas sejam de caráter orientador, de forma a priorizar superações de disparidades geradas pelo desenvolvimento desigual, além de guiar o fortalecimento de articulações entre regiões de um mesmo mercado interno. Similarmente, mecanismos de políticas públicas como SUDENE, SUDECO, SUDESUL e SUDAM, foram elaboradas para dar início ao direcionamento e redução dos efeitos do desenvolvimento, que ocorria de forma desigual nas regiões do Brasil. Até então, o planejamento territorial era pensado de forma macrorregional, imaginando-se o território de forma homogênea. (BRITO, MATTEDI; & DOS SANTOS, 2017).

No Brasil, o início da industrialização foi marcado principalmente na região Sudeste, considerando o período pós Segunda Guerra Mundial. Regiões como Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficaram às margens desse processo no país. Dados descritos por Furtado (1959), mostram que antes da guerra, em 1939, o Nordeste participou ativamente na economia brasileira com um produto interno bruto de 30% e após, em 1959, apresentava atuação com apenas 11%. De modo que, as regiões que estavam em transição para a industrialização, eram as que obtinham maiores crescimento.

Partindo do entendimento sobre processo de crescimento e desenvolvimento menos distintos entre as regiões, houve a criação da SUDENE, em que, à medida que o mercado interno era alavancado pela industrialização, corrigia e reestruturava questões econômicas e sociais da daquela região. Teve atuação durante o período de 1959 a 2001 e funcionou como sistema de incentivos fiscais, atraindo principalmente capital privado.

Para carvalho (2011) o funcionamento da SUDENE foi a seguinte:

A SUDENE tentou, apesar do processo de desgaste e enfraquecimento por que passou, fazer uma política de caráter desenvolvimentista, que proporcionasse maior inclusão social e diminuição das desigualdades interpessoais e inter-regionais de renda. Entretanto, apesar de haver conseguido modificar fortemente sua estrutura produtiva, não foi bem-sucedida em termos sociais (CARVALHO, 2011, p.287).

Nessa mesma direção de políticas públicas, podemos citar a SUDECO, que foi um órgão federal de planejamento e intervenção na região Centro-Oeste. Pode ser entendida como projeto para desenvolvimento regional e nacional, onde o foco principal era disseminar o capital monopolista no interior do país. Bem como, estimular e “PRODUZIR oportunidades e PROMOVER seu aproveitamento para ACELERAR o desenvolvimento harmônico do Centro-Oeste” (ABREU, 2001, p. 31).

Essa proposta se enquadra no modelo de intervenção desenvolvimentista que Bielschowsky (1996) descreveu como projeto econômico, ao apresentar ideias de industrialização integral para superação da pobreza, onde o Estado define a expansão desejada, capta e orienta recursos financeiros para investimento direto nos setores específicos.

A intervenção no Centro Oeste ocorre principalmente em virtude do processo de ocupação ao qual foi submetido. Sendo caracterizada até a década de 1970, como vazios demográficos e/ou áreas cujo objetivo final tratava-se apenas a atividades agropecuárias.

A SUDECO foi oficialmente criada pela Lei n. 5.365 de 1967 e idealizada com as missões de coordenar e elaborar planos de desenvolvimento regional. Durante a crise do petróleo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento descrevia a necessidade de inserção em proporções maiores do Centro Oeste no cenário de crescimento do Brasil, assim como, abordou e citou às necessidades de aumentar a produção agrícola e poder de absorção do crescimento populacional do país. Nesse sentido, o crescimento ocupacional e de produção agrícola do centro oeste e da Amazônia foi intensificado como chave de desenvolvimento. Conforme descrito no trecho a seguir:

Trata-se agora de exigir muito mais da agropecuária [...]. Significa, de um lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados [...]. Cabe recordar que o Brasil, no quadro mundial, é um dos poucos países ainda com ampla disponibilidade de espaço. A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído, colocou à disposição do setor imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia (BRASIL, 1974, p. 33).

O Programa trouxe como consequências positivas a modernização no processo de produção agropecuária, principalmente em gêneros alimentícios voltados à exportação. A inserção ao POLOCENTRO, seguiu o conceito de Polos de crescimento de François Perroux, ao descrever que áreas para polos de desenvolvimento,

disseminariam para regiões vizinhas agriculturas desenvolvidas (CAVALCANTE & BARREIRA, 2011).

Após fortes reduções de investimentos, a SUDECO paralisou seus projetos em 1985 e extinta em 1990. Posteriormente a década de 1950, o assunto desigualdade entre as regiões começou a ser mais debatido, afinal, a região Sudeste detinha a concentração de capital do país, privando o crescimento de outras regiões na mesma proporção. Como visto anteriormente, esse acontecimento motivou a efetivação das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste, Centro Oeste e do Sul com a SUDESUL.

A Superintendência de Desenvolvimento da região Sul (SUDESUL), foi instituída em 1967 pelo decreto lei n. 301. Atuou por 23 anos com a ideia de orientar planos para desenvolvimento e principalmente firmando convênios que trouxessem desenvolvimento à região. Recebeu apoio de instituições como Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Projetos agrícolas e hidrológicos também foram ações efetivas da SUDESUL (ALMEIDA, MESSIAS & GOULARTI FILHO, 2010).

Nesse mesmo sentido, foi criada e implementada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), apresentando a proposta de gerir programas que abordassem a integração da região nos contextos social e econômico brasileiro. Criada pela lei n° 5.173, de 27 de outubro de 1966, teve como principais objetivos de coordenar, planejar e promover ações governamentais que fossem destinados ao desenvolvimento da Amazônia, além de induzir ações do setor privado e direcionar atuações de instituições públicas (BRITO, 2001)

A extinção das superintendências é desencadeada após agregarem algumas conquistas às suas respectivas regiões. Dito isso, a SUDESUL em 1990, a SUDECO em 1999, a SUDENE e SUDAM no mesmo ano, em 2000 e, essas duas últimas, substituídas numa reestruturação mais enxuta pelas agências de Desenvolvimento.

Outras medidas foram fortalecidas durante esse período, uma delas se deve a criação do Ministério da Integração Nacional em 1999, com a proposta de reorganizar o Estado em conformidade às atribuições de formulação, de condução de políticas, aos programas de desenvolvimento, como também, a ideia de inserir regiões periféricas no plano de melhorias. Esse ato resultou em ações específicas que levaram em consideração, particularidades das Regiões, são conhecidas como:

Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO); debates a respeito de Políticas Nacionais de Ordenamento Territorial (PNOT) e implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), até então, também se apresentou como instrumento de coordenação e cooperação em todas as esferas de governo, dessa forma, possuiu a responsabilidade de superar as desigualdades regionais e estimular o senso de justiça, uma vez que, contemplaria de forma coesa todos os níveis territoriais do país.

A primeira fase foi instituída pelo decreto 6.047 de 2007. Alves e Rocha Neto (2014), identificam que um dos maiores problemas que influenciaram a necessidade de criação da PNDR, foi a ausência de políticas públicas no país durante as décadas de 1980 e 1990. Para Cargnin (2011, p.13), essa problemática ocorre desde o fim dos 1970, onde descreve: “o planejamento territorial esteve fora da agenda acadêmica e da centralidade das políticas governamentais brasileiras, tanto no cenário nacional quanto no dos estados”.

Os autores, Alves e Rocha Neto (2014), reconhecem a PNDR como a materialização do primeiro esforço do Estado em criar políticas para o desenvolvimento regional. Podem ser citadas algumas características como:

a) objetivo de mudanças de paradigmas, a fim de superar abordagens macrorregionais, para entender que problemas regionais estão em múltiplas escalas geográficas, dessa forma, a atuação deveria ocorrer necessariamente, em parâmetros nacionais;

b) mudança de abordagem para exógena, visto que, tratava-se inicialmente do tipo *top-down*, em que as ações são resultado de grandes investimentos, porém sem os devidos controles sociais, para o tipo *bottom-up* com controle e participação social;

c) percepção sobre as regiões, alterando a visão equivocada onde o moderno estava atrelado às regiões mais desenvolvidas e o arcaico às de menor desenvolvimento. Passando, desse modo, a ver a diversidade regional como ativo que deveria ser explorado economicamente.

A PNDR foi atualizada para sua segunda versão carregando a proposta de promover coesão territorial, política e econômica. O objetivo principal era aprofundar na desigualdade, a fim de reverter tendências já incorporadas na sociedade e forjadas historicamente.

A PNDR II, pode ser separada em quatro objetivos principais:

Primeiramente a convergência, em que se almeja reduzir diferenças no desenvolvimento, na qualidade de vida e na promoção da equidade pelas oportunidades de desenvolvimento entre regiões.

Em segundo, a promoção da competitividade entre regiões, devido ao declínio populacional e elevadas taxas de emigração, ocasionados pela baixa geração de emprego, renda e serviços. Estas regiões poderiam ser definidas como baixa renda ou não.

Em terceiro, a valorização da diversidade econômica em regiões com forte especialização da produção de commodities agrícolas e/ou mineral, que possuíssem baixo valor agregado em exportações, elevada desigualdade social e baixa diversidade econômica.

Por fim, o último objetivo descreve o fortalecimento da rede de cidades médias com mais harmonia, identificação e fortalecimento das centralidades em diversas escalas, dentre os vários níveis hierárquicos, logo, esse fortalecimento contribui para a interiorização do desenvolvimento.

Na análise de Carniello e Santos (2021), a PNDR conceitua que desenvolvimento tem foco na qualidade de vida da população, no entanto, centrado na economia, de forma a retratar a ideia de que a redução das desigualdades econômicas e sociais resultam em crescimento econômico.

Como já evidenciado por Theis (2019), uma medida para combater as disparidades regionais, seria por meio da intervenção do Estado:

O diagnóstico é de que o mercado autorregulado é uma ficção; deixando-se que funcione sem coordenação, inevitavelmente, produzirá desigualdades. Portanto, há dois pontos a considerar: é preciso (a) corrigir as desigualdades e (b) regular o mercado que as produz. (...) Assim, a presença do Estado, este agente incumbido de coordenar o mercado, atenuaria a geração de desigualdades sócio-espaciais (THEIS, 2019, p.354).

Políticas de Desenvolvimento, são instrumentos que rejeitam os preceitos Neoliberais. Desse modo, são reconhecidas como características de intervenção do Estado, para o equilíbrio da balança, que buscam crescimento econômico e desenvolvimento nacional com distribuição mais igualitária (CARDOZO & MARTINS, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A explanação referente a parte teórica conceitual de políticas públicas, desenvolvimento, região, desenvolvimento regional e local, foi realizada para reconhecer a importância da intervenção que o Estado detém na promoção do desenvolvimento, quando este baseia-se em crescimento econômico e preocupação social. Mediante o exposto, é possível concluir que: as políticas públicas de desenvolvimento surgiram principalmente em razão de problemas sociais. São meios utilizados na tentativa de que a sociedade tenha seus direitos garantidos, por meio de intervenção do Estado.

Sendo assim, políticas públicas são todas as ações, metas e planos traçados pelo governo (nacional, estadual ou municipal) para alcançar o bem-estar social e o interesse público. Na verdade, as ações escolhidas pelos funcionários públicos (funcionários do governo ou tomadores de decisão), são aquelas por eles interpretadas como demandas ou expectativas da sociedade. Em outras palavras, o bem-estar social é geralmente definido pelo governo quando este observa as necessidades da sociedade.

Porém, atuações do Estado como a condução da PNDR no Brasil, foram baseadas perante a ausência de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Esses critérios ganharam força nas últimas décadas logo após o fim das Superintendências, visto que, possuíam os mesmos objetivos. Além disso, tais ações reforçam a necessidade de intervenção do Estado para o bem estar da sociedade, que embasadas na economia globalizada e capitalista, promovem a desigualdade entre as regiões. Desta maneira, espera-se boas escolhas daqueles que serão responsáveis por essas políticas.

Mesmo com a atuação do Estado em prol de um planejamento regional, este ainda não alcançou o âmago da formação social, pois ainda permanece dependente e periférico num processo de desenvolvimento, em que o capital se conserva geograficamente concentrado. A atuação por meio de iniciativas que pretendiam ser instrumentos de intervenção em função da população e desse modo, minimizar as disparidades socioespaciais, aconteceram em momentos curtos e descontinuados, de modo a não atingir força de abrangência e nem eficácia palpável.

Este artigo oferece fundamentação para que estudos sobre políticas públicas no Brasil continuem, principalmente, fazendo uso de análises mais quantitativas, de

forma a verificar as interferências que possam apresentar no desenvolvimento do país.

O presente estudo contribui para a correlação entre políticas públicas e o desenvolvimento do país, uma vez que, as disparidades regionais estão relacionadas intrinsecamente ao seu crescimento. Assim como, a falta de planejamento no início da corrida pela participação da economia globalizada, contribuiu para a necessidade de intervenção por meio dessas políticas e que, ações foram tomadas como tentativas de inserção das regiões menos favorecidas ao desenvolvimento do país.

CAPÍTULO 2 – ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Resumo

Todos os países que se desenvolveram no mundo, colocaram a educação como uma de suas prioridades. Neste sentido, esta pesquisa exploratória bibliográfica do tipo qualitativa, possuiu o objetivo de avaliar a ampliação do ensino superior no Brasil, as políticas públicas que contribuíram com esse alargamento e suas contribuições ao desenvolvimento regional. Além de buscar entender, como as Instituições de Ensino superior podem agregar ao desenvolvimento local. É constituída pela consulta aos órgãos oficiais do governo e literatura sobre o tema, desde as primeiras instituições de ensino superior em 1808 até 2020, resgatando marcos históricos e políticas públicas voltadas à educação superior. Também foram realizados estudos em artigos, teses e dissertações em bancos de dados como Scopus e Scielo. Os resultados demonstram expansão e interiorização, ampliando o acesso principalmente, após a implantação de políticas públicas. E que, as universidades são agentes de ativação da economia local, que podem contribuir de forma direta e/ou indireta para o desenvolvimento daquela região, com a geração de empregos, atração de empreendimentos residenciais e comerciais ao redor, promoção cultural, aumento de mão de obra qualificada e produção do espaço urbano. Entretanto, vale ressaltar, a taxa bruta de matrículas no ensino superior e a taxa líquida de escolarização ainda estão aquém das metas estabelecidas no Programa Nacional de Educação, demandando novos avanços e melhorias para que se alcance o proposto ao longo dos anos.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Economia.

Abstract

All the countries that have developed in the world have placed education as one of their priorities. In this sense, this exploratory qualitative bibliographic research aimed to evaluate the expansion of higher education in Brazil and the public policies that contributed to this expansion and its contributions to regional development, in addition to seeking to understand how Higher Education Institutions can contribute to the local development. It consists of consultation with official government bodies and literature on the subject, from the first higher education institutions in 1808 to 2020, rescuing historical landmarks and public policies aimed at higher education. Studies were also carried out in articles, dissertation theses in databases such as Scopus and Scielo. The results demonstrate expansion and internalization, expanding access mainly after the implementation of public policies. And that universities are agents of activation of the local economy and can directly and/or indirectly contribute to local development. However, it is worth mentioning that the gross enrollment rate in higher education and the net enrollment rate are still below the goals established in the National Education Program, demanding new advances, requiring improvements to achieve the proposed over the years.

Keywords: Education; Public Policy; Economy.

Resumen

Todos los países que se han desarrollado en el mundo han puesto a la educación como una de sus prioridades. En este sentido, esta investigación bibliográfica cualitativa exploratoria tuvo como objetivo evaluar la expansión de la educación superior en Brasil y las políticas públicas que contribuyeron a esa expansión y sus contribuciones al desarrollo regional, además de buscar comprender cómo las Instituciones de Educación Superior pueden contribuir al desarrollo local. desarrollo. Consiste en la consulta a organismos oficiales de gobierno y literatura sobre el tema, desde las primeras instituciones de educación superior en 1808 hasta el 2020, rescatando hitos históricos y políticas públicas dirigidas a la educación superior. También se realizaron estudios en artículos, tesis de grado en bases de datos como Scopus y Scielo. Los resultados demuestran expansión e interiorización, ampliando el acceso principalmente después de la implementación de políticas públicas. Y que las universidades son agentes de activación de la economía local y pueden contribuir directa y/o indirectamente al desarrollo local. Sin embargo, cabe mencionar que la tasa bruta de matrícula en educación superior y la tasa neta de matrícula aún se encuentran por debajo de las metas establecidas en el Programa Nacional de

Educación, exigindo novos avances, requirindo mejoras para lograr lo propuesto a lo largo de los años.

Palabras clave: Educación; Políticas Públicas; Economía.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é um elemento importante de qualquer sociedade. Nela são depositados valores de formação de cidadania e conceitos que possibilitam a construção de uma nação.

A educação superior é considerada um passaporte do ensino. Nesse sentido, as universidades contribuem para o bem público, cidades e regiões ao qual estão inseridas. Cooperam para geração de empregos, tanto na instituição de educação, quanto no mercado local, que carecem de maior produção. Auxiliam também, no desenvolvimento cultural, na promoção de eventos e com inovação e pesquisa, estes dois, geralmente em parceria com empresas locais, além de, projetos de extensão que visam proporcionar atividades voltadas ao bem estar social.

Serra et al. (2020) colocam essas instituições como agentes de desenvolvimento econômico, social e urbano e por serem elementos tão importantes na sociedade, são alvos de políticas públicas.

Apesar dos avanços de expansão universitária obtidos nestes séculos com o aumento da quantidade de IES e matrículas no ensino superior, há pessoas desprovidas de Universidade, que embora seja desejada por muitos, é possibilitada apenas a poucos, dada a disponibilidade de vagas, distância, mensalidades, dentre outros fatores.

Portanto, programas que permitem a democratização e interiorização são fundamentais. É nesse contexto que demonstra-se a importância desse artigo, ou seja, enfatizar a ideia de que o maior alcance e acesso ao ensino superior se faz necessário por meio da implantação de políticas públicas, que aqui são tratadas como sistemas de ações para produzir efeitos específicos, nesse caso, de ampliação do Ensino Superior.

Nesse sentido, o presente estudo propôs avaliar a evolução de políticas públicas e programas voltados à educação superior no Brasil, como o PROUNI, SISU,

FIES, REUNI e como podem contribuir com o desenvolvimento regional brasileiro e na localidade onde são implementadas.

Inicialmente, no tópico dois, foi definido políticas públicas, como elas se relacionam com o ensino superior e conseqüentemente, com o desenvolvimento regional. No tópico três, foi elaborado a cronologia de marcos temporais importantes na educação superior. Em seguida, o tópico quatro foi construído com o levantamento de políticas públicas e programas de expansão do ensino superior. Por fim, no tópico cinco, faz-se a relação entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento regional, antes de trazer as considerações finais.

2 METODOLOGIA

O estudo é do tipo exploratório, bibliográfico, constituído pelo levantamento de referências, que em tese, aprimora ideias ou pode contribuir para descoberta de intuições, ao desenvolver pesquisas para comprová-las.

A abordagem é qualitativa, seguindo a ideia levantada por Silveira e Córdova (2009, p.31), “busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos”.

O embasamento das informações ocorre por meio de documentos oficiais publicados por órgãos, como por exemplo, do Ministério da Educação e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para compreender a relação de políticas públicas e a expansão do ensino superior, elucidando relações entre as Instituições e o desenvolvimento Regional

O estudo ocorreu entre os anos de 2020 e 2021, separados por marcos históricos do processo de expansão do Ensino Superior. Foi realizada a ordem cronológica ao comparar dados de acesso à educação, para identificar a influências dessas políticas na ampliação do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES), com destaque: Programa Universidade para todos (PROUNI), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e Financiamento Estudantil (FIES).

Foram considerados informações referentes aos anos 2000, com a realidade de 2020, para analisar e comparar dados de número de matrículas e números de IES, para realizar a análise das informações, como também, determinar a possibilidade de ampliação do ensino superior e suas influências no desenvolvimento regional.

A relação entre políticas públicas de expansão do ensino superior e desenvolvimento são relacionadas pelas possíveis contribuições das IES nas melhorias econômicas e sociais para seu entorno.

3 MARCOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Ao analisar o ensino superior no Brasil, torna-se necessário aprofundamento histórico de forma a correlacionar os fatos, ponderando questões desde a implantação a etapas de expansão.

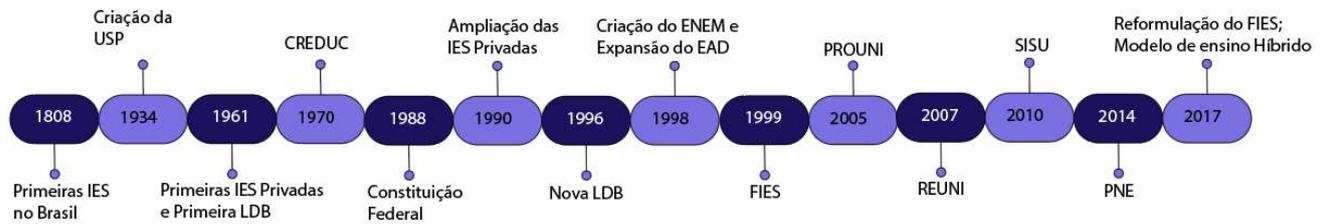
A história relacionada a esse tipo de ensino foi iniciada tardiamente quando comparada a países da América Latina, visto que, foram colonizados pela Espanha, um país que distribuía universidades por suas colônias. Em contraste à essa realidade, Portugal realizava de forma limitada, a disseminação dessas instituições em suas Metrópoles na época, limitadas até então, a Coimbra e Évora.

O modelo mais próximo de Instituição de Ensino Superior chegou por aqui somente a partir dos anos 1808, com a criação do curso de Cirurgia, Anatomia e obstetrícia na cidade do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e em Salvador (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia). Ainda não existiam instituições que ofertassem cursos superiores variados, apenas cursos isolados (Villalta, 1997).

A Figura 1 expõe de forma cronológica, para melhor entendimento desse contexto histórico, marcos de grande relevância a serem analisados nesse estudo, em referência à evolução dos programas de políticas públicas voltadas ao Ensino Superior.

Somente no ano de 1920, houve a primeira consolidação da confederação de escolas, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Sete anos mais tarde, em 1927, foi inaugurada a Universidade Federal de Minas Gerais, configurada de acordo com modelos napoleônicos e concebidas para formação direcionada ao mercado de trabalho, sem foco em pesquisa. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo e a partir dos anos de 1950, houve a expansão das Instituições Superiores Federais no Brasil (APRILE & BARONE, 2009).

Figura 1 - Cronologia de fatos históricos da educação superior no Brasil



Fonte: Elaboração dos autores, 2020

Inicialmente, a existência dessas instituições não necessariamente representava acesso da população, o ingresso a esse tipo de ensino era principalmente para as pessoas de maior classe social e aos líderes religiosos. O maior acesso da população às instituições se inicia pela reforma universitária no começo dos anos de 1960, como resultado do esforço de um movimento estudantil (MENDONÇA, 2000).

Segundo Mendonça (2000), em 1962 foi inaugurada a Universidade de Brasília (UNB). Trouxe como característica o rompimento dos modelos praticados no ensino superior no país ao associar ensino com pesquisa. Porém, em 1968, o governo militar coloca em voga a reforma universitária, por meio da lei nº 5540, onde as universidades, apresentariam apenas caráter de formação profissional, focado no mercado de trabalho, desse modo, colocando a pesquisa como responsabilidade da pós-graduação (MENDONÇA, 2000).

Vieira (1991) avaliou os vinte anos seguintes da lei nº 5540 e concluiu que, houve a solidificação da pós graduação em prol da carreira docente nas universidades federais, além, destas serem responsáveis pela pesquisa e extensão. Entretanto, as IES privadas (que datam suas primeiras instalações a partir de 1891, visto na figura 1) cresciam e recebiam incentivos para sua expansão, principalmente nos anos 1990, visando a formação de profissionais para o mercado de trabalho.

A expansão das IES privadas (Quadro 1), se materializou quantitativamente nos anos 2000, de um total de 1180 instituições, apenas 176 eram públicas, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quadro 1 - Número de matrículas por natureza administrativa no ensino superior do Brasil de 1990 a 2018.

Matrículas				
Ano	Públicas	Crescimento %	Privadas	Crescimento %
1990	578.625	-	961455	-
2000	887.026	53	1807219	88
2010	1.461.696	65	3987424	121
2018	2.077.481	42	6.373.274	60

Fonte: Elaboração própria com dados do censo da educação superior. (Inep, 2019).

Sguissardi (2008), constatou que de 2000 a 2010, o número de matrículas nas IES privadas cresceu numa escala de 121%, enquanto as públicas, permaneceram na faixa de 65%, onde a quantidade de matrícula nas IES privadas esteve à frente em todos os anos.

Porém, antes de explicar sobre os programas e políticas, é necessário que se entenda as diferenças entre ampliação e democratização do acesso ao Ensino Superior. O primeiro refere-se à criação de novas vagas nas Instituições (tanto públicas quanto particulares) e será tratado com maior ênfase nesta pesquisa. O segundo, possui sentido diferente, pois demonstra a necessidade maior oferta de vagas, requer que seja de fácil acesso às camadas consideradas não privilegiadas e que se analise a realidade dos estudantes para que se mantenham até a formação.

Nesse processo de expansão, a LDB 9394/1996 foi peça fundamental ao demonstrar a indigência da criação de estratégias para promoção do acesso ao ensino superior, principalmente o setor privado (Quadro 1) ao receber incentivos de crescimento no país.

A liberação do campo da educação superior à atuação privada, pode ser explicada por cinco motivos principais, de acordo com Azevedo (2015, p. 93):

- a) Aumento da população jovem adulta (na faixa de 18 a 30 anos, desde 1990);
- b) Exigências do mercado de trabalho (o aumento desemprego nos anos 1990 e a maior exposição do Brasil no mercado global exigiram trabalhadores com qualificação superior);
- c) Aumento do número de concluintes no ensino médio (o número de concluintes desse nível faz aumentar a demanda de ensino superior);
- d) Maior disponibilidade de financiamento estudantil e bolsas de estudo (principalmente pelo FIES e PROUNI);
- e) A vigência da LDB 9394/1996 que mostrava a necessidade de ampliação do ensino superior.

Diante das inópias apresentadas, a economia do país estava em período de estabilização do qual se julgou impossibilitado de investimento na ampliação de universidades públicas. Essa fase expôs a necessidade de parceria com instituições privadas para ofertar maiores quantidades de vagas.

Dentro desse contexto, políticas públicas foram criadas, como por exemplo, o ENEM, FIES, PROUNI, REUNI, SISU exibidos na figura 1, demonstrando a maior participação no setor privado em detrimento das universidades públicas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Políticas públicas podem ser definidas como ação do Estado em prol de uma finalidade específica, atuam por meio da prevenção ou solução de problemas. De forma mais abrangente, são classificadas como a materialização da intervenção do Estado, ao abarcar políticas de organizações privadas ou não governamentais, em casos de diversificação de fontes e recursos, preservando o caráter público, pois afetam e comprometem toda a sociedade (Viegas et al., 2020).

Quando são voltadas à educação, podem ser por meio de programas educacionais, leis, planejamentos, investimentos que resultem na criação, ampliação ou melhoria dentro desse setor. Vale ressaltar, as políticas não se resumem apenas a programas, pois esses são “atividades específicas nas quais as agências se envolvem durante a implementação de uma política pública” (VIEGAS et al., 2020, p.43420)

Dentro do contexto de políticas para o Ensino Superior, o eixo central é tratado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que desde 2014, estabelece diretrizes norteadoras para a educação até o ano de 2024. Apresenta como marcos legais para sua implantação, a Constituição Federal de 1988, com o descrito: “Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996 com o trecho: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” (Plano nacional de educação em movimento, 2014). A meta 12 das 20 que foram elaboradas, estabelece o seguinte para a expansão do Ensino Superior no Brasil: “Elevar a taxa

bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p.13)

Para fazer a interação entre políticas públicas do ensino Superior com desenvolvimento, é necessário entender a diferenciação entre planos regional e local para dimensionar em qual âmbito será tratado o impacto das IES. A principal diferença pode ser explicada por um recorte espacial, desse modo, a escala regional tem maior abrangência que a local e é menos restrita.

(...) no contexto do desenvolvimento regional entende-se a região como parte de uma totalidade, totalidade não mais orgânica ou lógica, nem uma totalidade harmônica e sim uma totalidade histórica, entendida à luz da concepção de Formação Econômico-Social (ETGES & DEGRANDI, 2013, p. 90)

Já desenvolvimento, deve ser pautado em melhorias da tripla condição; social, econômica e cultural, ou seja, deve ocasionar o bem estar social com qualidade de vida, onde a renda seja acessível à população. A ideia carregada por esse desenvolvimento, pode ser explicado por Dallabrida (2010, p.169) “como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente”

De acordo com o estudo realizado por Theis (2019), foi possível identificar bibliografias que atribuem Desenvolvimento a seguinte definição:

[...] desenvolvimento não se limita a prover uma dada população de bens materiais e econômicos. Pelo contrário, é preciso considerar o seu caráter de totalidade, de um todo indissociável, assim permitindo que o conceito inclua preocupações como: a redução de desigualdades territoriais, a promoção de justiça social e espacial, e a busca da dignidade como sua finalidade última. (THEIS, 2019, p. 338)

Perante essa diferenciação, pode-se compreender como desenvolvimento regional a melhoria de índices como: crescimento econômico, fatores sociais, culturais, ambientais e políticos. São ações em conjunto com o poder público e privado que visam levar soluções aos problemas de determinada região. É nesse contexto de oportunidades, que se inserem os impactos gerados por universidades.

A importância da Educação Superior se destaca como elemento para estimular as capacidades de desenvolvimento da região, melhorando as competências de recursos humanos e impulsionando atividades criativas e inovadoras. Nessa direção,

as IES potencializam os níveis de qualificação e qualidade na capacitação das pessoas.

Guedes e Santos (2019) defendem a ideia de universidades poderem contribuir com inovação junto às empresas, ao propor alianças para criar conhecimentos sofisticados, além de desenvolver e disseminar tecnologias diferenciadas. Afirmam ainda que, essa interação é benéfica para empresas, às próprias instituições universitárias e para a região inserida, afinal, viabiliza o compartilhamento de “conhecimentos, pessoas e tecnologias” (GUEDES & SANTOS, 2019, p.345).

Castells (2003) coloca as universidades como fator de criação das cidades, pois, são essenciais na dinamização do tecido urbano, produz mão de obra qualificada, desenvolve indivíduos de forma inovadora e novas ideias. Impactos que vão além do aumento de indicadores econômicos, provocando alterações que podem afetar o desenvolvimento de toda uma região.

Assim, pode-se verificar que, como afirmado por Silva, Lopes e Júnior (2009), as políticas públicas podem atender a questões multidirecionais, onde uma ação com foco na educação, por exemplo, pode afetar questões econômicas e sociais do seu entorno.

As políticas de educação superior podem ser instrumentos de ampliação e permanência dos alunos em nível superior, tanto com a criação e implantação de novas IES quanto no aumento de vagas nos cursos existentes e/ou pela criação de novos cursos. Essa expansão universitária vem atrelada à um conjunto de atividades econômicas, pois podem viabilizar a geração de emprego, renda, atração de novos programas governamentais, na intenção de fortalecimento da economia local, além do desenvolvimento social e cultural.

5 PROGRAMAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Após a década de 1990, a discussão sobre a necessidade de medidas que viabilizassem o acesso de jovens das camadas mais populares ao ensino superior, se mostra cada vez mais importante. É durante esse momento, que tal assunto é inserido no quadro de políticas públicas da educação.

Aprile e Barone (2009) expõem que, ainda nos anos 90, foram elaborados vínculos quase que lineares entre, ingresso e permanência de um indivíduo em frente à alguma oportunidade de emprego com o respectivo grau de escolaridade, afinal, o

mercado buscava competitividade, capacidade e maior produção. Dito isso, fica ainda mais incisivo a necessidade do poder público interferir para proporcionar avanço no setor.

No período de 1994 a 2002, houve avanço no ensino privado, com facilitação ao processo de reconhecimento, autorização e credenciamento de novas instituições, além do ajuste fiscal, que já existia desde os anos 1990 (DURHAN, 2010).

Mesmo com ampliação do número das IES privadas, surgem complicações decorrentes do alto índice de inadimplência, do mesmo modo, inúmeras vagas ofertadas não conseguiam o público necessário. A simples expansão não era suficiente, a maior parte da população não conseguia entrar e se manter no ensino superior, o que mostra a existência de demandas em relação a interferência do Estado para maior igualdade na educação, ou seja, havia expansão, mas não democratização.

Durante os anos de 1990, o Banco Mundial (BM) promoveu políticas de interferência na Educação Superior. Lima (2011) defendeu que, no Brasil, os dois eixos guias para as reformulações do ensino eram: maior diversidade de IES e de cursos e maiores fontes de financiamento estudantil, impedindo eventualmente, que vagas do setor privado não permanecessem ociosas. Reforçando a necessidade de programas de políticas públicas que viabilizassem a entrada e permanência dos estudantes no Ensino Superior.

5.1 Programa de Crédito Estudantil (PCE/CREDOC)

O Programa de Crédito Estudantil (PCE/CREDOC) foi criado em 1970 e era caracterizado como financiamento estudantil. Entretanto, com o passar do tempo, os alunos que concluíam a própria formação acadêmica, não quitavam as dívidas geradas pelo financiamento, o que gerou altos índices de inadimplência, conseqüentemente já ano de 1983, encontrava-se praticamente falido. Foram feitas reformulações na tentativa de melhorar o sistema, por exemplo: novas fontes de investimento e alteração do período de carência, a fim de trazer novamente a eficácia do programa.

Em 1992, através da Lei 8.436, o programa foi institucionalizado de forma a ser administrado e supervisionado pelo Ministério da Educação. Possuía objetivos de proporcionar a igualdade no acesso ao ensino Superior e reduzir a evasão. Porém,

por motivos de baixo retorno de pagamento e problemas político-operacionais, declara falência em 1997.

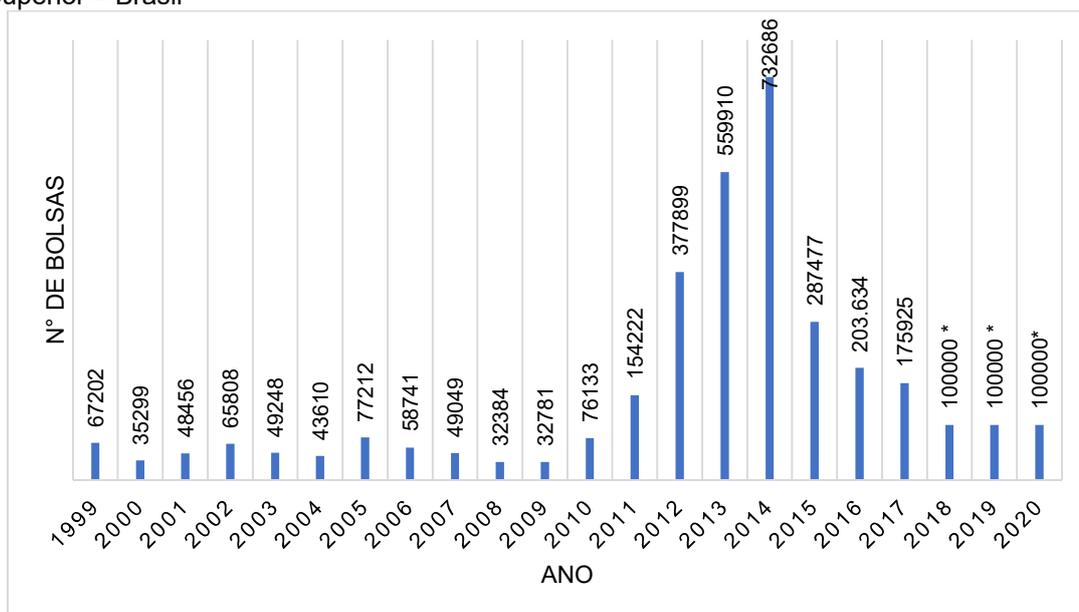
Nesse mesmo ano (1997), o Banco Mundial (BM) apresentou um conjunto de reflexões que apontava certo distanciamento do Estado com o povo, desse modo a sugerir entre os envolvidos atitudes de reaproximação. O Estado tem papel fundamental de criar políticas para Desenvolvimento econômico e Social, dentro desse contexto, estavam as de reordenamento da educação superior. Em suma, programas de incentivo foram criados para minimizar a quantidade de vagas ociosas no Ensino Superior. Este são descritos de forma detalhada ao longo do texto.

5.2 Financiamento Estudantil (FIES)

Após o fim do programa de crédito estudantil (1997), o governo federal criou o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES) em 1999, na tentativa de que mais estudantes tivessem a oportunidade de entrar e se manter durante essa fase, preenchendo as inúmeras vagas ofertadas pela educação privada. O programa de financiamento foi estabelecido em 2001 pela Lei Federal nº 10.260.

Como já dito, o FIES é o substituto do CREDUC e a evolução do programa, em número de contratos, pode ser visualizada na figura 2.

Figura 2 - Quantidade de bolsas - contratos novos por ano do FIES – Financiamento Estudantil do Ensino Superior – Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados do portal MEC (2020).

*Valores fornecidos por meio do direito ao acesso.

O número de vagas ofertadas foi expandido a partir de 2010, considerando o pico de maior oferta o ano de 2014. Os motivos desse aumento ocorreram em função das mudanças que flexibilizaram o acesso ao programa, onde o Banco Central do Brasil, exerceu papel fundamental ao colocar em vigor a resolução nº 3.842, de 10 de março de 2010. A ideia era proporcionar reduções de taxa efetiva de juros para os contratos anteriores e os que, futuramente efetivariam à vigência dessa resolução.

Além disso, houveram alterações no período de carência que passou a ser de 18 meses, com amortização de três vezes o tempo de duração do curso, mais 12 meses. O período de inscrições começou a ser contínuo durante o ano e os fiadores foram substituídos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), onerando as despesas da União.

O número de estudantes na rede privada não crescia na mesma proporção que os beneficiados do programa após a reforma, deste modo, houve acréscimo no FIES de 31%, as matrículas representaram apenas 6,6% quando comparado os anos de 2013 e 2014, o que levou a crer que, quem estava ganhando com essas mudanças eram os alunos que já se encontravam nas IES (CLARK et al., 2020).

Em 2014, o país entrou num processo de crise econômica e política, necessitando de reformas. Diante desse novo cenário, o MEC passa a solicitar como pré-requisito, a nota do Enem para inscrição no programa FIES, com pontuação mínima de 450 para o caderno de provas e valor acima de zero na redação, o que eventualmente restringiu o acesso. Em 2017, em decorrência à nova reformulação, foi retirado o período de carência e vinculado o pagamento do financiamento à renda do estudante. Essas alterações podem ter motivado a redução de oferta do programa.

De acordo com as novas regras para se obter o Financiamento, no ano de 2020, como dito anteriormente, além de utilizar a nota do ENEM, passa a exigir renda não superior à três salários-mínimos, além disso, taxa de juros zero e o pagamento com início um mês após a conclusão do curso.

Já no P-Fies, também ocorreu reformulação e nova criação, teve seu início marcado no segundo semestre de 2020, apresentando características diferentes: um programa que atua de forma independente ao FIES, ou seja, não tem como critério notas do Enem, solicita limite de renda até cinco salários-mínimos e pode ser contratado durante todo o ano. De forma resumida, o Quadro 2 mostra pontos marcantes do programa no Brasil.

Quadro 2 - Fundo de Financiamento Estudantil no Brasil – FIES

Programa	Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES)
Ano de Criação	1999
Tipo	Programa de Financiamento
Objetivos	Ensino Superior; Preencher vagas ofertadas pelo setor privado;
Informações Importantes	2010 Passou a ser operacionalizado pelo FNDE; 2011 regulamentado pela Lei 12.513; 2014 crise econômica do Brasil e inserção do pré-requisito da nota do Enem; 2017 Reformulação do programa; 2020 Criação do P-Fies

Fonte: Próprios autores (2020)

A função social que o programa dispõe, mostra grande importância para que mais pessoas possam ingressar e concluir o Ensino Superior, porém, passou por dificuldades em se manter economicamente, principalmente por inadimplência dos estudantes que já foram beneficiados.

5.3 Programa Universidade para todos (PROUNI)

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado pelo Governo Federal em 2004 e regulamentado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Possui o objetivo de disponibilizar bolsas estudantis em instituições de Ensino Superior privadas, de acordo com os critérios: 50% para alunos com renda bruta familiar de até três salários-mínimos por pessoa ou integrais (100%) ou para alunos com renda bruta familiar de até 1,5 salários mínimos por pessoa (MIRANDA & AZEVEDO, 2020).

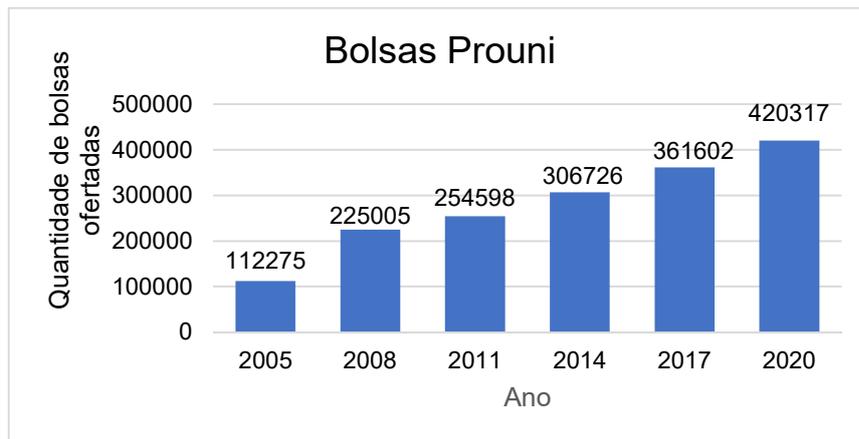
O programa propõe contemplar estudantes de escolas públicas, atingindo a maior parcela da população carente, portadores de deficiência aos termos da lei e professores atuantes na rede pública, para cursos de Licenciatura e pedagogia (BRASIL, 2005).

O acesso de estudantes às IES privadas com bolsas, torna possível a isenção fiscal por parte da instituição, como alguns tributos listados a seguir:

- I) Contribuição para o programa de integração social (PIS);
- II) Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL);
- III) Contribuição social para o financiamento da seguridade social (COFINS) e
- IV) Imposto sobre renda de pessoas jurídicas (IRPJ) (HAAS & PARDO, 2017, p.723).

A isenção se dá em razão do estudante com bolsa do PROUNI, não ressarcir o governo após a conclusão do curso. No ano de 2005, o PROUNI distribuiu cerca de 112.275 bolsas no Brasil e em 2020, esse número subiu para 420.317 bolsas, representando um aumento de 274,37 % (BRASIL, 2005, 2020). A evolução das bolsas pode ser analisada na figura 3, que apresenta a evolução por triênio desde a criação até o ano de 2020.

Figura 3 - Número de bolsas ofertadas Prouni por triênio



Fonte: Elaboração própria com dados do portal MEC e pelo direito ao acesso de informação (2020).

A condição de permanência no programa é garantida quando o aluno apresenta aproveitamento mínimo de 75% nas disciplinas cursadas em cada período, o não cumprimento resultaria no encerramento da bolsa.

O quadro 3 resume informações importantes sobre o PROUNI para melhor entendimento.

Quadro 3 - Programa Universidade para Todos no Brasil- PROUNI

Programa	PROUNI
Ano de Criação	2004
Tipo	Programa de Bolsas estudantis
Objetivos	Acesso às IES por bolsa e destinado à Estudantes de escola pública, portadores de deficiência e professores atuantes na rede pública
Informações Importantes	Criado em 2004, mas regulamentado em 2005; Propicia isenção fiscal às IES privadas; O aluno precisa de 75% de aprovação nas disciplinas cursadas para se manter no programa; Possui bolsa permanência de 300,00 reais

Fonte: Próprios autores (2020)

Vale ressaltar que o acadêmico com bolsa integral, matriculado em cursos presenciais com duração mínima de seis semestres e a carga horária média, igual ou superior a seis horas, assegura o direito de concorrer a um auxílio permanência de R\$ 300,00. Esse benefício visa garantir ao aluno continuidade na educação superior, apresentando a proposta de reduzir evasões durante o curso, visto que o programa é destinado à pessoa de baixa renda.

5.4 Sistema de Seleção Unificada (SISU)

É um método utilizado para seleção e ingresso no ensino superior de Universidades públicas, criado em 2010, por meio da Portaria Normativa nº 02. Apresenta o objetivo de reduzir a quantidade de exames descentralizados, gastos, por meio da promoção a democratização do acesso e, por seguir a lei das cotas, torna-se instrumento de inclusão para grupos sub-representados.

É considerado um mecanismo de maior análise ao aluno, pois, ao portar as notas referentes ao próprio desempenho, ou seja, os resultados obtidos por meio do Exame Nacional de Ensino Médio, possibilita o estudante se inscrever em mais de uma universidade e ir acompanhando as notas de corte ao utilizar o sistema. Ariovaldo e Nogueira (2018) defendem o seguinte:

(...) SiSU afeta diretamente o modo como os candidatos escolhem seus cursos. Como já observamos anteriormente, no SiSU, o candidato realiza sua escolha de curso já tendo acesso à sua própria nota, obtida no ENEM do ano anterior além das notas de corte estimadas para cada curso, atualizadas diariamente¹⁰. Essas informações permitem estabelecer com maior precisão um ajustamento entre suas escolhas e as opções em que pode realmente ser aprovado. Já no vestibular tradicional, o concorrente tem acesso somente às notas de corte de cada curso nos anos anteriores, assim, a possibilidade de ajustamento das preferências às probabilidades reais de aprovação é mais difícil e se dá com menos exatidão. (ARIOVALDO; NOGUEIRA, 2018, p.160)

O quadro 4 resume informações necessárias para entendimento de como funciona o sistema.

Quadro 4 - Sistema de Seleção Unificada no Brasil - SISU

Programa	Sistema de Seleção Unificada (SISU)
Ano de Criação	2010
Tipo	Meio de Ingresso em Instituições públicas
Objetivos	Maior Análise de Desempenho para o aluno; diminuir quantidade de exames descentralizados; Democratizar o acesso por meio de leis de cotas
Informações Importantes	Criado pela portaria Normativa nº2; Aluno consegue acompanhar atualização de notas de corte referentes aos cursos escolhidos; Utiliza nota do Enem

Fonte: Próprios autores (2020)

Dessa forma, o candidato pode escolher as opções em que possua maiores chances de ser aprovado, afinal, é possível acompanhar pela plataforma online, ajustar, mudar de curso e/ou instituição.

5.5 Expansão do EAD no Brasil

É um modelo de ensino, anunciado em 1996 (quadro 5), fundamentado de acordo com o artigo 80 da Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e regulamentado pelo decreto de nº 2.494 de 1998. Foi definido dessa forma pois oferece ao aluno a oportunidade de auto aprendizagem, ao utilizar tecnologias e meios de comunicação (BRASIL, 1998).

O Artigo 80 do decreto 2.494, de 1998, descreve:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
I - Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1998).

O quadro 5 sintetiza as informações sobre o EAD, de maneira mais concisa.

Quadro 5 - Educação à Distância no Brasil – EAD

Programa	Ensino a Distância
Ano do Marco Regulatório	1996 pelo Art. 80 LDBEN
Tipo	Modalidade de Ensino
Objetivos	Possibilitar que atividades educativas sejam desenvolvidas nos mais diversos espaços-tempo
Informações Importantes	Instituído a fim de expandir o ensino, ultrapassando as barreiras do recorte regional, diversificar a forma de ensino.

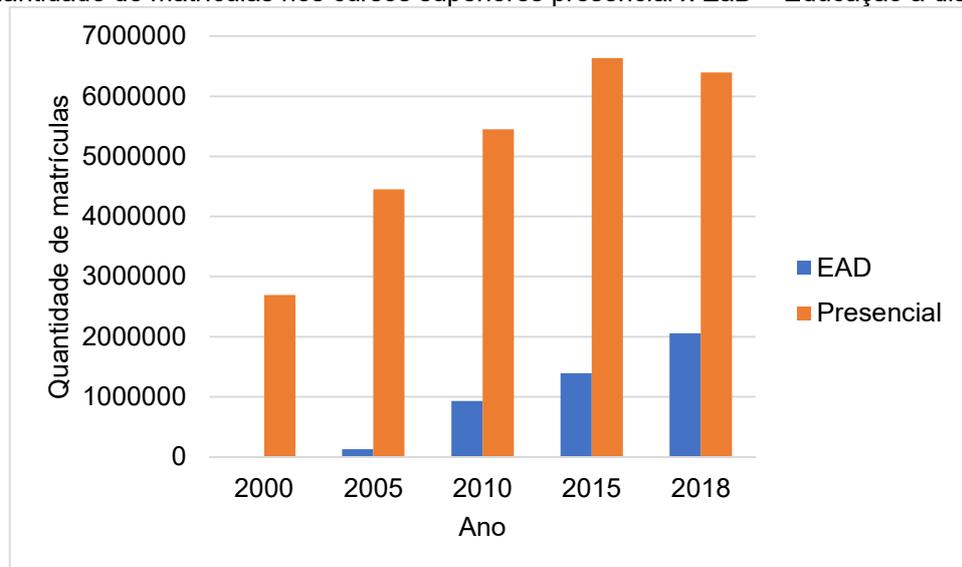
Fonte: Próprios autores (2020)

O modelo de Ensino a Distância é caracterizado pela separação Espacial ou temporal entre professor e aluno e é mediado por tecnologias da informação e de comunicação. A Universidade Aberta do Brasil por exemplo, foi criada pelo MEC, regulamentada pelo Decreto nº 5.800 de 2006 e estabelece parceria entre os níveis governamentais: Federal, Estadual e Municipal. Por ela, inúmeras tecnologias de comunicação tornam as ofertas de cursos superiores possíveis na modalidade a distância. A parceria entre esses três níveis, também visa a expansão e a interiorização do modelo EaD e desse modo, reduzir a desigualdade de ofertas de vagas, principalmente nas regiões interioranas do país.

Na legislação brasileira, os decretos nº 9.057 e nº 9.235, ambos de 2017, já permitiam duas modalidades de ensino, uma presencial e outra à distância. A primeira possibilitava até 20% das atividades com ferramentas de ensino à distância e que, posteriormente em 2020, foi ampliada para 40%, em conformidade à Portaria 2.117/2019. Na segunda (EaD), a relação é de 70% à distância e 30% presencial.

De 2000 a 2018 o número de matrículas em Universidades passou de 2.699.532 a 8.450.755, representando um aumento de 213% (BRASIL, 2000, 2018). Esses dados destacam a ampliação do EaD, como pode ser visto na figura 4. Entre 2010 e 2018 houve crescimento dessa modalidade em 121%, enquanto o presencial obteve aumento de 17%. (Ministério Da Educação, 2020).

Figura 4 - Quantidade de matrículas nos cursos superiores presencial x EaD – Educação à distância



Fonte: Elaboração própria com dados do portal INEP (2019).

O ensino EaD ainda não superou, em quantidade de matrículas o ensino presencial, porém, cresce numa escala expressiva e se apresenta como alternativa para formação superior.

6 EDUCAÇÃO SUPERIOR, INTERIORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Dentro da necessidade de expansão e aumento da escolaridade média da população, as políticas públicas exercem papel fundamental no processo de interiorização das Instituições de ensino, criam mecanismos de inclusão da população marginalizada e estabelecem programas que permitem a entrada e permanência do estudante.

Programas de expansão e interiorização das IES, auxiliaram milhares de pessoas na obtenção do diploma, sem necessariamente, mudar para cidades maiores. Além disso, atraíram mais estudantes e profissionais. Mesmo que os envolvidos façam movimentos pendulares, precisam consumir enquanto estão no local de trabalho e de estudo, o que contribui para a economia do Município e da região. Por esse motivo, Soares et. al (2010) afirmam que essa influência resulta em desenvolvimento local e regional.

A mudança geográfica da oferta de vagas em universidades, provocou diminuição da assimetria que existia pela formação e trabalho qualificado,

características que eram consideradas privilégio das capitais. Em 2018, de acordo com o INEP (2019), das 2.537 Instituições de Ensino Superior no Brasil, 1.633 estavam localizadas em cidades do interior. Esse panorama pode ser melhor visualizado na tabela 1.

Tabela 1 - Número de instituições de Ensino Superior no Brasil, 2000-2018.

TIPO	2000			2018			Variação (%)		
	Capitais	Interior	Total	Capitais	Interior	Total	Capitais	Interior	Total
Pública	59	117	176	98	201	299	66%	72%	70%
Privada	376	628	1.004	806	1432	2238	114%	128%	123%

Fonte: Elaboração própria com dados do censo da educação superior. (INEP, 2019)

Alves e Gumbowsky (2017) nomearam essa interação por meio da expressão “economia do conhecimento”, porque, além da informação, cultura e pesquisa, ainda promovem desenvolvimento econômico. Com a maior circulação de recursos financeiros, há expansão do consumo, da produção e conseqüentemente do crescimento urbano no entorno. Esses fatores são desencadeados pela possibilidade de estudantes migrarem e morar próximo ao local de estudo, o que estimularia a atividade produtiva e imobiliária. (OLIVEIRA JR, 2014)

Quando essas Instituições são instaladas em cidades de pequeno e médio porte, os impactos econômicos são sentidos de forma ampliada. Essas localidades possuem a economia mais estática em relação aos maiores centros urbanos, visto que este último, apresenta mercado para escalas de produção e de demanda.

A criação do REUNI foi considerado o maior incentivo para continuar o processo de interiorização, impulsionando a criação, além da interiorização das universidades federais. Ficou conhecido como o principal marco do processo de expansão dessas Instituições e se embasa em três ciclos principais que são definidos por Máximo (2020):

O ciclo de reestruturação se caracteriza pela expansão a partir das universidades e *campi* existentes, com a ampliação de vagas associadas ao incremento da infraestrutura e do quantitativo de docentes. A interiorização decorre quando se inicia a implantação dos novos complexos educacionais, vinculados às universidades existentes ou implantados a partir de novas universidades criadas, que também passaram a contar com alguns *campi* existentes, mas que foram desmembrados de outras universidades. Nesse mesmo processo, ocorre a integração e a internacionalização, com a implantação de universidades multicampi, alguns inclusive em diferentes Estados, com propostas acadêmicas voltadas à integração regional ou internacional (MÁXIMO, 2020, p.4)

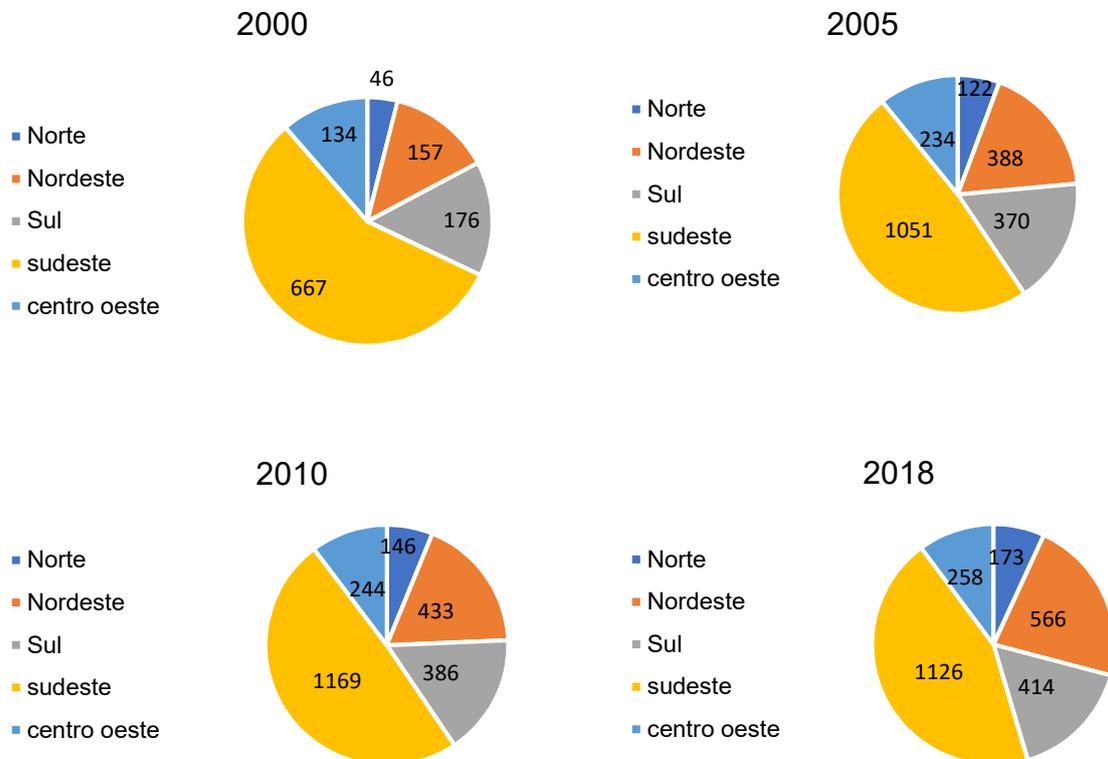
O programa de reestruturação e expansão de Universidades Federais foi criado por meio do decreto de nº 6.096 no ano de 2007 e instaurado com as principais finalidades de:

Aumentar a quantidade de alunos do sistema superior federal, alterar a relação entre a quantidade de aluno por professor, flexibilizar o uso do EAD e aumentar o índice de conclusão dos cursos de graduação da expansão das universidades nos interiores do país (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 38)

A descentralização das Universidades possibilitou a oferta de vagas em regiões mais interioranas. Paula (2019, p.67) evidenciou que o programa, nessas cidades que estão afastadas dos grandes centros, influenciou não somente no âmbito educacional, mas também nas transformações socioespaciais causadas pelos novos campi, em decorrência do “crescimento do mercado imobiliário, aumento de instalações de restaurantes destinados preferencialmente ao público estudantil, lanchonetes, bares, fotocopiadoras, papelarias, lojas de equipamentos de informática, etc.”

Os incentivos e políticas de interiorização tornou possível o aumento da quantidade de IES. Panorama melhor visualizado na região Nordeste, que durante 18 anos (de 2000 a 2018) criou 409 Instituições, porém, ficou atrás da região Sudeste que foram criadas 459, esses dados podem ser avaliados na figura 5.

Figura 5 - Número de Instituições de Ensino Superior - IES por Região no Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados do censo da educação superior (INEP, 2019)

Outro processo que influencia a interiorização, foi a criação dos Institutos Federais (IFs) que simbolizam a expansão do ensino técnico e tecnológico, mediante Decreto Federal nº 6.095/2007, onde foram estabelecidas diretrizes para integração de instituições federais deste tipo de formação.

A expansão dos IFs faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005. Apresenta como um dos objetivos, implantar unidades educacionais em periferias dos grandes centros urbanos e municípios interioranos que se encontram distantes das capitais e metrópoles. Essas intervenções possuem critérios que são interligados de forma direta ao desenvolvimento regional (MÁXIMO, 2020).

De acordo com informações do Ministério da Educação (2018) em 2006, havia um total de 144 unidades de instituições federais, já em 2018, esse número subiu para 659 unidades.

Em 2007 foi instaurada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), onde foram definidos critérios macrorregionais e sub-regionais aos quais

norteariam ações do governo em função do desenvolvimento e com menos disparidades entre as regiões brasileiras.

Essa política, contudo, é fundamentada em duas variáveis principais, "a) rendimento médio mensal por habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios, pensões etc.); e b) taxa geométrica de variação dos produtos internos brutos municipais por habitante." Porém deveriam estar integradas na análise de desenvolvimento aspectos como: "presença de IES e de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), densidade populacional, índice de valor agregado nos setores produtivos locais, presença de empresas e empreendedores" (CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS, 2018, p.26.).

A relação entre políticas públicas e Desenvolvimento regional pode ser entendido como:

[...] a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional impõe a consideração de diferentes perspectivas temáticas – educação, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, empreendedorismo, infraestrutura, tributação, agricultura, entre outros [...] (CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS, 2018, p.51)

A expansão do Ensino Superior abrange mais de uma perspectiva temática dos eixos do Desenvolvimento Regional: a) educacional; b) científico, principalmente dentro do campo de pesquisa, c) tecnológico, essencialmente com o desenvolvimento associado a empresas, d) inovador, dentro do meio acadêmico e em conjunto com as organizações empresariais. Desse modo, tornam-se instrumentos diretos que auxiliam no Desenvolvimento Regional.

Diante das intervenções do Estado e dos programas estudados, os resultados analisados demonstram que realmente houve expansão do Ensino Superior, porém de modo não ideal, isso pode ser observado pelos índices de comparação que deveriam ser atendidos, de acordo com o PNE em cada ano. No site do Programa Nacional de Educação em Movimento (2020), verifica-se que o objetivo do país é chegar à taxa bruta de matrículas no Ensino Superior em 50%, no entanto, este se apresenta em 30,3%. Logo, a taxa líquida de escolarização tem como meta 33%, no entanto, se encontra em 20,2%. O Quadro 6 resume o programa de Reestruturação.

A relação das IES com o desenvolvimento local se dá pela relevância que pode proporcionar na qualificação do trabalho, aumento do nível de conhecimento da população, contribuição para inovação e atividade de pesquisa. Esses fatores, são indicados para a resolução de problemas comuns existentes na sociedade, que

podem orientar as ações e as políticas voltadas para a melhoria dos contextos regionais

Por outro lado, além da tríade principal das Instituições ensino, pesquisa e extensão, atraem para seu entorno atividades econômicas que podem ajudar a elevar a economia, como também, gerar contribuições sociais, seja na expansão e aprofundamento de conhecimento, soluções de problemas e/ou elevação do índice de desenvolvimento. (ZAMBIASI e ZANIN, 2021).Quadro 6 - Quadro Resumo do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais no Brasil - REUNI

Programa	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)
Ano de Criação	2007
Tipo	Programa de Reestruturação de IES Federais
Objetivos	Processo de interiorização das Instituições de ensino; Possibilitar que pessoas obtivessem acesso ao Ensino Superior sem a necessidade de morar em grandes cidades; Mudança Geográfica de oferta de vagas para Educação Superior.
Informações Importantes	Provocou diminuição da assimetria que existia de formação e trabalho qualificado; Em 2018 cerca de 1.633 IES se localizavam em cidades de interiores; Impulsionou a criação de universidades federais além da interiorização dessas.

Fonte: Próprios autores, 2020

Todos os programas já mencionados contribuíram para o processo de expansão do ensino superior. De acordo com o censo de 2019, no Brasil existem 2.608 Instituições de Ensino Superior (IES), em 2009 havia 2.314, ou seja, um crescimento de 12,71% em 10 anos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2020).

Ademais, além de todos estes aspectos, conforme Silva et al. (2021), é indiscutível a necessidade em desenvolver metodologias de ensino que sejam, de fato, eficientes para a construção do saber. Desta forma, ao aliar estratégias de interiorização da educação superior com práticas de aprendizagem eficientes, o Brasil poderá ter sucesso na educação.

7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A linha cronológica na história da educação superior no Brasil tornou possível verificar que as IES demoraram a ser implantadas, a se desenvolverem e ainda estão em processo de expansão. O crescimento quantitativo dessas IES pôde contribuir para o maior acesso à educação, por estarem distribuídas em todas as regiões, proporcionando maior facilidade para ingresso dos estudantes que estavam na periferia do país, o que fica mais evidente quando analisado instituições em locais interioranos.

Quanto às políticas públicas, fica evidente a necessidade de interferência do Estado na ampliação da oferta de acesso ao Ensino Superior, para que esse consiga ser acessível, chegue a todas as classes sociais e em todas as localidades no Brasil.

Constatou-se que, políticas públicas de educação afetam não somente o campo de atuação principal, mas também outros âmbitos. Pode ser observado como resultado da pesquisa, o fator investimento em expansão da educação superior contribuiu com o desenvolvimento regional e local onde as IES estão inseridas, ao se tornarem agentes propulsores da sociedade, da economia, da cultura e da educação.

A própria expansão do ensino é um mecanismo de análise de desenvolvimento. As IES agregam de forma direta com os três pilares do desenvolvimento: economia, social, e cultural, sendo assim, a educação superior e as instituições são de suma importância para o foco das políticas públicas.

Vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação - PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre o período de 2014 a 2024, torna-se desse modo, necessário o acompanhamento a fim de avaliar a evolução dentro dos objetivos estabelecidos, que pode vir a ser tema de pesquisas e análises futuras.

CAPÍTULO 3 – INFLUÊNCIAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICERRADO NA CIDADE DE GOIATUBA - GO

Resumo

Já é de conhecimento que a educação é fundamental no processo de transformação econômica, social e ambiental. Nessa ideia, a expansão do ensino universitário apresenta um novo aspecto de crescimento e desenvolvimento local das cidades interioranas, que podem ter sido influenciadas pela presença de uma instituição de ensino superior. Partindo desse pressuposto, este artigo buscou analisar dados de desenvolvimento da cidade de Goiatuba, interior do estado de Goiás. O método utilizado da pesquisa foi caracterizado em exploratório, de abordagem quantitativa, com a realização de um estudo de caso, em que foram analisados dados de IPTU, ITBI, PIB, PIB per capita e IDM, dos censos do IBGE e IMB. Os dados coletados foram comparados com os índices das cidades vizinhas: Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. Posteriormente, foi aplicado questionário dividido em duas áreas: social, econômica e ambiental, para entender como os moradores percebem a influência da universidade no desenvolvimento local. De acordo com os dados coletados e o resultado do questionário, entende-se que o aumento do número de cursos e o número de vagas, demonstra-se indícios de contribuição no aumento dos índices analisados. De forma geral, os participantes pesquisados consideram a interferência da IES positiva nas variáveis econômicas e sociais, com percepção mediana para a ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Educação Superior. Universidades.

Abstract

It is already known that education is essential for economic, social and environmental transformation. And with the expansion of higher education, a new aspect of growth and local development of the interior cities is experienced, which may have been influenced by the presence of a higher education institution. Based on this assumption, this article sought to analyze development data from the city of Goiatuba, in the interior of the state of Goiás. The research is characterized as exploratory research, with a quantitative approach, with a case study in which IPTU data were analyzed, ITBI, GDP, GDP per capita, IDM, from the IBGE and IMB censuses. These data were compared with the indexes of the neighboring cities: Morrinhos and Bom Jesus de Goiás. A questionnaire was also applied, divided into 3 areas: social, economic and environmental, which aimed to understand how residents perceive the university's influence on local development. With the data collected and the result of the questionnaire, it is understood that with the increase in the number of courses and the number of vacancies, it shows evidence of contribution to the increase of the analyzed indices. In general, the research participants consider the interference of the IES to be positive in the economic and social variables, and it shows a median perception for the environmental one.

Keywords: Development. College Education. Universities.

Resumen

Ya se sabe que la educación es fundamental para la transformación económica, social y ambiental. Y con la expansión de la educación superior se vive un nuevo aspecto de crecimiento y desarrollo local de las ciudades del interior, que puede haber sido influenciado por la presencia de una institución de educación superior. Con base en ese supuesto, este artículo buscó analizar datos de desarrollo de la ciudad de Goiatuba, en el interior del estado de Goiás. La investigación se caracteriza como una investigación exploratoria, con enfoque cuantitativo, con un estudio de caso en el que se obtuvieron datos del IPTU, analizado, ITBI, PIB, PIB per cápita, IDM, de los censos del IBGE y del IMB. Estos datos fueron comparados con los índices de las ciudades vecinas: Morrinhos y Bom Jesus de Goiás. También se aplicó un cuestionario, dividido en 3 áreas principales: social, económica y ambiental, cuyo objetivo era comprender cómo los residentes perciben la influencia de la universidad en el desarrollo local. Con los datos recabados y el resultado del cuestionario, se entiende que con el

aumento del número de cursos y del número de vacantes, se evidencia una contribución al aumento de los índices analizados. En general, los participantes de la investigación consideran positiva la injerencia de las IES en las variables económicas y sociales, y muestra una percepción mediana para la ambiental.

Palabras clave: Desarrollo. Educación Universitaria. Universidades

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil, geraram impacto na quantidade de vagas e matrículas, o que levou à interiorização das universidades e pode ter se tornado peça fundamental ao atingir maior alcance da população.

De acordo com a literatura pesquisada, as Universidades são agentes polarizadores que podem influenciar no desenvolvimento de uma localidade, tanto por seu papel fundamental que é a educação, quanto por apresentar a capacidade em ser agente reestruturador.

Este estudo possui a hipótese de que Instituições de Ensino Superior agregam mais que Educação às localidades que estão instaladas. Afetando âmbitos sociais, culturais, urbanos e econômico, de maneira direta ou indireta.

O objetivo geral analisou como uma IEs pode interferir e influenciar no desenvolvimento local onde esteja instalada.

Os objetivos específicos foram: i) Caracterizar a IEs analisada; ii) identificar a percepção dos munícipes sobre a participação da Unicerrado para o desenvolvimento local; iii) identificar possíveis contribuições do centro universitário Unicerrado para alterações de índices de desenvolvimento local.

A análise econômica foi baseada no levantamento dos índices de IPTU, ITBI, receitas orçamentárias de contribuição, PIB e IDM, por meio de órgãos oficiais. Além da aplicação de questionário aplicado à população, a fim de conhecer a opinião da população quanto à essa possível interferência.

A esfera social analisou se o crescimento econômico é acompanhado de melhorias no índice IDM e qual a percepção dos participantes do questionário sobre essa relação.

Na esfera ambiental foi analisada a percepção dos participantes no que tange fornecimento da água tratada, do esgoto, coleta de lixo e coleta seletiva, além de informações viárias como sinalização e vagas de estacionamento. Neste quesito,

foram analisados apenas a opinião dos participantes sobre o entorno da IES, sem utilizar dados oficiais.

A pesquisa foi dividida em três partes principais. Inicialmente por meio de levantamento bibliográfico para contextualizar sobre como as universidades podem ser polarizadoras e como alteram seu entorno. A segunda parte consiste em apresentação do objeto de estudo, no caso, a Unicerrado e levantamento de dados econômicos e sociais sobre o município de Goiatuba, correlacionando essas informações oficiais com suas cidades vizinhas: Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. Por último, trata-se da pesquisa de opinião pública com moradores da cidade de Goiatuba para entender qual a visão deles em relação a atuação do centro universitário como possível agente influenciador local.

São apresentados conhecimentos necessários para contextualização e interpretação do objeto de estudo, assim como, breve análise bibliográfica sobre polos e polarização.

A escolha do objeto de estudo, justifica-se por ser um centro universitário numa cidade interiorana, além de toda a conjuntura da dissertação ser embasada em analisar políticas públicas que propiciaram na ampliação do ensino superior, contemplando entre os tópicos abordados, interiorização. Outra razão seria a atuação das IEs apresentarem contribuições para o desenvolvimento local e acontecerem de maneira distinta em cada região, fator resultante das características dinâmicas, de forma a necessitar análises separadas em cada localidade.

Inseridas nesse contexto, este estudo busca respostas para o questionamento: qual a relação entre o centro universitário de Goiatuba e o desenvolvimento da cidade de Goiatuba? A relevância da pesquisa está na mensuração dos benefícios possivelmente gerados pela IEs. Enquanto no que diz respeito à sociedade, está em identificar e analisar como as atividades desenvolvidas pela Unicerrado são enxergadas pela comunidade local.

Sendo assim, este artigo se organiza em quatro seções principais. A primeira aborda a contextualização geral de Universidade e desenvolvimento local. A segunda, metodologia com a caracterização do objeto de estudo. A terceira seção apresenta os Resultados alcançados. E, por fim, são apresentadas as considerações parciais do capítulo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Instituições de Ensino Superior e a Polarização

Como afirmado por Lima, Lima e Pinto (2021), a partir dos anos 2000 se iniciou o ápice da reforma universitária, proporcionada por programas como Programa de Crédito Estudantil, Financiamento Estudantil, Programa Universidade para todos, Sistema de Seleção Unificada e o processo de crescimento do ensino a distância, que contribuíram para a expansão do ensino superior no Brasil.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI foi um dos pilares para a ampliação das universidades em direção às regiões mais interioranas do país.

Além do incentivo educacional, essa expansão e principalmente a interiorização dos *campi*, causam outras influências à região em que se instala? Essa pergunta será respondida ao longo desse capítulo da presente pesquisa.

Instituições como o centro universitário Unicerrado, instalada em cidade interiorana, podem causar impactos e interferências, principalmente nos bairros em que estão inseridas, instigando a polarização ao entorno de sua localização.

Para entendimento do que seja polos, é necessário reflexão no conceito do idealizador da teoria dos pólos de crescimento e desenvolvimento. François Perroux, economista francês de 1950, este direciona a compreensão do espaço econômico sob o enfoque de processo de desenvolvimento econômico e sustenta que, um espaço econômico é polarizado em sua natureza. Desta forma, a polarização estaria relacionada a elementos ativos do sistema produtivo, pois, constitui-se por relações de produção, consumo, tributação, investimentos e outros fatores (PERROUX, 1982).

Logo, a polarização, ocorre diante da ação de uma unidade motriz, obviamente caracterizada por atividade produtiva, esta pode ser ou não de transformação. Conseqüentemente gerando aglomeração em seu entorno, seja pela de criação de postos de trabalho, ofertas de serviços, bens e/ou possibilidade de mudanças nas condições de vida. Nesse sentido, Perroux pensou na ideologia de polos para a indústria, mas as IEs naturalmente criam em seu entorno, um espaço econômico com características parecidas ao analisado pelo economista.

A polarização pode ser de crescimento ou de desenvolvimento. Para Oliveira Jr (2014), polarização de desenvolvimento não se confunde com a polarização de

crescimento. O crescimento econômico é próprio de áreas com ofertas de vantagens locacionais, mão de obra barata e qualificada, como também, formado por ambiente favorável à acumulação de capital. Como consequência, o crescimento e o desenvolvimento se concentram em área reduzida em comparação com a área de influência.

Assim, a polarização fortalece as relações entre centro e periferia. No polo de crescimento ocorre a concentração, acarretando na dominância. Enquanto no polo de desenvolvimento ocorre a desconcentração

Partindo das premissas de que um polo pode ser definido como algo próximo de centro econômico, a expansão ocorrida em seu entorno e ainda as hierarquias formadas por centro-periferia, pode, o polo, ser a justificativa para o crescimento e o desenvolvimento de algumas regiões em comparação a outras.

Mas então, quais características fazem de uma Instituição de Ensino Superior um polo? Além de serem fatores de indução de fluxos de crescimento, utilizam da formação de mão de obra para suprir demandas, interferem atraindo investimentos e pessoas que podem dinamizar a economia e geralmente, adquirem concentrações em novas parte daquele território. Todas essas características são capazes de influenciar a transformação daquele meio geográfico, tanto local quanto no aspecto regional, em um curto período (OLIVEIRA JR, 2014).

2.2 Universidade e Desenvolvimento Local

Inicialmente cabe aqui reafirmar a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Crescimento está atrelado ao aumento contínuo do PIB e renda per capita ao longo do tempo. Já o desenvolvimento, envolve alocação de recursos da economia para melhorias de indicadores de bem-estar social.

Diante do definido, as IES podem se tornar multiplicadoras de efeitos e contribuições em sua localidade de atuação. Esses efeitos podem ser tanto em função da tríade básica que é educação, pesquisa e extensão, assim como, pela demanda por colaboradores, serviços e produtos que aumentam em função do crescimento da população ao ser atraída para aquela localidade.

As contribuições causadas por essas instituições ocorrem principalmente pela interação que possuem com a comunidade, assim como, no oferecimento de maior

nível de conhecimento, qualificação e realização de atividades que geram qualidade de vida.

As universidades podem acarretar em diversas mudanças na infraestrutura local, isso se deve também pelo aumento da demanda de serviços que buscam satisfazer a população atraída em prol da própria formação acadêmica.

A tessitura urbana é composta pela dinâmica de identidades que se alteram com novos contornos e se forma a partir das relações econômicas, políticas, sociais, culturais, ideológicas e educacionais.

Em 1998, Claval já enfatizava as interferências que as universidades exercem em cidades pequenas e médias, onde descreveu que essas influências acabam por dominar a vida por meio do papel político que exercem (CLAVAL, 1998)

De acordo com Cocozza e Rodrigues (2016):

O campus tem o potencial de transformar áreas periféricas em aglomerações urbanas em expansão, que podem afetar o desenvolvimento de toda uma região, alterando os usos, a tipologia construtiva, a densidade de ocupação e o padrão das edificações. A localização do campus pode vir a ser o elemento determinante da expansão urbana, ou seja, um vetor de direcionamento de crescimento urbano, sendo a motivação para possíveis alterações na legislação municipal. O valor imobiliário cresce e as edificações no entorno do campus sofrem modificações, como novas tipologias arquitetônicas desenhadas ou adaptadas para abrigar estudantes vindos de outras cidades, e começam a surgir novos loteamentos que nem sempre estavam previstos nos planos das cidades (COCOZZA e RODRIGUES, 2016, p.3)

Em face do exposto, as universidades são centros que promovem avanços no conhecimento e na liberdade de pensamento, ao atuar diretamente no desenvolvimento de ciência, tecnologia e educação. Dessa maneira, influenciam no crescimento econômico, urbano, regional, dinamizando cidades tanto em suas bases morfológicas quanto econômicas (DE MELO, 2020).

Desse modo, pode-se entender a instalação de IES como atividade polarizadora, embasada na Teoria dos polos de crescimento. Por ser considerado um vetor multiplicador e influenciador para o desenvolvimento local, como afirmado por Casqueiro (2020). Afinal o desenvolvimento em sua maior parte necessita da função primordial das universidades, que é a ampliação do conhecimento da população.

2.3 Indicadores e Desenvolvimento Local

De forma histórica, o desenvolvimento de uma nação pode ser embasado em quesitos como emprego crescente, formação de poupança, adoção de inovações

tecnológicas na produção, na existência de liberdades civis e de leis e instituições adequadas. Há a necessidade de possuir um governo central forte e eficiente que adote políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento, bem como, a existência de unidade nacional em relação aos objetivos econômicos e ligados aos objetivos sociais, conjuntamente ao aumento do bem-estar da população (STIEGELMEIER, 2018).

Tendo em vista um contexto mais local, o desenvolvimento de uma cidade pode ser traduzido como a promoção de vida digna aos cidadãos. Significa ter qualidade social e crescimento de renda.

Portanto, os indicadores socioeconômicos podem ser utilizados com o intuito de avaliar o andamento da economia, mensurando tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento social de uma determinada localidade.

Quando relacionado a Produto Interno Bruto (PIB), este é reconhecido por ser um indicador que anualmente mostra a riqueza produzida em decorrência do consumo da população. Pode ser considerado como indicador do total de riqueza produzida, o que o torna um instrumento de mensuração mais econômico que social (LOPES, 2015).

O PIB per capita apresenta valores médios ao dividir o PIB pelo total de habitantes naquele ano, ou seja, é como se todos tivessem acesso à riqueza produzida. No geral, essa divisão não é igualitária, o que a torna apenas uma proporção de análise.

Já o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) consegue relacionar as dimensões de Economia, Trabalho, Educação, Segurança Pública, Infraestrutura e Saúde. É considerado como indicador importante de desenvolvimento econômico e social de uma população (IMB, 2021).

Quando observamos o desenvolvimento de um município, não é mais válido que essa análise seja apenas econômica, é necessário que exista desenvolvimento social de forma conjunta. Se há aumento no PIB, mas a parte social está estagnada ou não cresce de forma simultânea, não há desenvolvimento, há apenas crescimento de uma parcela, que pode estar acontecendo de maneira desigual.

Partindo do pressuposto de desenvolvimentos econômicos e sociais, de acordo com Oliveira Jr (2014), a implantação de universidades em cidades pequenas e médias causam efeitos que podem dinamizar o crescimento e o desenvolvimento destes lugares. As políticas de ampliação de ensino superior podem contribuir para melhorias nos indicadores que mensuram o desenvolvimento.

A instalação das universidades nessas pequenas e médias cidades podem representar a retomada e/ou início do desenvolvimento e crescimento social, econômico e político dos municípios. Estes influenciados principalmente, pelo aumento da oferta de renda e emprego, como resultado do montante de recursos públicos arrecadados e destinados às melhorias locais. (LEAL FILHO; MANOLAS; PACE, 2015).

Outro preceito estabelecido para o desenvolvimento sustentável seria o meio ambiente. Partindo da ideia de que as IES possuem papel fundamental na formação de pensamento, opinião, disseminação de conhecimento, visto que, esses fatores demandam que as universidades sejam exemplo para a comunidade.

Sendo assim, a Universidade para ser exemplo à comunidade requer conscientização ambiental, oferecendo a menor quantidade de impactos negativos tanto para o setor que esteja instalado como para a cidade integralmente (ALVES, 2017).

Uma das formas de verificar se esse pilar está sendo cumprido, é investigar e entender como a população enxerga a atuação e os impactos que a universidade gera à sua volta.

Para que seja sustentável ambientalmente, há necessidade de ter evolução espacial, que leve em consideração variáveis como, bom manejo de resíduos, esgotamento sanitário adequado, distribuição de água tratada suficiente, espaço com configurações que permitam a convivência harmoniosa entre animais, seres humanos e plantas, equipamentos que viabilizem a movimentação de pessoas e que a de veículos ao entorno ocorra de maneira adequada, entre outros fatores. De forma geral, são processos de desenvolvimento que busquem respeitar cada ecossistema, cultura e localidade seguindo cada peculiaridade. (ALSHUWAIKH e ABUBAKAR, 2008).

Desta forma, indicadores socioeconômicos e ambientais são fundamentais e foram objetos de análise do desenvolvimento local e regional.

3 METODOLOGIA

O planejamento metodológico foi estruturado em três partes principais: a) pesquisa bibliográfica exploratória, b) as influências da IES na cidade de Goiatuba analisadas por levantamento de dados e por fim, c) pesquisa de opinião aos munícipes a respeito do centro universitário.

3.1 Caracterização do Município de Goiatuba

Goiatuba é uma cidade do interior da região Sul, pertencente a região Meia Ponte e faz limites principalmente com os municípios de Bom Jesus, Itumbiara e Morrinhos, todas pertencentes ao estado de Goiás, respectivamente. Fica a cerca de 178 Km da capital Goiânia e a cerca de 195 Km de Uberlândia – MG (GOIATUBA, 2019).

A localização da cidade relativo ao Brasil e ao Estado de Goiás podem ser analisadas nas figuras 6 e 7, respectivamente.

Figura 6 - Localização de Goiatuba no Brasil



Fonte: Google Earth, 2021

Figura 7 - Localização de Goiatuba no Estado de Goiás



Fonte: GOIATUBA, Prefeitura Municipal, 2019

A cidade começou a ser habitada por volta de 1860, quando bandeirantes oriundos de São Paulo, formaram agregados humanos iniciais. O status de povoado muda em 1900 ao ser declarada como distrito. No entanto, a desmembração dos municípios de Joviânia, Morrinhos e Vicentinópolis ocorre apenas em 1931, permanecendo o nome de Bananeiras, que após sete anos, passa a se chamar Goiatuba (CAMPOS, 2013).

O nome Goiatuba tem como origem os termos tupi “Gwa yá”, significa indivíduo semelhante ou de mesma raça e “tuba”, que quer dizer grande, muita coisa, assim sendo, a junção corresponde a “Goiás Grande”.

O município possui população média de 34.202 habitantes, 92,15% desses estão em área urbana. A área geográfica é de 2.470,35 km² e a densidade populacional é de 13,845 hab/km², representa a 19^a colocação do estado em PIB.

3.2. Caracterização da Unicerrado

O Centro Universitário de Goiatuba – Unicerrado, foi criada inicialmente como faculdade de Filosofia e Ciências humanas de Goiatuba – FAFICH, em meados de 1988 por meio do Decreto Federal n. 96.776/1988. Está localizado na rodovia GO – 320, s/n. no Jardim Santa Paula.

No processo de implantação, disponibilizava apenas dois cursos de graduação: Pedagogia e Administração. Em 2001, houve a abertura do curso de ciências contábeis. Já no ano de 2002, foi realizada a reestruturação pedagógica e expansão para no ano seguinte, desse modo, passa a ofertar mais dois cursos: Letras e Educação Física.

Em 2005 ocorre mais um processo de expansão com a implantação do curso de Direito, em 2007 Agronomia, 2009 Enfermagem e nos anos de 2010, 2012 e 2013 os cursos de Fisioterapia, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, respectivamente (UNICERRADO, 2017).

O curso de Engenharia Civil pela IES iniciou em 2014, devido ao aumento da demanda regional. Dois anos depois, o curso de Odontologia é aberto e com grande aceitação da comunidade.

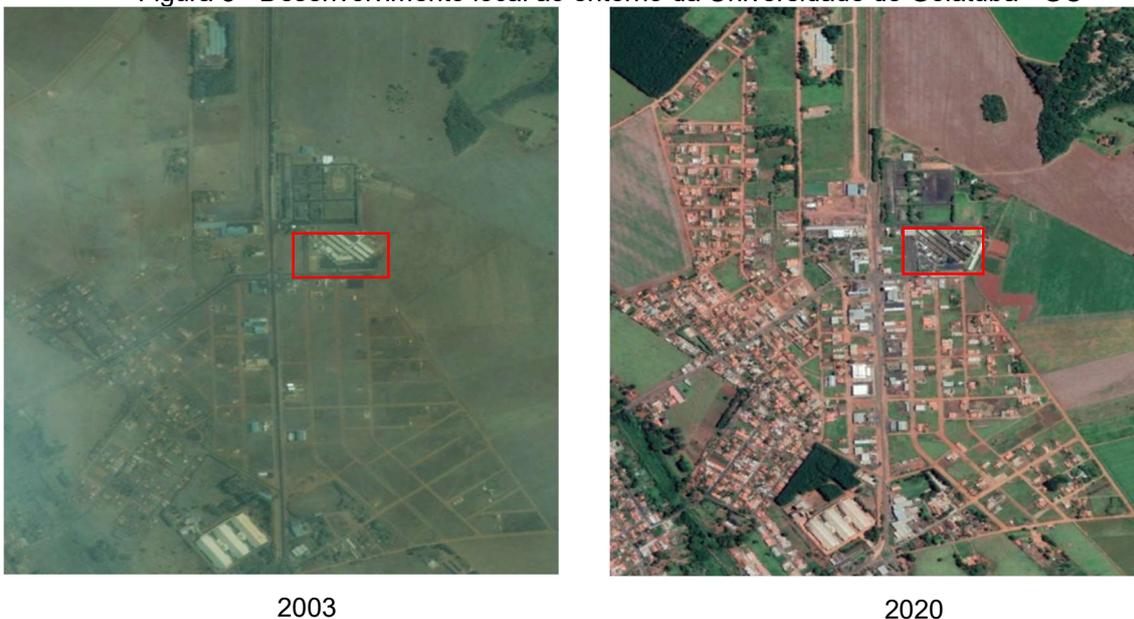
A transição de FAFICH para Centro Universitário de Goiatuba, UNICERRADO, ocorreu em 2017 com a assinatura do decreto pelo Governador Estadual, sob o n. 8.889, de 15 de fevereiro daquele mesmo ano com o objetivo de estimular o desenvolvimento da região. No ano seguinte à transição, o curso de Medicina ganhou lugar na IES.

A Instituição de Ensino Superior Unicerrado na cidade de Goiatuba – Goiás, no Centro Oeste brasileiro, conta com 2800 alunos matriculados no primeiro semestre de 2020. Dessa maneira, passa a ser enquadrada segundo a Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES (2014) no sistema de pequenas e médias Instituições de Ensino, ao caracterizar que estas sejam assim

classificadas, desde que possuam até 3000 alunos matriculados em cursos presenciais de Ensino Superior (UNICERADO, 2018).

A figura 8 mostra como a região ao entorno da IES em questão, Unicerrado, se desenvolveu entre os anos de 2003 e 2020. Enfatizando, o quanto o Setor Jardim Santa Paula foi povoado após implantação do campus, o que tipifica dessa forma, a Unicerrado como unidade motriz propulsora ao crescimento local no setor implantado.

Figura 8 - Desenvolvimento local ao entorno da Universidade de Goiatuba - GO



Fonte: Google Earth, 2021.

A IES promove, além da capacitação, estratégia no processo de desenvolvimento, em que suas atividades contribuem para um crescimento mais acelerado, seja ele, econômico-social, local e/ou regional.

3.3 Etapas de pesquisa

A primeira refere-se à caracterização como pesquisa exploratória bibliográfica. Selltiz et al. (1967) descreve que esses tipos de pesquisa são fundamental importância, pois apresentam como objetivos principais, buscar oferecer maior familiaridade com o problema, na tentativa de melhorar o entendimento do objeto de estudo e possibilitar a construção de hipóteses.

Nessa seção inicial foram descritas definições embasadas em autores que tratam do tema relativo às universidades como agentes de desenvolvimento Regional

e/ou local, constituído principalmente de artigos científicos de bases de dados, dentre elas: Scielo, Scopus, Periódicos CAPES e Google Acadêmico.

A segunda parte constitui-se na análise do município de Goiatuba quanto aos fatores de desenvolvimento econômico, Urbano e social que podem ter sofrido influência pela implantação do campus universitário da Unicerrado no município, por meio de dados oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foi realizada a comparação com dados das cidades vizinhas, no caso, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. Estas duas cidades de comparação foram escolhidas exatamente por serem próximas à Goiatuba e por não possuírem campus universitário, além disso, contam como base econômica, a área de serviços e a agropecuária. Outro fator importante de escolha, se deve às cidades de Morrinhos e Goiatuba ainda possuírem comumente, a contribuição com a geração de emprego pela usina sulco energética ao contratarem trabalhadores das duas cidades.

Essa etapa consiste na realização de uma pesquisa descritiva com levantamento de dados, a fim de relacionar indicadores e contribuir com o conhecimento da realidade do município. Os indicadores analisados foram: imposto sobre a propriedade predial e territorial, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis -Inter Vivos, Contribuição, Índice de Desenvolvimento Municipais, Produto Interno Bruto e Produto interno Bruto per capita, estes indicam a possibilidade de melhorias locais quando aplicados em prol do desenvolvimento e o crescimento urbano entorno do campus que denotam alteração urbana.

A terceira parte consistiu na investigação de opinião pública, dos moradores da cidade de Goiatuba, em relação às mudanças que podem ter sido trazidas em função da universidade. O questionário foi submetido ao trâmite necessário exigidos pelo Comitê de Ética e Pesquisa ao qual foi aprovado pelo parecer de número 5.171.379.

As perguntas são embasadas em três pilares principais: economia, meio ambiente e social e categorizadas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As respostas são objetivas do tipo “péssimo”, “ruim”, “regular”, “bom”, “ótimo”. O questionário foi aplicado via *google* formulários, por motivos de pandemia.

A escolha da aplicação de questionário foi motivada de acordo com Dencker (2000, p.146), uma vez que, este tem a “finalidade de obter de maneira sistemática e ordenada informações sobre variáveis que intervêm em uma investigação em relação à uma população ou amostra determinada”. As perguntas constam no apêndice A.

Foi utilizada a escala *Likert* para análise das respostas, esta, atribui peso de 1 a 5 para avaliação. A média obtida como resultado, nos dá a percepção do que seria a visão dos moradores da cidade, conforme demonstrado na figura 9, que de forma didática, traz valores e cores que auxiliam na melhor interpretação e em concordância com Santos (2018).

Figura 9 - Interpretação das médias das respostas para interpretação

0<M<= 1 Péssimo	1<M<=2 Ruim	2<M<=3 Regular	3<M<=4 Bom	4<M<=5 Ótimo
Percepção Negativa		Percepção Mediana Zona de transição	Percepção Positiva	

Fonte: Autores, 2021.

As médias compuseram a análise quantitativa das respostas pela escala Likert, pois, pretendiam enfatizar as informações colhidas e avaliadas. Dito isso, Terrence et al. (2006, p.3) comenta que esse tipo de pesquisa “permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que seja representada estatisticamente.”

A quantidade de pessoas foi definida por meio do cálculo amostral, ao fazer uso da fórmula padrão e definição de tamanho de amostra apresentada na equação 1 (GUIMARÃES, 2020).

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{[z^2 * p(1-p)]}{e^2}}{1 + \frac{[z^2 * p(1-p)]}{e^2 * N}} \dots\dots\dots \text{Equação 1}$$

Em que as variáveis representam:

- N é o tamanho da população – número total de pessoas, que nesse caso será a população de Goiatuba.
- Z (score z) ocorre em função do nível de confiança, que é o nível de certeza que a pesquisa realmente apresenta as características escolhidas pela população, como pode ser verificado no quadro 8

Quadro 7 - Correlação entre variáveis de confiança e escore

Confiança (%)	Z - Escore
80	1,28
85	1,44
90	1,65
95	1,96
99	2,58

Fonte: AGRANONIK e HIRAKATA, 2011.

- E é a margem de erro ou intervalo de segurança, é o erro máximo permitido para os resultados.
- p indica qual é a variação esperada entre as respostas, para questionários costuma-se adotar valor de 0,5.

Para os dados desta pesquisa, foram considerados a população de Goiatuba em 34202 habitantes, margem de erro em 10% e grau de confiabilidade de 90%, sendo assim, a amostra resultou na necessidade de aplicação dos questionários à 68 pessoas. O quadro 9 traz essas referências adotadas e dados de alimentação da fórmula.

Quadro 8 - Dados para a amostragem do questionário

z	1,65
p	0,5
e	0,1
N	34202
amostra	67,9273236
z^2	2,7225
$p^*(1-p)$	0,25
e^2	0,01

Fonte: Autores, 2020

Os participantes que foram abordados na cidade, precisavam apresentar características básicas, como ser maior de 18 anos e residir em Goiatuba. O envio do convite ocorreu aqueles que se voluntariassem a participar da pesquisa e que forneceram endereço de e-mail.

Participantes não residentes de Goiatuba e/ou que não estivessem enquadrados no critério de idade, não foram selecionados para responder as questões.

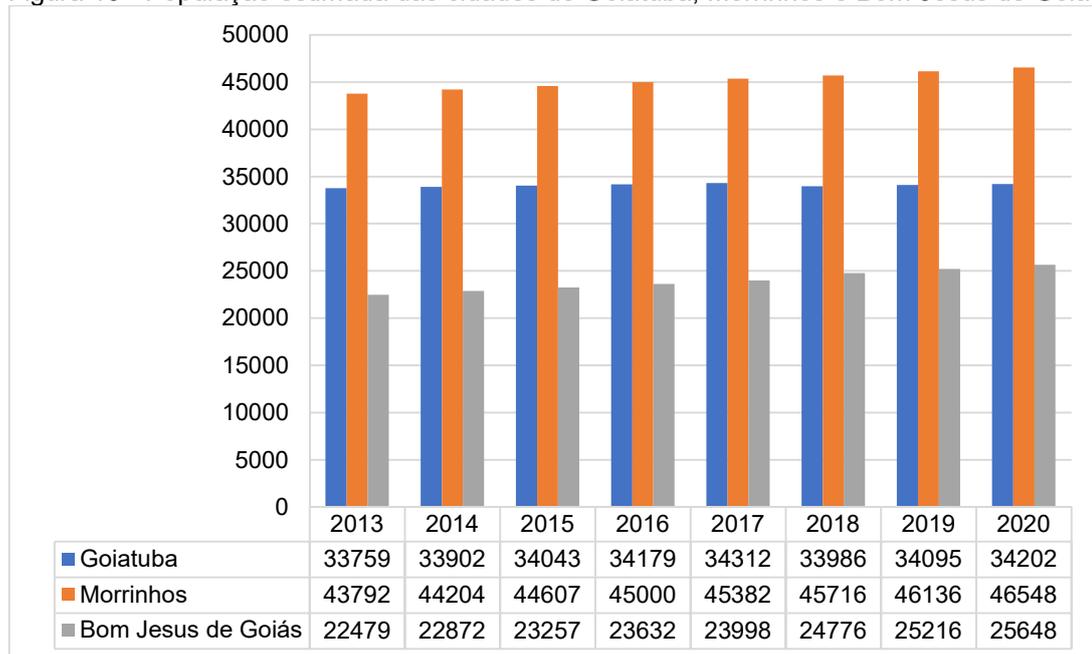
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise de indicadores de desenvolvimento de Goiatuba

Nesse tópico, foram realizadas análises relativas aos fatores sociais, ambientais e econômicos da cidade de Goiatuba em comparação às suas cidades vizinhas, Morrinhos e Bom Jesus. Estas duas últimas, não possuem Instituições de Ensino Superior e as três tem como base de geração de renda local, o setor de serviços e agropecuária, de acordo com o IBGE (2019).

Inicialmente, a figura 10 ilustra a população levantada e estimada pelo Instituto Mauro Borges, o qual é base para levantamento per capita da cidade de Goiatuba, atual objeto de estudo e suas duas cidades vizinhas, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás.

Figura 10 - População estimada das cidades de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás



Fonte: IMB, 2021.

Qual a relação existente entre população e as Instituições de Ensino Superior? De acordo com Ferreira (2019), uma das características das IES é a retenção de pessoas no espaço regional, principalmente em cidades interioranas que, no geral, há perda de jovens que saem em busca de profissionalização. Na cidade de Goiatuba,

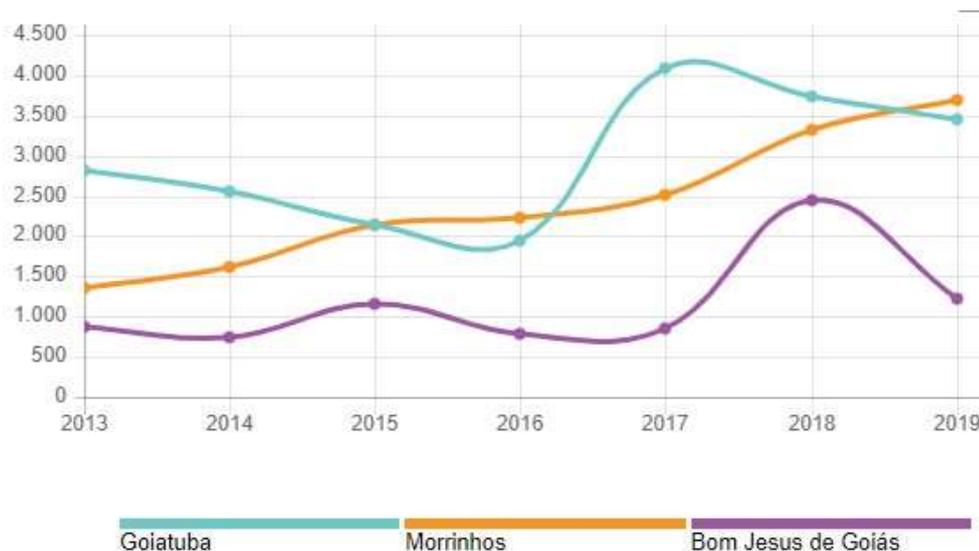
segundo IMB (2021), houve esse aumento populacional. Segundo o censo de 2013, havia 33.759 habitantes e a estimativa do ano de 2020 é de 34.202.

A chegada de discentes pertencentes à outras cidades, gera a movimentação entre municípios, retornando o conceito de mobilidade, referente a movimentação no espaço. Nesse caso, trata-se de um fenômeno que pode envolver a migração, quando considera aquele movimento que pode modificar o tamanho e a estrutura da população, enquanto a movimentação que não possui tal atuação, é conhecida como pendular. De acordo com documentos oficiais da IES, cerca de 4,4% da quantidade total de alunos são de Bom Jesus de Goiás e 17,44% são de Morrinhos. (GOIATUBA, 2021)

As cidades de Morrinhos e Bom Jesus de Goiás, também mantiveram regularidade na população, que pode ser explicado pela movimentação pendular, em que alunos estudam na cidade de Goiatuba, mas não precisaram mudar de suas cidades, fazendo todos os dias viagens para participarem das aulas na IES.

Levando-se em consideração a variável de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU, Goiatuba sai a frente, possuindo maior arrecadação (comparado às duas cidades vizinhas), mesmo que a população de Morrinhos seja maior, como pode ser identificado na figura 11.

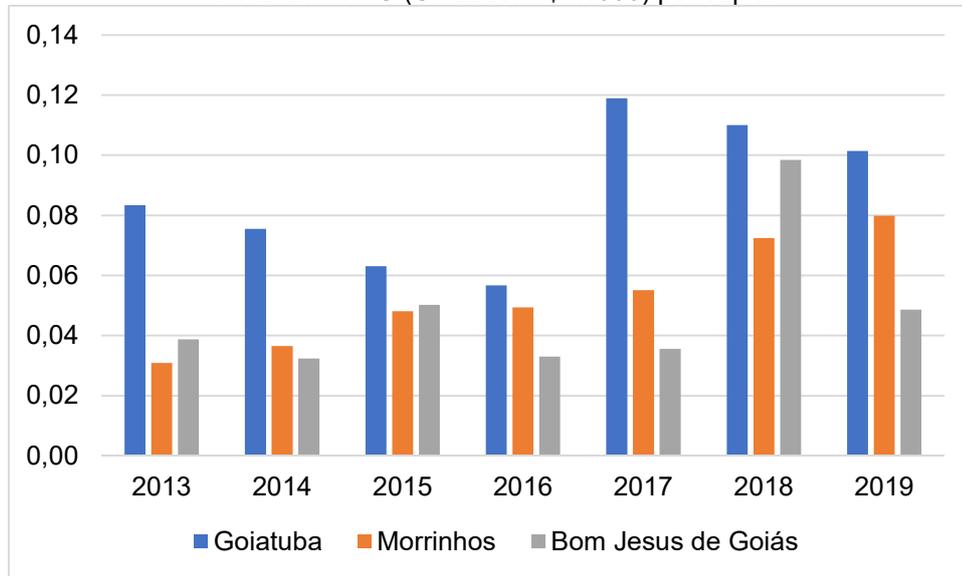
Figura 11 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU (Unidade: R\$ x1000)



Fonte: IBGE, 2020

Para ficar mais fácil o entendimento, a figura 12 mostra a receita de IPTU arrecadada per capita. Ao ser analisada, percebe-se que a arrecadação de Goiatuba se mostra mais elevada em todos os anos de estudo.

Figura 12 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU (Unidade: R\$ x1000) per capita



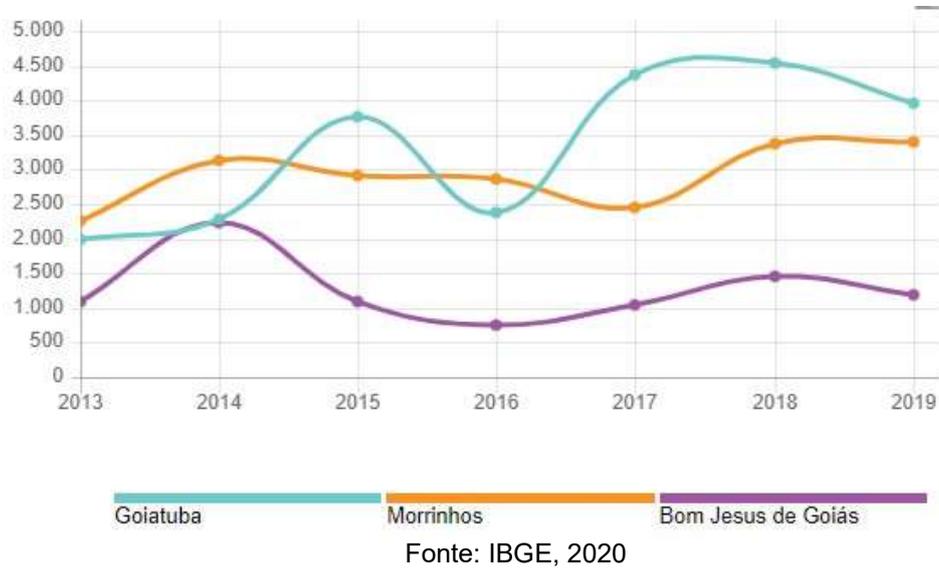
Fonte: Elaboração dos autores com dados do IBGE e IMB, 2021.

Essa variável econômica tem relação direta com a urbanização da cidade, além de ser fonte de melhorias da infraestrutura, ela apresenta crescimento com a expansão urbana e possibilita a viabilidade administrativa aos governos locais. Ou seja, pode haver concordância entre o valor arrecadado com desenvolvimento local. (CARVALHO JUNIOR, 2018)

Importante ressaltar que, a oscilação no IPTU de Goiatuba/GO nos períodos de 2016 a 2017, coincide com a implementação dos cursos integrais de Odontologia e Medicina, o que se confirma com as figuras 13 e 14, no que diz respeito ao ITBI e as contribuições tributárias.

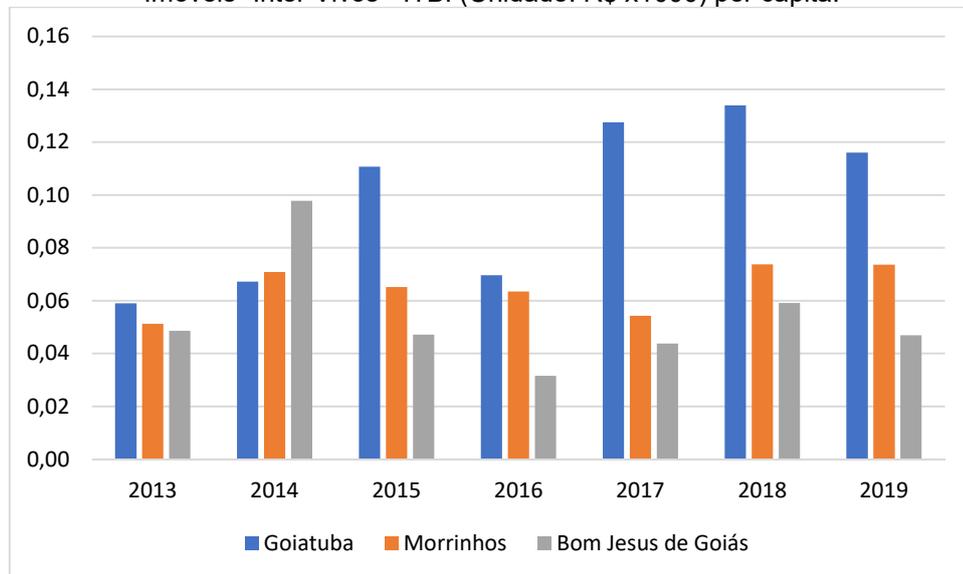
Já o ITBI que é o imposto recolhido quando há transferência imobiliária, também é utilizado a fim de melhorias e benefícios aos munícipes, assim como o IPTU. Ou seja, quanto maior a arrecadação, maior volume e poderio de compra e venda de imóveis na região. Conforme demonstrado na figura 13, a receita de Goiatuba, pelo último censo, está maior, desde 2016, que as duas cidades vizinhas comparadas neste estudo.

Figura 13 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis -Inter Vivos - ITBI (Unidade: R\$ x1000)



Analisando-se a figura 14, com a arrecadação do ITBI per capita, Goiatuba se sobressai em relação à suas cidades vizinhas.

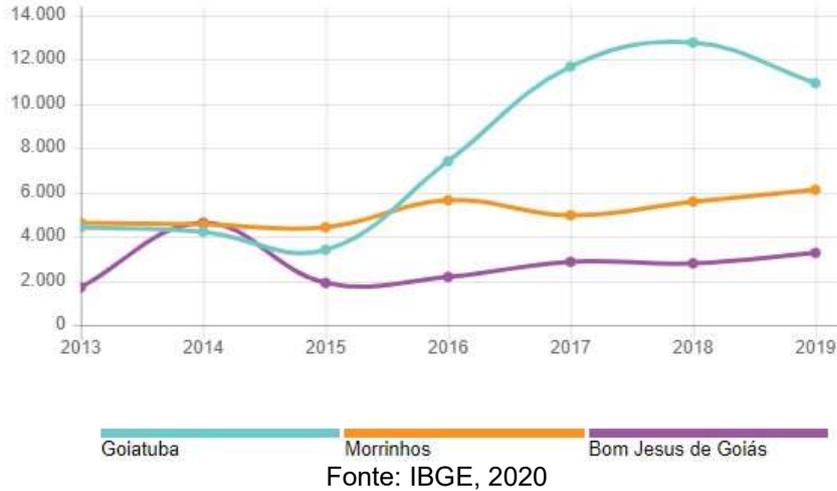
Figura 14 - Receitas orçamentárias realizadas / Impostos / Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis -Inter Vivos - ITBI (Unidade: R\$ x1000) per capita.



Ainda referente às questões econômicas municipais, há o levantamento feito a respeito das receitas orçamentárias realizadas que representam recursos dos cofres públicos com disponibilidade financeira para o erário. É por meio deste, que a

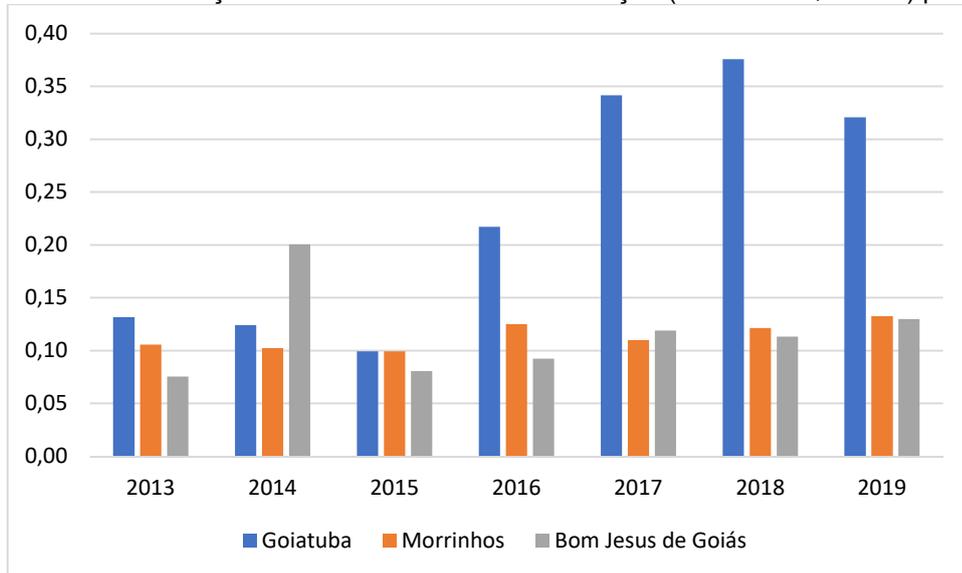
viabilização de políticas públicas se torna possível, ao qual, Goiatuba também sai à frente de Morrinhos e Bom Jesus desde 2016, resultado exibido na figura 15.

Figura 15 - Receitas orçamentárias realizadas / Contribuição (Unidade: R\$ x1000)



Mantendo maior arrecadação per capita, na figura 16, pode ser validado o crescimento da cidade de Goiatuba ao longo dos anos, especialmente a partir de 2016.

Figura 16 - Receitas orçamentárias realizadas / Contribuição (Unidade: R\$ x1000) per capita

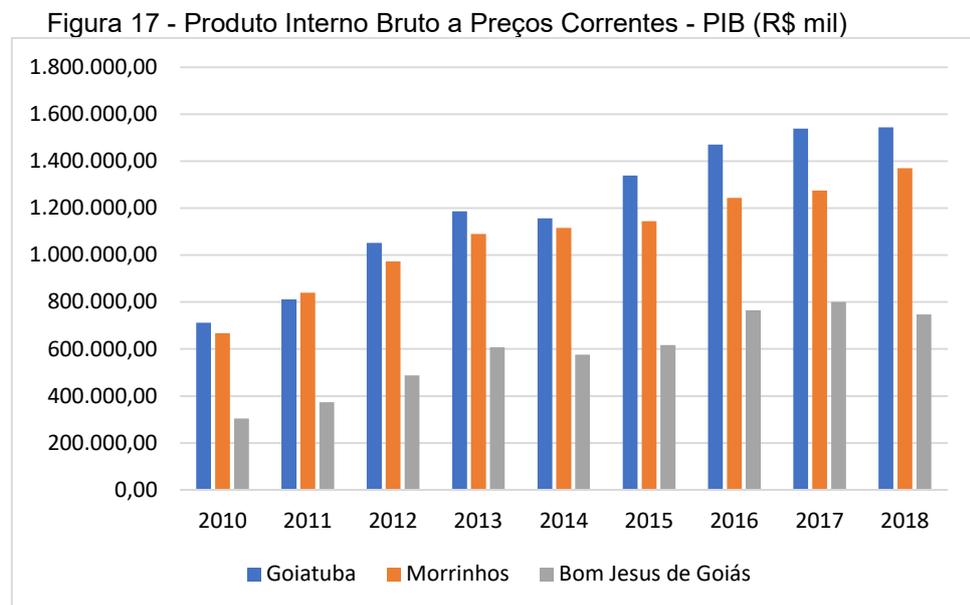


Pode-se fazer referências que inovação, empreendedorismo e investimentos são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento resulta deste crescimento, seguido de melhoria na qualidade de vida e do ambiente (CZIMIKOSKI, 2015). A IES Unicerrado se mostra como agente de inovação, com projetos de

extensão e de pesquisa, por exemplo, que envolvem a comunidade acadêmica com os moradores da cidade.

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento —incrementos positivos no produto e na renda, que ao ser transformado, satisfaz as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. Sendo assim, o desenvolvimento está atrelado, em muitos casos, ao crescimento econômico, de modo que o aumento dos níveis quantitativos de uma região possibilitaria o alcance do desenvolvimento regional

O crescimento do PIB de uma determinada localidade, indica crescimento econômico, que é a capacidade produtiva dos bens e serviços de uma nação. Para Zambiasi e Zanin (2021), o crescimento é importante para o desenvolvimento, pois ele pode ser usado para satisfazer as necessidades sociais: saúde, educação, transporte, dentre outros fatores de desenvolvimento social. Logo, se a localidade converge o crescimento em melhorias, pode-se entender que houve desenvolvimento. Na figura 17, podem ser verificados os PIB's das cidades avaliadas neste estudo.

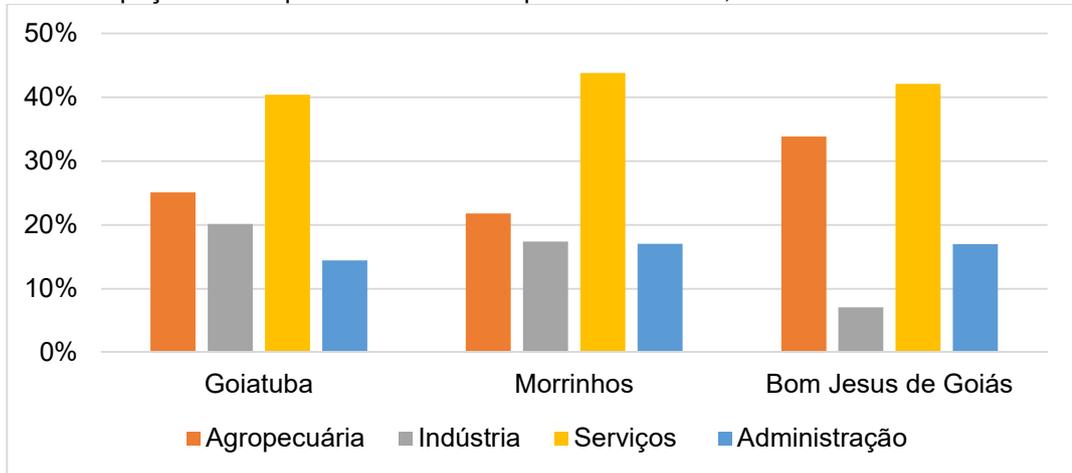


Fonte: elaboração dos autores com dados do IMB, 2021

O avanço sustentado por PIB per capita, seguido por sistemático processo de acumulação de capital caracterizam o desenvolvimento econômico de uma localidade. Ou seja, é um dado econômico que pode quantificar desenvolvimento econômico.

Para caracterização do PIB das cidades avaliadas, de análise a figura 18, percebe-se que a participação de cada setor em cada uma delas, de acordo com o IBGE em 2019.

Figura 18 - Participação do PIB por setor dos municípios de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás

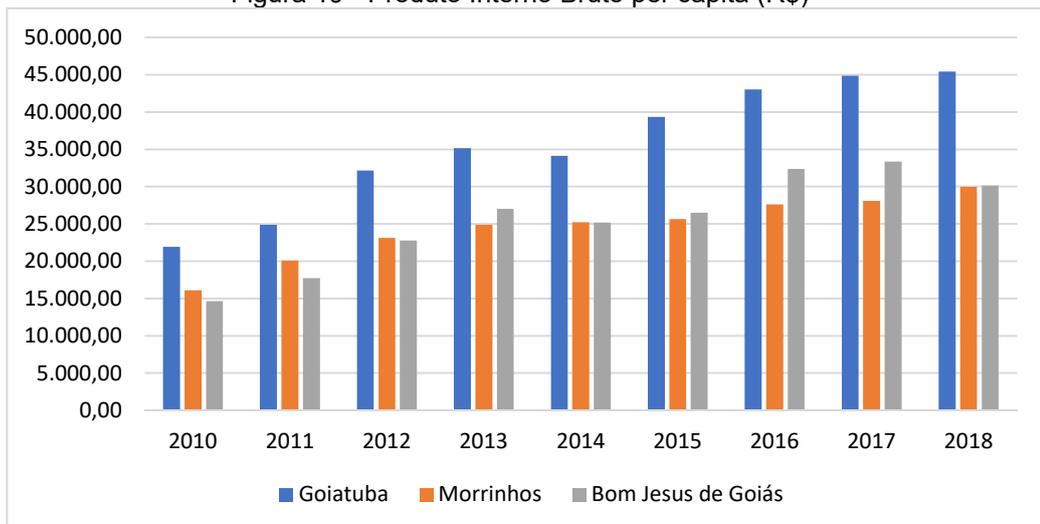


Fonte: elaboração dos autores com dados do IMB, 2021

A maior participação no PIB dos três municípios é no setor de serviços e em segundo, a agropecuária.

Pelo que mostra a figura 19, o PIB per capita de Goiatuba se manteve crescente e maior que suas cidades vizinhas desde 2010, de acordo com dados do Instituto Mauro Borges (2021).

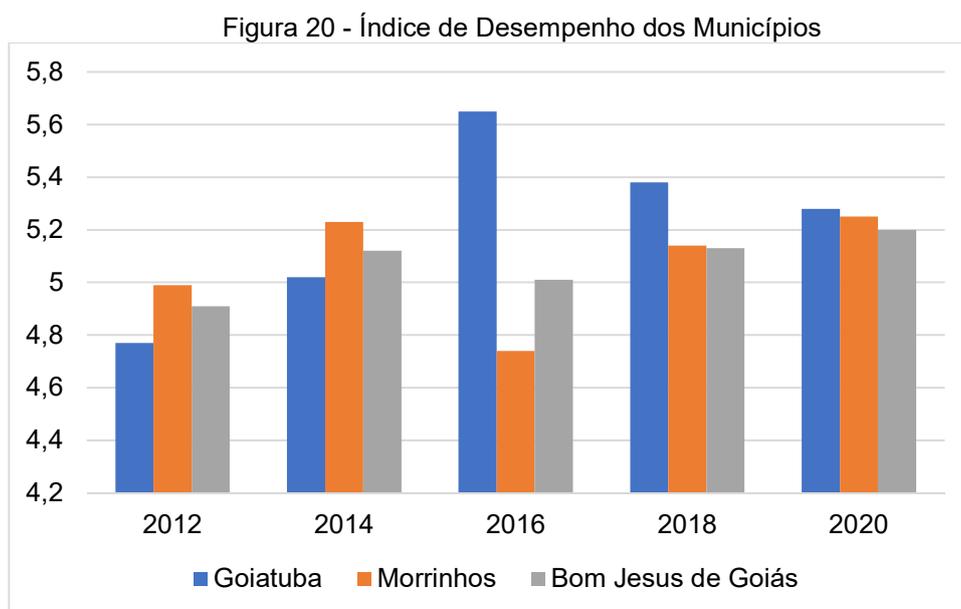
Figura 19 - Produto Interno Bruto per capita (R\$)



Fonte: elaboração dos autores com dados do IMB, 2021

O Índice de Desenvolvimento Municipal serve como base para mensuração do nível de desenvolvimento alcançado pelos municípios. Compreende analisar dois grupos principais, no caso, os indicadores econômicos e sociais. Esses dois grupos são subdivididos em dimensões de Economia, Trabalho, Educação, Segurança Pública, Infraestrutura e Saúde. Ou seja, é a relação entre o aspecto econômico e a dimensão social. A parametrização do Instituto Mauro Borges vai da escala de 0 a 10, onde mais próximo de 0 pior é o desempenho e mais próximo de 10 melhor é o desempenho (IMB, 2021).

A figura 20 faz a comparação do IDM dos três municípios, em que até 2014, a cidade de Goiatuba ficava atrás, em 2016 apresentou um salto no gráfico, ultrapassando as outras duas cidades e, de acordo com a última atualização, que ocorreu em 2020, permanece na frente.



Fonte: elaboração dos autores com dados do IMB, 2021

A análise ambiental utilizou dados de fornecimento de água tratada, coleta de esgoto e coleta domiciliar de resíduos. Esses indicadores são fundamentais, pois impactam diretamente no bem-estar da população, além de influenciarem na saúde e qualidade de vida. Dessa maneira, foi possível fazer uma comparação de desempenho entre os municípios.

O quadro 9, mostra a porcentagem da população residente das cidades de análise, que são atendidas com esgotamento sanitário no período de 2007 a 2020, utilizando dados do IBGE (2021).

Quadro 9 - Porcentagem da População urbana residente dos municípios com esgotamento sanitário nas cidades de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. De 2007 a 2020

Ano de Referência	Goiatuba	Morrinhos	Bom Jesus de Goiás
2007	20%	51%	S/I
2008	20%	51%	15%
2009	21%	54%	16%
2010	21%	53%	23%
2011	21%	53%	42%
2012	23%	61%	61%
2013	23%	67%	85%
2014	28%	73%	90%
2015	43%	78%	100%
2016	46%	82%	97%
2017	52%	83%	97%
2018	43%	72%	84%
2019	55%	85%	95%
2020	56%	87%	95%

Fonte: elaboração dos autores com dados do IBGE, 2021

Dentro dos dados analisados nesse recorte temporal, Goiatuba é a cidade que tem os piores índices dentre as três. No ano de 2007, em Bom Jesus a sigla S/I significa que o município não forneceu informações durante naquele ano.

Na análise sobre a porcentagem da População urbana atendida com abastecimento de água, dados do quadro 10 mostram que desde 2015, toda a população urbana de Goiatuba é abastecida com água tratada.

Quadro 10 - Porcentagem da População urbana atendida com abastecimento de água nas cidades de Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás. De 2007 a 2020.

Ano de Referência	Goiatuba	Morrinhos	Bom Jesus de Goiás
2007	86%	100%	81%
2008	86%	100%	82%
2009	89%	100%	84%
2010	87%	100%	87%
2011	88%	100%	88%
2012	93%	99%	89%
2013	93%	100%	88%
2014	98%	99%	91%
2015	100%	99%	92%
2016	100%	99%	97%
2017	100%	99%	97%
2018	100%	100%	84%
2019	100%	99%	94%
2020	100%	99%	94%

Fonte: elaboração dos autores com dados do IBGE, 2021

A cidade de Morrinhos teve um período em que toda a população possuía acesso a abastecimento de água, mas teve queda de 1% nos últimos anos. A cidade de bom Jesus de Goiás não chegou a alcançar os 100% em nenhum ano.

Referente à coleta de resíduos em domicílio, apenas as cidades de Morrinhos e Goiatuba divulgaram dados, exceto dos anos de 2007 a 2011.

Quadro 11 - Porcentagem da População urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta, ou seja, porta a porta das cidades de Goiatuba e Morrinhos.

Ano de Referência	Goiatuba	Morrinhos
2012	100%	100%
2013	93%	100%
2014	93%	100%
2016	100%	S/I
2017	100%	S/I
2018	100%	S/I
2019	100%	100%
2020	100%	100%

Fonte: elaboração dos autores com dados do IBGE, 2021

A cidade de Goiatuba tem 100% da população urbana atendida pela coleta de resíduos. Nesse sentido, apenas a cidade de Morrinhos apresenta informações referentes a esse atendimento e cerca de 40% da população urbana possui esse tipo de coleta.

Em relação aos dados ambientais coletados, a cidade de Goiatuba ainda está em déficit com o esgotamento sanitário e coleta seletiva. Nesse parâmetro, a cidade de Morrinhos está mais estruturada.

A análise geral, permite entender que o município de Goiatuba cresceu gradualmente ao longo dos anos, em destaque para o ano de 2016, pois, coincidentemente, ocorre com a implantação do curso de Medicina no Centro Universitário Unicerrado, cujo público principal, são estudantes de outras cidades. Além do crescimento, o IDM mostra desenvolvimento de forma concomitante pelo que foi avaliado. Mas vale ressaltar, ainda são necessárias melhorias na infraestrutura, que refletem automaticamente nas questões ambientais.

4.2. Questão urbana no entorno da Unicerrado

Nos parágrafos seguintes, apresenta-se fatos relativos à questão urbana de uma cidade interiorana que possui campus de Educação Superior.

A interiorização de universidades acarreta não somente transformações econômicas, mas também, espaciais e sociais, alterando, por exemplo, a mobilidade populacional e a tessitura urbana (BRITO, 2014).

Para Silva e Silva (2019, p. 215)

A presença da Universidade já cria um ambiente para a atração de investimentos comerciais, favorecendo o desenvolvimento econômico e contribuindo para a transformação do espaço geográfico, provocando alterações ambientais, na ocupação humana, na estrutura urbana, no comércio local, entre outros.

Dentro desse contexto, a universidade de Goiatuba também se insere como um agente de reestruturação urbana. Localizada no Jardim Santa Paula, bairro afastado do centro da cidade, teve ao longo dos anos influência direta na urbanização ao seu entorno, com a atração de edificações residenciais e comerciais ao entorno. A priori, esse crescimento ocorre de forma não planejada, principalmente para atender estudantes de período integral, vindos de outras cidades. Essa alteração pode ser visualizada nas figuras 21 e 22.

Figura 21 - Imagem aérea do Jardim Santa Paula em Goiatuba - GO em 2003 (esquerda) e 2020 (direita)



Fonte: Google Earth, 2021.

Figura 22 - Localização da Unicerrado em Relação ao centro de Goiatuba e comparativo de urbanização de 2009 (esquerda) - 2020 (direita)



Fonte: Google Earth, 2021.

Na Figura 14, pode ser observado que a IEs está localizada fora do centro da cidade, sendo então periférica em um local que, talvez inicialmente, apresentasse pouca possibilidade de crescimento se não fosse a instalação dos campi, porém, a região demonstra estado de evolução e crescimento, comprovando o que foi pesquisado na literatura.

4.3. Percepção dos munícipes sobre a contribuição da Unicerrado no desenvolvimento de Goiatuba.

4.3.1 Indicador Social

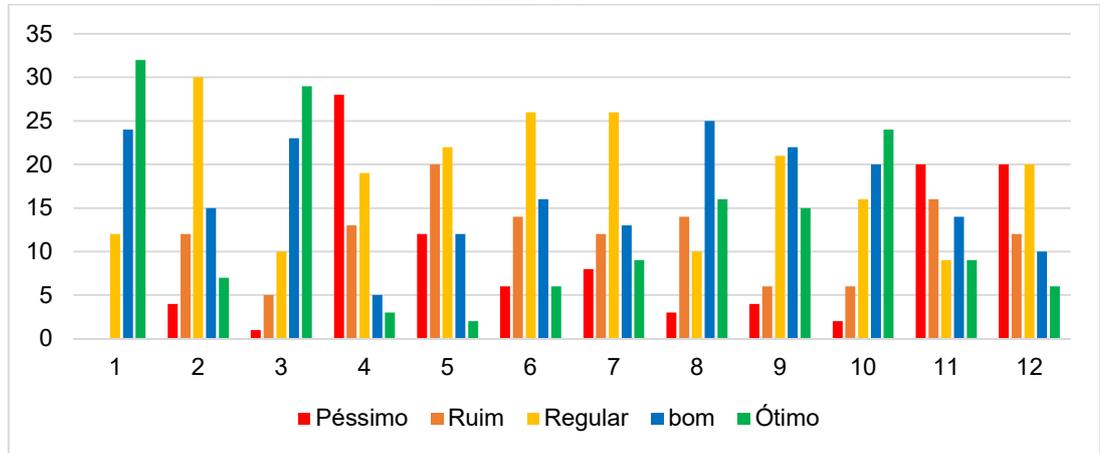
O objetivo desse indicador foi entender como as pessoas, que residem em Goiatuba, percebem as alterações sociais causadas pela Universidade e a possibilidade de enxergar essas interferências, sendo elas, de maneira positiva, negativa ou irrelevante.

As perguntas¹ de indicadores sociais englobam aumento populacional, segurança pública, infraestrutura, promoção cultural, escolarização e saúde pública.

¹ 1 Como é visto o aumento populacional na região após o surgimento da Unicerrado?- 2 A cidade está preparada para a demanda imposta pelo aumento populacional?- 3 O aumento populacional causado pela IES trouxe benefícios sociais ao setor Jardim Santa Paula e a Cidade de Goiatuba- 4 Houve melhorias no transporte público local?- 5 A Segurança pública na Região melhorou?- 6 Você está satisfeito (a) com a organização da cidade durante o semestre de aulas?- 7 A infraestrutura Local de lazer à população no setor teve melhorias após implantação da Unicerrado?- 8 A Unicerrado tem contribuído com promoção cultural?- 9 A instituição contribuiu com a redução do desemprego na cidade?- 10 A instituição contribuiu para melhor escolarização de seus familiares?- 11 Você conhece

Fica claro a necessidade de aplicação dessas perguntas para confrontar com os dados levantados de IDM. As 68 respostas tabuladas resultaram na figura 23.

Figura 23 – Resposta do questionário dos indicadores sociais sobre a Unicerrado na Cidade de Goiatuba-GO



Fonte: Autores, 2020

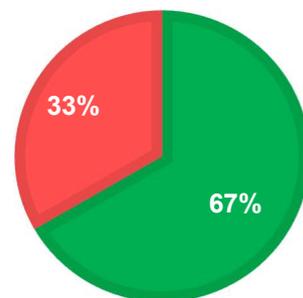
As médias ponderadas pela escala Likert de cada pergunta resultou na percepção final dos Munícipes como mostrado no quadro 12.

O olhar geral para as perguntas dos indicadores sociais mostra que, para 33% das perguntas, os moradores se encontram em zona de transição e em 67% das perguntas o resultado é de que, há percepção positiva das interferências sociais, apresentados na figura 24.

Quadro 12 - Percepção quanto às interferências sociais

Pergunta	Percepção
1	PERCEPÇÃO POSITIVA
2	PERCEPÇÃO POSITIVA
3	PERCEPÇÃO POSITIVA
4	ZONA DE TRANSIÇÃO
5	ZONA DE TRANSIÇÃO
6	PERCEPÇÃO POSITIVA
7	PERCEPÇÃO POSITIVA
8	PERCEPÇÃO POSITIVA
9	PERCEPÇÃO POSITIVA
10	PERCEPÇÃO POSITIVA
11	ZONA DE TRANSIÇÃO
12	ZONA DE TRANSIÇÃO

Figura 24 - Resultado da percepção dos indicadores sociais



Fonte: Autores, 2020

ações da Unicerrado para reduzir o Analfabetismo?- 12 Tem conhecimento de ações da Unicerrado que contribui com a redução da mortalidade infantil?

Quando analisado o IDM, percebe-se que 2016 teve pico de 5,65, numa escala de 0 a 10 e veio caindo, chegando em 2020, com resultado de 5,28, ou seja, houve decréscimo no indicador de melhorias sociais. Este declínio atinge de forma direta a relação entre desenvolvimento econômico e social.

Os participantes da pesquisa entendem que nos quesitos de transporte público local, segurança pública, analfabetismo e mortalidade infantil, as interferências da Universidade não alcançam a escala de percepção positiva. Entretanto, possuem percepção positiva quanto ao aumento populacional, organização da cidade, infraestrutura local de lazer, promoção cultural, redução do desemprego e escolarização. A percepção dos moradores pode ser explicada, por eventualmente, não conhecerem nenhuma ação da IES que contribua para melhorias dessas variáveis.

Um dos pontos mais importantes trata sobre o crescimento populacional, que de acordo com a literatura consultada, as universidades possuem essa característica de potencializar as localidades às quais estão instaladas, nesse sentido, os participantes entendem que a Unicerrado influencia de maneira positiva.

A maior média de percepção positiva foi referente ao aumento populacional, que ficou com 4,29 e a pior foi referente ao transporte público local, que teve média de 2,15, quase entrando na zona de percepção negativa.

Sendo assim, pode ser entendido que em 67% dos itens analisados, a IES contribuiu de forma positiva para melhorias sociais, enquanto 33% está em zona mediana, mas não chega em nenhum quesito ter interferências de percepção negativa, referente às médias na escala Likert das respostas.

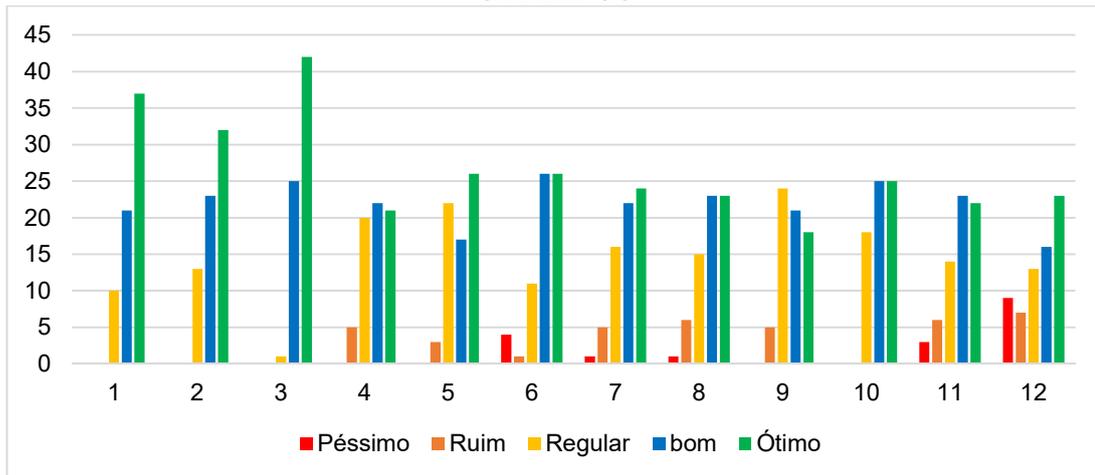
Dessa maneira, a visão dos participantes é de que, a Unicerrado pode ser um polo de desenvolvimento de melhorias sociais locais, na cidade de Goiatuba, conforme previsto em literatura como Leal Filho; Manolas; Pace (2015).

4.3.1 Indicador Econômico

Analisando dados oficiais, como IPTU, ITBI, PIB, PIB per capita, a cidade de Goiatuba de forma geral, teve desenvolvimento econômico ao longo dos anos analisados, mas é importante entender se as pessoas atribuem à IES participação nesse crescimento e se essa participação é positiva.

As perguntas² de indicadores econômicos apresentadas aos participantes trazem perspectivas urbanas residenciais, comerciais, diversificação econômica e renda familiar. As respostas foram tabuladas e apresentadas na figura 25, identificando quantas foram para cada parâmetro e utilizando a escala categorizada de péssimo à ótimo.

Figura 25 - Resposta do questionário dos indicadores econômicos sobre a Unicerrado na Cidade de Goiatuba-GO



Fonte: Autores, 2020

As perguntas de 1 a 3 chamaram mais atenção, pois retratam a questão urbana local. Os participantes responderam em grande maioria que a escala de interferência da IES é grau 5, como já defendido por Coccozza e Rodrigues (2016).

As outras variáveis apresentaram maior distribuição entre as respostas de regular a ótimo e a opção de péssimo aparece apenas nas perguntas 6, 7, 8, 11 e 12. A média ponderada na escala Likert aponta que, todas as perguntas que compõem o questionário resultaram em percepção positiva da influência da Unicerrado na economia local, como apresentado no quadro 13 e na figura 26, ao apresentar um

² 1 Houve valorização imobiliária da região, ao longo dos anos, com a implantação da Unicerrado?- 2 Constatou-se aumento de demanda por locação de imóveis comerciais?- 3 Constatou-se aumento de demanda por locação de imóveis residenciais?- 4 Verificou-se aumento do número de empresas no setor em função da instalação da Unicerrado?- 5 Instituição de Ensino Superior auxilia na diversificação de atividades econômicas na cidade de Goiatuba?- 6 Você concorda com a localização do Centro Universitário em termos de crescimento da cidade?- 7 O Setor Santa Paula se desenvolveu economicamente pela presença da Unicerrado?- 8 O Centro Universitário é o motivo de atração ao comércio local do Jardim Santa Paula?- 9 Notou-se diversificação das atividades empresariais no setor em função da Instituição de ensino?- 10 Qual o grau de contribuição do crescimento econômico da Unicerrado em Goiatuba?- 11 Qual sua opinião sobre a Unicerrado ser uma das principais fontes de renda da cidade de Goiatuba?- 12 A Unicerrado contribuiu com a melhoria de renda da sua família

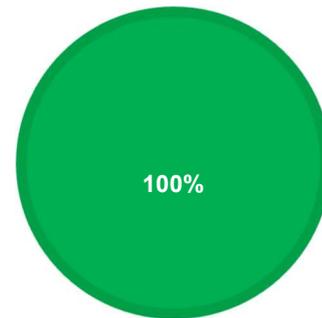
panorama geral dos participantes em relação ao desenvolvimento econômico avaliado.

Quadro 13 – Percepção quanto às interferências econômicas

Pergunta	Percepção
1	PERCEPÇÃO POSITIVA
2	PERCEPÇÃO POSITIVA
3	PERCEPÇÃO POSITIVA
4	PERCEPÇÃO POSITIVA
5	PERCEPÇÃO POSITIVA
6	PERCEPÇÃO POSITIVA
7	PERCEPÇÃO POSITIVA
8	PERCEPÇÃO POSITIVA
9	PERCEPÇÃO POSITIVA
10	PERCEPÇÃO POSITIVA
11	PERCEPÇÃO POSITIVA
12	PERCEPÇÃO POSITIVA

Figura 26 - Resultado da percepção dos indicadores econômicos

■ PERCEPÇÃO POSITIVA ■ ZONA DE TRANSIÇÃO
■ PERCEPÇÃO NEGATIVA



Fonte: Autores, 2020

A maior média que indica melhor percepção positiva dos participantes foi quanto ao aumento de demanda por locação de imóveis residenciais, com percepção média de 4,6.

Como visto nos dados oficiais de análises econômicas locais, de forma geral, houve sim crescimento econômico, como defendido pelo autor Oliveira Jr (2014) ao relatar que cidades universitárias, há tendências de crescimento e desenvolvimento, o que pode ser interpretado que a população considera a contribuição da Universidade positiva para o desenvolvimento econômico local.

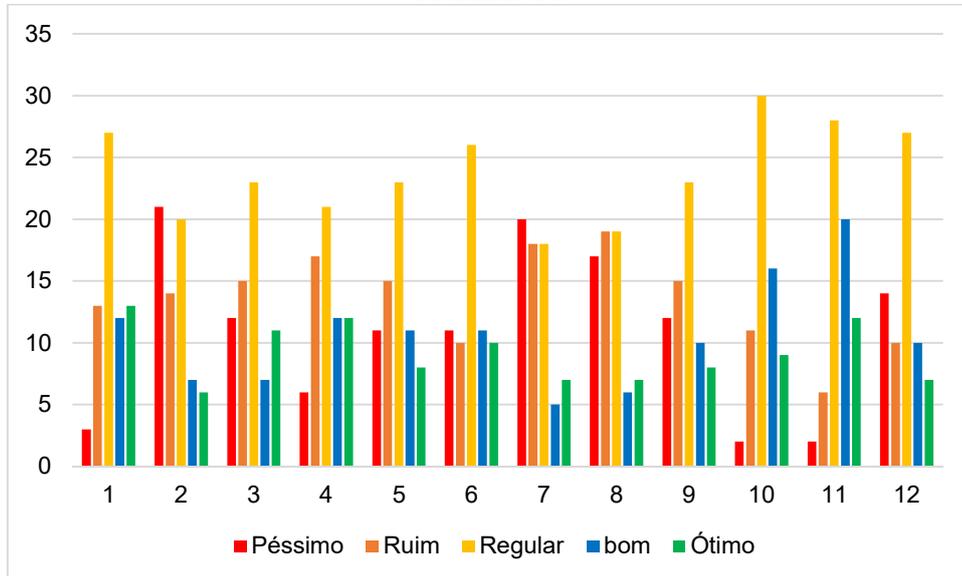
4.3.1 Indicador Ambiental

Partindo para as variáveis de interferência ambiental, o questionário³ foi o pilar utilizado e que atribuiu análises de relação entre moradores, meio ambiente, resíduos,

³ 1 Qual o grau de limpeza das vias próximas a IES?- 2 Tem conhecimento de programa de coleta seletiva de lixo no setor Jardim Santa Paula- 3 Há espaços públicos para convivência harmoniosa entre o ser humano, animais e plantas?- 4 Há cuidado e manutenção do patrimônio público e privado ao entorno da Instituição?- 5 Como é a sinalização próxima a IES?- 6 Qual a caracterização da mobilidade urbana ao entorno da IES quando se compara ao resto da cidade de Goiatuba- 7 Qual o grau de satisfação para a quantidade de Estacionamento na Região da Unicerrado quando se compara ao número de servidores e de alunos?- 8 No período de aulas a fluidez do trânsito ao entorno da IES é enxergado de que maneira?- 9 Quanto a geração de ruídos (poluição sonora) como classificaria?- 10

fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário. As respostas dos participantes estão apresentadas na figura 27.

Figura 27 - Resposta do questionário dos indicadores ambientais sobre a Unicerrado na Cidade de Goiatuba-GO



Fonte: Autores, 2020

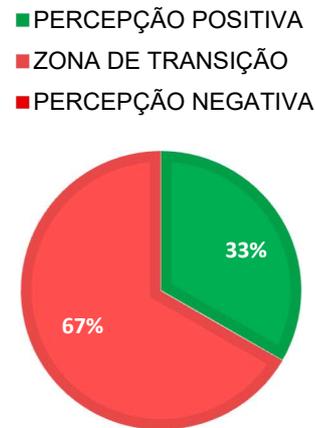
Pela figura 26, pode ser percebido que os participantes têm opiniões regulares em sua maioria e em nenhuma pergunta, a percepção ótima foi em maior escala.

Entretanto, quando se faz a média ponderada das respostas, em que bom e regular são agrupadas em percepção positiva, a visão geral fica como ilustrado no quadro 14 e figura 28.

Quadro 14 - Percepção quanto às interferências ambientais

Pergunta	Percepção
1	PERCEPÇÃO POSITIVA
2	ZONA DE TRANSIÇÃO
3	ZONA DE TRANSIÇÃO
4	PERCEPÇÃO POSITIVA
5	ZONA DE TRANSIÇÃO
6	ZONA DE TRANSIÇÃO
7	ZONA DE TRANSIÇÃO
8	ZONA DE TRANSIÇÃO
9	ZONA DE TRANSIÇÃO
10	PERCEPÇÃO POSITIVA
11	PERCEPÇÃO POSITIVA
12	ZONA DE TRANSIÇÃO

Figura 28 – Resultado da percepção dos indicadores ambientais



Fonte: Autores, 2020

As variáveis referentes à limpeza das vias próximas a IES, manutenção do patrimônio público e privado, poluição do ar e atendimento público de água, permaneceram dentro da percepção positiva dos participantes.

Enquanto as variáveis que abordam coleta seletiva; espaços públicos para convivência harmoniosa entre o ser humano, animais e plantas; sinalização; mobilidade urbana; fluidez do trânsito; geração de ruídos e esgoto, tiveram percepção em zona de transição.

O parâmetro com menor média ponderada foi a quantidade de estacionamentos ao entorno da IES, que teve como resultado de 2,43. A melhor percepção esteve relacionada ao atendimento público de água, que ficou em 3,50.

No quesito ambiental, 67% têm percepção em zona de transição das interferências e apenas 33% têm percepção positiva. Ou seja, a pior análise foi a ambiental e de acordo às variáveis apresentadas, está fugindo ao que Alves (2017) coloca como ideal de interferência de uma Instituição de Ensino Superior, de ser e influenciar ao seu redor o desenvolvimento integrado ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As instituições de ensino superior são unidades motrizes da economia, cultura e meio ambiente sustentável, em que estes dois últimos são postos como

responsabilidade para a sociedade local. Já a questão econômica é mais interpretada como consequência da implantação de uma IES.

Todavia, cabe esclarecer que não foi objetivo deste trabalho confirmar ou negar a Unicerrado como a única e exclusiva responsável pela evolução dos índices na cidade de Goiatuba. Para existir tal afirmação, deve haver a continuidade de estudos e pesquisas, de forma que comprovem o grau de influência no desenvolvimento regional.

Diante do cenário formado pelos resultados alcançados, pode-se concluir que, a cidade de Goiatuba de maneira geral, tem aumentado os índices que quantificam desenvolvimento, mesmo estando abaixo naqueles que refere meio ambiente, seja para coleta seletiva e esgotamento sanitário e que há momentos em que alguns destes índices, apresentam queda (IPTU per capita, ITBI per capita, contribuição per capita e IDM), mas quando analisado o desenvolvimento como um todo, os resultados são positivos ao longo dos anos, com o aumento do número de cursos e de vagas, principalmente quando comparado com cidades vizinhas.

Quanto à análise da percepção dos moradores, pode ser entendido que em todas as variáveis econômicas, a Universidade se mostra como agente propulsor positivo. Já nas variáveis sociais, se encontra com a maioria positiva (67%), então fica caracterizado de maneira geral, positivo. Dentre os três fatores avaliados, o pior resultado foi o ambiental, apenas 33% fica caracterizado como positivo, sendo assim menos da metade, então, em um contexto global, entende-se que não atingiu o êxito.

Mesmo não estando positivo em todos os quesitos, não inviabiliza ou apaga a importância da Instituição, apenas mostra pontos que talvez possam ser enfoque de políticas de melhorias. Como 100% atribui a interferência econômica como positiva, percebe-se o quão é importante para uma cidade interiorana a presença de uma unidade motriz, como é o caso da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em aspectos gerais, ao visualizar o estudo realizado por meio desta pesquisa, é possível compreender que políticas públicas são mecanismos que o Estado utiliza com a finalidade de sanar ou precaver problemas da sociedade.

Ao analisar a ideia de que crescimento, por natureza, se alimenta das desigualdades, e este mesmo crescimento, conseqüentemente pode gerar desenvolvimento. Entende-se, para que ocorra desenvolvimento mais igualitário, a necessidade de ações e intervenções que o direcionem e o redistribua. Dito isso, uma das formas para chegar nessa realidade, seria utilizar de políticas públicas de desenvolvimento.

Pode ser considerado o ensino superior um instrumento, tanto por ser métrica de desenvolvimento propriamente dito, como por também ser um mecanismo vetor do próprio desenvolvimento. Carrega consigo a capacidade de ser unidade motriz geradora de polos, que agrega melhorias locais. Ademais, órgãos como o banco mundial, descrevem que o desenvolvimento de um país não acontece sem que a população tenha acesso ao ensino de formação.

Por tantos motivos, as universidades e o ensino superior devem sim ser enfoque de políticas públicas. Ao longo desta pesquisa, pôde-se concluir que os incentivos dos programas estudantis foram fundamentais para a expansão da formação superior no país, como exemplo, a contribuição para a interiorização das Universidades.

Uma instituição de ensino superior atrai para sua localidade, a possibilidade de novas formas de diversificar a economia local, a saber, pela atração de investimentos na busca por pesquisa e inovação agregadas à empresas.

Contribui na geração de empregos dentro da própria IES, que são necessários para atender ao público universitário, visto que, a população local tem tendências de crescimento ao reterem os já moradores, como também, atraírem pessoas de outras localidades, aumentando a procura por imóveis de moradia.

Quando se trata de cidades interioranas, às influências de uma IES tem tendências a ser ainda maiores, já que, tornam-se polos locais com alto impacto na economia, sociedade e ambiente.

Dentro do estudo de caso do Centro universitário de Goiatuba, pôde-se avaliar que os índices de desenvolvimento local, em análise geral, foram de crescimento,

principalmente após implantação dos cursos de saúde. Os munícipes participantes da pesquisa entendem que a IES influencia de maneira positivista na economia e na questão social, no entanto, somente a ambiental, a maior parte das variáveis não houve interferência positiva. Cabe ainda ressaltar, a pesquisa não tem enfoque de provar ou negar a Universidade como única influenciadora dos índices.

Entretanto, recomenda-se à Universidade e ao Município, considerarem os resultados deste estudo, para potencializar os ganhos sociais, econômicos e ambientais.

REFERÊNCIAS

ABMS – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. *Diagnóstico das pequenas e médias instituições de Ensino Superior privadas no Brasil: indicações para melhoria da competitividade*. n. 41 – Brasília: ABMES Editora, 2014.

ABREU, S. de. *Planejamento governamental: a SUDECO no" Espaço Mato-Grossense". Contexto, propósitos e contradições*. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001. 328 p.

AGRANONIK, M.; HIRAKATA, V. N. Cálculo de tamanho de amostra: proporções. *Clinical & Biomedical Research*, v. 31, n. 3, p.382-388, 2011.

ALMEIDA, A. S.; MESSIAS T. A.; GOULARTI FILHO, A. A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para Santa Catarina 1967-1990. *Seminário de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 2, n. 2, 2010. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, p. 1777-1785, nov. 2008

ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. A Nova Política de Desenvolvimento Regional – PNDR II. *Revista Política e Planejamento Regional (RPPR)*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311-338, jul./dez. 2014.

ALVES, A. R. Responsabilidade ambiental: os benefícios de um sistema de gestão ambiental (SGA) em instituições de ensino superior (IES). *Revista da Universidade de Ibirapuera*, São Paulo, n.13, p.24-33, 2017.

ALVES, J. A. B; GUMBOWSKY, A. Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas, SC. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 55-68, out-dez/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v18i4.1534>. Acesso em: 20 ago. 2020.

APRILE, M. R; BARONE, R. E. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. *@mbienteeducação*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39-55, Jan/jul. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao>. Acesso em: 5 set. 2020.

ARIOVALDO, T. C.C; NOGUEIRA C. M. M. Nova forma de acesso ao ensino superior público: um estado do conhecimento sobre o sistema de seleção unificada - SiSU. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas. v. 4, n. 1, p. 152-174. jan/abr. 2018. Disponível em: [10.22348/riesup.v4i1.8650683](https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650683). Acesso em: 26 jul. 2020.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 37, p. 6-34, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. *Banco de dados Programa Universidade para Todos 2005-2019*. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 07 de ago. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2000 a 2017*. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 22 de ago. 2020.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BRASIL. *Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF., Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 06 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998*.

BRITO, D. C. de. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. *Revista Ambiente e Sociedade*, n. 8, p. 69-90, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2001000800005>. Acesso em 12 Mai 2021.

BRITO, L.C. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. Espaço e Economia – *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, v. 2, n. 4, 2014.

BRITO, V. C; MATTEDI, M. A.; DOS SANTOS, G. F. O uso de múltiplas escalas geográficas no planejamento do desenvolvimento regional. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 4, n. 1, p. 1-30, 2017.

CAMPOS, W. P. *Novas ruralidades e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar: efeitos sobre o desenvolvimento rural de Goiatuba-GO*. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013. 131p.

CARDOZO, S. A; MARTINS, H. New Developmentalism, Public Policies, and Regional. Inequalities in Brazil: The Advances and Limitations of Lula’s and Dilma’s Governments. *Revista Latin American Perspectives*. V. 47, n. 2, p. 147-162, 2020.

CARGNIN, A. P. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. Tese de Doutorado UFRGS/PPGGEA. Porto Alegre. 2011. 318 p.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos. Comunicação para o desenvolvimento territorial: análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Redes*, v. 26, p.1-19, 2021.

CARVALHO JÚNIOR, P. H. B. de. *Panorama do IPTU: um retrato da administração tributária em 53 cidades selecionadas*. Rio de Janeiro, 2018. 124 p.

CARVALHO, F. F. de. “SUDENE: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno”. *Anais do Encontro Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre as Regiões do Nordeste Brasileiro e a Baixa Califórnia, México*. p.26-43. Fortaleza. 2008.

CASQUEIRO, M. L; IRFFI, G; SILVA, C. da C. da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 25, p. 155-177, 2020.

CASTELLS, M. A cidade na nova economia. Tradução de Jorge Alberto Machado. In: MACHADO, J. A. S. *Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global*. 2. ed. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. Parte 1, cap. 1, p. 15-29.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). *Avaliação de Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. P. 20-48.

CAVALCANTE, L. R. Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma estimativa de custos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 3, p.147-171, 2018

CAVALCANTE, M.A e BARREIRA, C. C. M. A. Ações da SUDECO no Desenvolvimento do Centro-Oeste no Estado de Goiás. *Revista Boletim Goiano de Geografia*. v. 31, n. 2, p. 179-191, 2011.

CLARK, G.; NASCIMENTO, S. P. D; MOURA JUNIOR, C. A. D. S. O financiamento estudantil no ensino superior privado: uma análise do fundo de financiamento estudantil (FIES) sob a ótica do direito econômico. *Arquivo Jurídico*, Teresina-PI, v. 7, n. 1, p. 196-213, jan./jun. /2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/raj/article/view/11746>. Acesso em: 15 out. 2020.

CLAVAL, P. Politics and the university. In: Wüsten, Herman van der. *The Urban University and its Identity* p. 29-46. Springer, Dordrecht. 1998.

COCOZZA, G., e RODRIGUES, R. As transformações do espaço urbano de Patos de Minas: A relação entre campi universitários e a cidade. *Anais do V Colóquio Internacional sobre o comércio e a cidade: uma relação de origem*, São Paulo: FAUUSP/LABCOM. 2016.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 7, p. 3-15. Edição Especial. 2019.

CZIMIKOSKI, F. *O PIB Reflete o Crescimento e o Desenvolvimento Socioeconômico?* Monografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, p. 165-186, set-dez./2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v15i3.1029>. Acesso em: 21 out. 2020.

DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento regional: Porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 212p.

DE LIMA, J. F.; PITAGUARI, S. O. As ideias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 6, n. 10, p. 11-20. 2005.

DE MELO, Armando Rodrigues et al. Instituições de Ensino Superior e as Transformações do Espaço Urbano: Reflexos na dinâmica Estrutural

Socioeconômica. *REUNIR: Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 10, n. 2, p. 46-56, 2020.

DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 1, n. 88, p. 153-179, nov./2010.

FERREIRA, Elsa Cristina da Costa. *A importância das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional em Portugal*. Tese de Doutorado. Universidade de Évora, Portugal. 2019

FURTADO, C. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: MEC; ISEB, 1959. 80p.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 234p.

FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 117p.

GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA. 200p.

GOIATUBA, Prefeitura Municipal. *Dados do Município*. Disponível em: <https://www.goiatuba.go.gov.br/municipio.html>. Acesso em 02/03/2021.

GOOGLE EARTH. Software. 2021 Acesso em 15/07/2021

GUEDES, L. G. D. R; SANTOS, F. D. F. Transferência de conhecimento e tecnologia entre empresa/universidade: estudo de caso na fundação de amparo à pesquisa do estado de Goiás. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 2, n. 43, p. 344-362, ago./2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v2i43.6355>. Acesso em: 19 out. 2020.

GUIMARÃES, P. R. B. *Estatística e pesquisa de opinião*. Departamento de Estatística- Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2020.

HAAS C. M; PARDO R. D. S. Programa Universidade para Todos (PROUNI): Efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, v.22, n.3. p. 718-740, nov/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000300008>. Acesso em: 9 jul. 2020.

HAESBAERT, R. "Região: trajetos e perspectivas". *Anais da I Jornada de Economia Regional Comparada*, Porto Alegre: FEE, 2005.

HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 210p.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993. 349 p

HARVEY, D. *Social justice and the city*. London: Edward Arnold, 1973. 354p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico das cidades de Goiás*. Rio de Janeiro: IBGE. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico das cidades de Goiás*. Rio de Janeiro: IBGE. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Receitas Orçamentárias das cidades de Morrinho, Bom Jesus de Goiás e Goiatuba*. Rio de Janeiro: IBGE. 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. *Estatística Municipais: Goiatuba, Morrinhos e Bom Jesus de Goiás*. 2021. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 15/12/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. *Sinopse estatística da educação superior – 2000 a 2019*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://download.inep.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2020.

LEAL FILHO, W.; MANOLAS, E.; PACE, P. The future we want: key issues on sustainable development in higher education after Rio and the UN decade of education for sustainable development, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 16, n. 1, p. 112-129, 2015

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991. 464p.

LIMA, K. M. D.; LIMA, T. G. D.; PINTO, I. M. B. S. Interiorização das universidades: o perfil dos alunos ingressantes em engenharia civil de uma Universidade Federal. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 12, n. 2, p. 136-146, 2021.

LIMA, K. R. d. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun./2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000100010>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LOPES, H. C. O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista. *Estudos Econômicos*, v. 45, n. 2, p.377-400, jun. 2015.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. D; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003> Acesso em: 13 jul. 2020.

MÁXIMO, R. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. *URBE*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 1-17, abr./2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190080>. Acesso em: 19 out. 2020.

MENDONÇA, A. W. P. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 131-194, mais/ago./2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2020.

MILONE, P. C. *Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas*. In: MONTORO FILHO, A. F. et al. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 511-524

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. *Expansão da Rede Federal*. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 19 out. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Dados da Educação superior – Quantidade de Contratos FIES, 2020*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 6 out. 2020.

MIRANDA, P. R.; AZEVEDO, M. L. N. D. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 5, n. 3, p. 315-333, jul./2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421>. Acesso em: 15 jul. 2020.

OLIVEIRA JR, A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. *Caderno de Geografia*, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014.

OLIVEIRA JR, A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. *Caderno de Geografia*, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014.

OLIVEIRA, A. G. de; SILVA, C. L.; LOVATO, E. L. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias - políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. *Revista Orbis Latina*, v. 4, p. 110-123, 2014.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 280p.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

PAULA, K. A. O processo de verticalização na zona central da cidade de Viçosa-MG: uma análise a partir da expansão da Universidade Federal de Viçosa e do seu impacto na estruturação do espaço urbano. *GeoTextos*, Salvador, v. 15, n. 1, p. 65-87, jul./2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/geo.v15i1.30473>. Acesso em: 21 ago. 2020.

PERROUX, F. *Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?*. Presses universitaires de Grenoble, 1982.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO, 2014. *Base legal*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa/31-base-legal>. Acesso em: 12 out. 2020.

POZENATO, J. C. Algumas considerações sobre região e regionalidade. *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educs, p. 589-591, 2001.

REYES, G. E. Four main theories of development: modernization, dependency, world-system and globalization. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*. v. 4, n. 2, p. 109-124, 2001.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: Herder. 1975. 687 p.

SERRA, M.; ROLIM, C.; e BASTOS, A. P. *Universidades e desenvolvimento regional – as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Ideia D. 2018

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas. v. 29, n. 105, p. 991-1022. dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVA, C. L.; LOPES, C.; JUNIOR, W. M. Intervenção do Estado e desenvolvimento local: uma análise cross section dos municípios paranaenses. *Interações*, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 41-53, jan-jun./2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122009000100005>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SILVA, J. A. S.; SILVA, O. R. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 209-32, maio/ago. 2019.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica, IN GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-44.

SOARES, B. R.; et. al. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: ELIAS, D.; et. al. *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STIEGELMEIER, S. H. *Os impactos do polo naval na economia rio-grandina: uma análise a partir dos macroindicadores ant et post*. Monografia. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande - FURG. 2018.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Salvador: AATR*, v. 200, 2002.

TERENCE, A. C. F. et al. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, v. 26, p. 1-9, 2006.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento Regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Revista Redes*, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019.

THEIS, Ivo M. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 37, n. 131, p. 79-97, 2016.

UNICERRADO. Projetos de Extensão. 2017. Disponível em: <http://www.unicerrado.edu.br/site/acoes-de-extensao/projetos-de-extensao//>. Acesso em 02/03/2021.

VIEGAS, E. R. D. S; SANTANA, C. F. P. Á; NODA, C. M. C. o conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43415-43425, Jul. /2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-091>. Acesso em: 18 out. 2020.

VIEIRA, S. O discurso sobre a universidade nos anos 80. *Cadernos CEDES*, n. 25, p. 75-87. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de. *História da Vida Privada no Brasil*, v. I. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

ZAMBIASI, F; ZANIN, E. R. M. Educação superior e desenvolvimento regional: o caso da UNOESC-SMO. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 2, p. 227-250, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa de opinião sobre os impactos da UNICERRADO em Goiatuba

Indicador Social	Variável	1 Péssimo	2 Ruim	3 Regular	4 Bom	5 Ótimo
1	Como é visto o aumento populacional na região após o surgimento da Unicerrado?					
2	A cidade está preparada para a demanda imposta pelo aumento populacional?					
3	O aumento populacional causado pela IES trouxe benefícios sociais ao setor Jardim Santa Paula e a Cidade de Goiatuba					
4	Houve melhorias no transporte público local?					
5	A Segurança pública na Região melhorou?					
6	Você está satisfeito (a) com a organização da cidade durante o semestre de aulas?					
7	A infraestrutura Local de lazer à população no setor teve melhorias após implantação da Unicerrado?					
8	A Unicerrado tem contribuído com promoção cultural?					
9	A instituição contribuiu com a redução do desemprego na cidade?					
10	A instituição contribuiu para melhor escolarização de seus familiares?					
11	Você conhece ações da Unicerrado para reduzir o Analfabetismo?					
12	Tem conhecimento de ações da Unicerrado que contribui com a redução da mortalidade infantil?					
Indicador Econômico	Variável	1 Péssimo	2 Ruim	3 Regular	4 Bom	5 Ótimo

1	Houve valorização imobiliária da região, ao longo dos anos, com a implantação da Unicerrado?					
2	Constatou-se aumento de demanda por locação de imóveis comerciais?					
3	Constatou-se aumento de demanda por locação de imóveis residenciais?					
4	Verificou-se aumento do número de empresas no setor em função da instalação da Unicerrado					
5	Instituição de Ensino Superior auxilia na diversificação de atividades econômicas na cidade de Goiatuba?					
6	Você concorda com a localização do Centro Universitário em termos de crescimento da cidade?					
7	O Setor Santa Paula se desenvolveu economicamente pela presença da Unicerrado?					
8	O Centro Universitário é o motivo de atração ao comércio local do Jardim Santa Paula?					
9	Notou-se diversificação das atividades empresariais no setor em função da Instituição de ensino					
10	Qual o grau de contribuição do crescimento econômico da Unicerrado em Goiatuba?					
11	Qual sua opinião sobre a Unicerrado ser uma das principais fontes de renda da cidade de Goiatuba?					
12	A Unicerrado contribuiu com a melhoria de renda da sua família					
Indicador Ambiental	Variáveis	1 Pésimo	2 Ruim	3 Regular	4 Bom	5 Ótimo
1	Qual o grau de limpeza das vias próximas a IES?					
2	Tem conhecimento de programa de coleta seletiva de lixo no setor Jardim Santa Paula					
3	Há espaços públicos para convivência harmoniosa entre o ser humano, animais e plantas?					

4	Há cuidado e manutenção do patrimônio público e privado ao entorno da Instituição?					
5	Como é a sinalização próxima a IES?					
6	Qual a caracterização da mobilidade urbana ao entorno da IES quando se compara ao resto da cidade de Goiatuba					
7	Qual o grau de satisfação para a quantidade de Estacionamento na Região da Unicerrado quando se compara ao número de servidores e de alunos?					
8	No período de aulas a fluidez do trânsito ao entorno da IES é enxergado de que maneira?					
9	Quanto a geração de ruídos (poluição sonora) como classificaria?					
10	Quanto a poluição do ar (poluição atmosférica) como está?					
11	Quanto ao atendimento público de água satisfaz?					
12	Qual o grau de melhorias no esgoto da Região da Unicerrado?					